
TEORIA DA JUSTIÇA

AUTOR: DANIEL VARGAS

Sumário

Teoria da Justiça

APRESENTAÇÃO	4
PROGRAMAÇÃO DAS AULAS	11
PARTE I — PRELIMINARES	11
AULA 1: APRESENTAÇÃO	11
AULA 2: CRISE DO BRASIL	13
AULA 3: VISÃO DE GOVERNANÇA: ELEMENTOS CENTRAIS	20
PARTE II — AS VISÕES DE SOCIEDADE	23
AULA 4: A SOCIEDADE DA ORDEM: THOMAS HOBBS	23
AULA 5: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA I: JOHN LOCKE	28
AULA 6: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA II: J. J. ROUSSEAU	36
AULA 7: A SOCIEDADE COMERCIAL I: ADAM SMITH	38
AULA 8: A SOCIEDADE COMERCIAL II: DAVID RICARDO	42
AULA 9: A SOCIEDADE COMERCIAL III: CARL Menger	47
PARTE III — A SOCIEDADE LIBERAL	51
AULA 10: A SOCIEDADE LIBERAL CLÁSSICA: JOHN S. MILL	51
AULA 11: A SOCIEDADE LIBERAL CONTEMPORÂNEA: JOHN RAWLS	66
AULA 12: BRASIL: “A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ”. CONSTITUCIONALISMO SOCIAL	72
AULA 13: BRASIL: “A DEGRADAÇÃO CONSTITUCIONAL”. CRISE CONSTITUCIONAL	77
PARTE IV — A SOCIEDADE ROMÂNTICA	80
AULA 14: A SOCIEDADE PRÉ-ROMÂNTICA: J. G. VON HERDER	80
AULA 15: A SOCIEDADE ROMÂNTICA: G. W. FRIEDRICH HEGEL	87
AULA 16: A SOCIEDADE PÓS-ROMÂNTICA: F. NIETZSCHE	92
PARTE V — CRÍTICAS FRAGMENTÁRIAS	98
AULA 17: A CRÍTICA EMPREENDEDORA: J. SCHUMPETER	98
AULA 18: A CRÍTICA NEOLIBERAL: F. HAYEK	104
AULA 19: A CRÍTICA SOCIALISTA: K. MARX/D. HARVEY	115
AULA 20: A CRÍTICA ECOLÓGICA: PAPA FRANCISCO	117

AULA 21: A CRÍTICA DO CONTROLE: GILLES DELEUZE	119
AULA 22: A CRÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO: BOLTANSKI E CHIAPELO	126
AULA 23: A CRÍTICA CÍNICA: PETER SLOTERDIJK	128
AULA 24: A CRÍTICA FEMINISTA: CATHARINE A. MACKINNON	135
AULA 25: A CRÍTICA CULTURALISTA: PIERRE BOURDIEU/JESSÉ SOUZA	141
PARTE VI — A SOCIEDADE BRASILEIRA	147
AULA 26: A SOCIEDADE CRIATIVA I	147
AULA 27: A SOCIEDADE CRIATIVA II	149



APRESENTAÇÃO

O pano de fundo do curso é uma conjectura e provocação: a crise do Brasil é uma crise de justiça.

O que é justiça?

Em uma palavra, justiça é a métrica que uma comunidade utiliza para resolver seus conflitos coletivos. Visões de justiça variadas tendem a prevalecer em momentos e locais distintos. A definição de métricas diferentes podem direcionar a sociedade em direções muito variadas. Quando um critério de justiça é institucionalizado pelo direito, ganha império e se torna referência geral. Em momentos de rotina, a justiça aparece como segunda pele, invocada pelos órgãos oficiais e pelos indivíduos rotineiramente — e, na maior parte do tempo, sem sequer ser percebida pelos cidadãos. Em momentos de crise, contudo, este lugar comum é erodido. Surge um estranhamento sobre os melhores critérios para orientar a ação prática. É nestes momentos também em que ganhamos visibilidade sobre a justiça.

A crise porque passa o Brasil vai além de uma crise política ou econômica. A política está em crise: as instituições brasileiras se degladiam, às vezes sem direção ou propósito claro, além de atingir a credibilidade umas das outras. A economia está em crise: o modelo de crescimento que imperou nos últimos anos, ancorado em exportação de *commodities* e popularização do consumo interno, já não é suficiente para empurrar nosso avanço. Escândalos de corrupção, enaltecidos pela mídia, minam a credibilidade das lideranças e dos seus cargos, abrindo as portas no Brasil para uma discussão crível, e talvez necessária, sobre o futuro do nosso próprio regime constitucional e seus critérios.

A Constituição de 1988 não adota explicitamente uma teoria da justiça. A visão que melhor organiza e revela seus propósitos, contudo, é expressa, a meu ver, pela teoria de justiça liberal-social (captada pelo pensamento de John Rawls ou de Jurgen Habermas, por exemplo). A Constituição “Cidadã”, assim como a teoria de justiça liberal que lhe serve de alma, busca reconciliar, por meio da linguagem do direito, as necessidades de crescimento econômico do país com as ambições sociais de redução das desigualdades.

Este modelo de justiça e de organização social começa a dar sinais de fadiga hoje. Sinais são percebidos em ataques cada vez mais frequentes e variados a alguns dos pilares em que nosso regime político-social se estrutura. De ideal a ser seguido por todos, o regime constitucional é ora visto como inepto ou como adversário das mudanças que o país precisa discutir e implementar.

Considerar que o Brasil vive uma crise de justiça, ainda que como conjectura, servirá como estímulo para provocar um estranhamento em relação à maneira como o país tradicionalmente compreende e se organiza para tentar resolver seus problemas. Cedo ou tarde, a ordem social em qualquer socieda-



de depende, pelo menos, de uma convergência em torno de critérios segundo os quais uma sociedade arbitra disputas e mantém-se coesa.

TESES

Ao longo do curso, serão defendidas 4 teses preliminares:

I. *A crise do Brasil é uma crise de justiça*: estão em xeque critérios e condições segundo os quais tradicionalmente administramos nossos problemas ao longo das últimas décadas.

II. *A visão de justiça institucionalizada no Brasil — a governança liberal-social — é uma síntese imperfeita entre duas visões* que se tornaram imperiais ao longo dos últimos séculos: a governança de governo e a governança de mercado.

III. *Nas últimas décadas, série de ataques fragmentários à governança liberal-social buscam resgatar e valorizar ideais característicos do romantismo*. A governança romântica valoriza a expressividade, o papel das emoções e da subjetividade humana na formação da identidade individual e coletiva.

IV. *Começa a avançar no país nova versão de governança — governança criativa* — cujo fim é libertar e equipar a criatividade social dos brasileiros.

SOBRE A INOVAÇÃO NA ESTRUTURA DO CURSO

Os cursos de Teoria da Justiça, em boa parte do mundo ocidental, têm sido organizados, direta ou indiretamente, em torno de um autor e de um método. O autor é John Rawls. A influência de *A Theory of Justice*, publicado originalmente em 1971, marcou o pensamento na academia pelas décadas que se passaram. Em torno da reconstrução do liberalismo articulada por Rawls, juntam-se os seus apoiadores e críticos. O sucesso do projeto de Rawls se espalhou rapidamente pelas disciplinas e conferiu à filosofia moral e política prestígio considerável.

O método é a estrutura de aulas baseadas em problemas morais específicos, que servem como porta de entrada para diálogo socrático sobre uma ideia filosófica, desenvolvido por Michael Sandel, também professor de Harvard e ele próprio um crítico suave do liberalismo rawlsiano. Sandel estruturou seu curso, hoje disponível online e assistido em todo o mundo, em torno de problemas particulares — como o aborto, casamento gay e taxaço pelo governo — que servem de introdução ao debate sobre “a coisa certa a fazer”.

No direito e no Brasil, esta orientação e este método possuem limites substantivos e metodológicos. A primeira limitação substantiva é confinar a discussão sobre justiça a temas e disputas que marcaram a sociedade americana

na década de 1970. Muitos dos problemas brasileiros (e também norte-americanos ou globais) não podem ser propriamente compreendidos e endereçados a partir da filosofia política liberal.

A segunda limitação substantiva é restringir, muito cedo no processo de formação intelectual dos alunos, o desenvolvimento de novas formas de pensamento. Porque o debate tende a se reduzir a uma “disputa em família”, que envolve os amigos do liberalismo de matriz norte-americana, a capacidade de compreensão, de crítica e de imaginação do estudante sobre os desafios da justiça que estejam fora deste esquadrão também é constrangida.

A terceira limitação substantiva, e talvez a mais significativa, é querer importar, para o direito e para o Brasil, modo de reflexão disciplinar, que talvez faça sentido na filosofia moral e política nos Estados Unidos, mas cuja relevância para a tradição jurídica, em especial no Brasil, é muito limitada. Porque o direito, ao longo do século XX, perdeu a confiança em si mesmo, ficou mais fácil imitar, sem constrangimentos, modos de pensar e debater mais avançados em outras áreas do pensamento do que desenvolver capacidade própria.

A proposta do curso Teorias da Justiça é tentar resolver estes problemas, inovando na substância e no método de compreensão de problemas — especialmente os jurídicos — no Brasil.

Serão quatro as inovações substantivas do curso.

A primeira é apresentar e debater *elenco canônico de teorias da justiça* — ou “visões de governança”, para se referir à institucionalização de uma visão de justiça em determinado arranjo social. Serão selecionadas, prioritariamente, teorias e autores cujo pensamento tenha se tornado (ou promete se tornar) um clássico, e cujas ideias ou problemas endereçados encontram ressonância no debate social brasileiro. Não basta ser teoricamente sofisticado. Não basta ter expressão política. É preciso um pouco das duas coisas. O que é mais decisivo na organização da sociedade é justamente este ponto de encontro entre pensamento e ação.

A segunda é discutir as teorias da justiça a partir do “*contexto universal*”. Enxergá-las, de um lado, como gramáticas que organizam a colaboração entre as pessoas e, de outro lado, como “métricas” para a solução de impasses. Este ponto de vista é distinto da tradição filosófica que busca um ponto de vista universal (a-contextual) e diferente da tradição econômica contemporânea que apenas reconhece o papel e vigor do mercado como linguagem e forma de mediação coletiva. Há contextos universais que conformam o horizonte de pensamento e de interação social — ou, em outros termos, “valores” e “economias” — diferentes.

A terceira inovação é destacar, ao longo do curso, *grandes questões controversas do debate social (e jurídico) brasileiro*. Por um lado, isso permitirá ao aluno qualificar sua visão sobre os desafios práticos do país. Por outro, permi-



tirá a ele reconhecer, nas disputas pontuais, o debate sobre visões alternativas de sociedade, como estas visões entram em choque e como uma ou outra visão pode eventualmente sobressair-se.

A quarta inovação será de *método*. As aulas, em regra, serão organizadas em torno de conjuntos de leituras: um texto que apresente aspecto central de uma teoria de justiça (um texto clássico), textos que apresentem problemas da realidade brasileira (apresentação de problema real/atual) e, eventualmente, textos de discussão pública que exemplifiquem a incorporação, ainda que de forma subliminar, de teoria de justiça em análise na orientação popular. Em alguns casos, serão também apresentados contrapontos à orientação prevaiente da teoria.

PROPÓSITOS DE APRENDIZAGEM

O curso possui quatro propósitos de aprendizagem.

O primeiro é permitir ao aluno um *contato suave e organizado com bases do pensamento político e social* mais influente no mundo ocidental. O intuito não é que o aluno se torne proficiente nas teorias de justiça, mas que, ao menos, comece a reconhecer o sentido e influência dos clássicos do pensamento na rotina social.

O segundo é compreender a *interação entre justiça e instituições*: como visões de justiça variadas orientam a organização e o avanço social em trajetórias variadas. E como as áreas da sociedade e do direito tendem a encarnar e representar visões de justiça diferentes.

O terceiro é aprender a *raciocinar “problematicamente”*: como um problema prático e aparentemente singelo pode, com grande frequência, revelar uma disputa profunda sobre visões de sociedade. E como visões alternativas de sociedade nos permitem “compreender” e “avaliar” fenômenos de formas muito diversas.

O quarto é permitir ao aluno *qualificar suas intuições e eventualmente começar a desenvolver sua própria visão* sobre a maneira “justa” de direcionar a ação da sociedade brasileira. O debate sobre os problemas brasileiros ajudará no desenvolvimento desta reflexão.

AValiação

A avaliação do curso se dividirá em duas partes.

A primeira parte é a elaboração de dois textos curtos, com a apresentação de um problema da realidade brasileira e com proposta de solução para este problema, a partir das visões de governança e ideias discutidas no curso. Cada



texto corresponderá a 40% da nota final e deverá conter até 1.500 palavras. Os textos deverão ser enviados pelo site do *e-class* até o último dia da P1 e o último dia da P2, respectivamente.

O objetivo é avaliar a profundidade da compreensão do aluno, de sua capacidade crítica e de sua capacidade de elaborar e de expressar, com clareza e profundidade, sua própria visão sobre o problema geral do Brasil ou sobre um problema específico. O trabalho deverá ser desenvolvido progressivamente ao longo do curso com supervisão do professor e de assistentes.

A segunda parte da avaliação é a participação em aula, que corresponderá a 20% da nota final.

CALENDÁRIO

PARTE I — PRELIMINARES

Dia 13/02 — Aula 1: APRESENTAÇÃO. A CRISE: Por que uma teoria da justiça?

Dia 15/02 — Aula 2: CRISE DO BRASIL: Qual é a natureza da crise brasileira? A crise sobre o modelo de organização social

Dia 20/02 — Aula 3: VISÃO DE GOVERNANÇA: ELEMENTOS CENTRAIS. O que é uma visão de governança? Seus elementos centrais: bem comum, métrica e excelência.

PARTE II — VISÕES DE SOCIEDADE

Governança de Governo

Dia 22/02 — Aula 4: A SOCIEDADE DA ORDEM: THOMAS HOBES. Controle dos impulsos e ordem do Leviatã.

Dia 06/03 — Aula 5: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA I: JOHN LOCKE. Qualificação representativa da ordem.

Dia 08/03 — Aula 6: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA II: J. J. ROUSSEAU. Qualificação participativa da ordem.

Governança de Mercado

Dia 13/03 — Aula 7: A SOCIEDADE COMERCIAL I: ADAM SMITH. Canalização dos impulsos e ordem espontânea.

Dia 15/03 — Aula 8: A SOCIEDADE COMERCIAL II: DAVID RICARDO. Qualificação da divisão do comércio.

Dia 20/03 — Aula 9: A SOCIEDADE COMERCIAL III: CARL MENGER. Qualificação marginalista.



PARTE III — A SOCIEDADE LIBERAL

Dia 22/03 — Aula 10: A SOCIEDADE LIBERAL CLÁSSICA: STUART MILL. Síntese liberal clássica.

Dia 27/03 — Aula 11: A SOCIEDADE LIBERAL CONTEMPORÂNEA: JOHN RAWLS. Síntese liberal contemporânea.

Dia 29/03 — Aula 12: BRASIL: “A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ”. Constitucionalismo social.

PROVA

Dia 17/04 — Aula 13: BRASIL: “A DEGRADAÇÃO CONSTITUCIONAL”. Crise constitucional.

PARTE IV — A SOCIEDADE ROMÂNTICA

Dia 19/04 — Aula 14: A SOCIEDADE PRÉ-ROMÂNTICA: J. G. VON HERDER. Criatividade e estética.

Dia 24/04 — Aula 15: A SOCIEDADE ROMÂNTICA: G. W. FRIEDRICH HEGEL. Criatividade e idealismo.

Dia 26/04 — Aula 16: A SOCIEDADE PÓS-ROMÂNTICA: F. NIETZSCHE. Criatividade e individualidade radical.

PARTE V — CRÍTICAS FRAGMENTÁRIAS

Ataque “privado”

Dia 03/05 — Aula 17: A CRÍTICA EMPREENDEDORA: J. SCHUMPETER. Empreendedorismo e mercado.

Dia 08/05 — Aula 18: A CRÍTICA NEOLIBERAL: F. HAYEK. Empreendedorismo, conhecimento e mercado.

Ataque “social”

Dia 10/05 — Aula 19: A CRÍTICA SOCIALISTA: K. MARX/D. HARVEY. Geografia da exclusão.

Dia 15/05 — Aula 20: A CRÍTICA ECOLÓGICA: PAPA FRANCISCO. Ameaça à casa comum.

Ataque “global”

Dia 17/05 — Aula 21: A CRÍTICA DO CONTROLE: GILLES DELEUZE. Ameaça em rede.

Dia 22/05 — Aula 22: A CRÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO: BOLTANSKI E CHIAPELO. Finanças globais.

Dia 24/05 — Aula 23: A CRÍTICA CÍNICA: PETER SLOTERDIJK. Energia frustrada.

Ataque “culturalista”

Dia 29/05 — Aula 24: A CRÍTICA FEMINISTA: CATHARINE A. MACKINNON. Gênero e liberdade.



Dia 31/05 — Aula 25: A CRÍTICA CULTURALISTA: PIERRE BOURDIEU. Capital cultural e mercado.

PARTE VI — A SOCIEDADE BRASILEIRA

Dia 05/06 — Aula 26: A SOCIEDADE CRIATIVA I

Dia 07/06 — Aula 27: A SOCIEDADE CRIATIVA II

**PROGRAMAÇÃO DAS AULAS****PARTE I — PRELIMINARES****DIA 13/02 — AULA 1: APRESENTAÇÃO***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso de abertura do curso é também um dos temas mais polêmicos e sensíveis da atualidade brasileira: a crise no sistema prisional. Ao longo dos últimos meses, o país foi surpreendido por sequência de rebeliões e assassinatos em diversos presídios espalhados pelo país. O tema suscitou as reações mais diversas na mídia e na população. Qual a causa principal do problema prisional brasileiro? O que este tema, a seu ver, tem que ver com a justiça?

Refleta sobre três aspectos especiais deste problema. Primeiro, a organização do sistema prisional. Você é a favor ou contra a privatização dos presídios? Segundo, a indenização do Estado a famílias dos presidiários assassinados. Você é a favor ou contra a indenização dos presos por danos sofridos na prisão? Terceiro, sob a perspectiva dos presos, como deveriam se comportar dentro de um presídio governado por facções? O que estas distintas dimensões do problema têm que ver com a justiça?

Em sua reflexão, considere pontos de vista de David Hume e de Luc Boltanski/Laurent Thévenot sobre “o que é a justiça”. Para que serve a justiça? Para que ela não serve?

PROBLEMA:

Entenda a crise no sistema prisional brasileiro.

LEITURA OBRIGATÓRIA:

HUME, David; **On Justice**; in **An enquiry concerning human understanding: A critical edition** http://www.livingphilosophy.org.uk/philosophy/David_Hume/on_Justice.htm (2pgs.)

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European journal of social theory**, v. 2, n. 3, p. 359-372 (14 pgs.), 1999.

**QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:**

- 1) O que é “justiça” para Hume? Quais as condições para a justiça? Quais as circunstâncias em que não faz sentido falar em justiça?
- 2) Qual é o argumento central do texto de Boltanski e Thévenot?
- 3) O que seria um momento crítico? E uma “ordem de grandeza”?
- 4) Qual é a função dos clássicos do pensamento filosófico e político de, na visão de Boltanski, para “justificar” critérios de solução de conflito entre as pessoas?
- 5) Leia com atenção a tabela 1. Veja os distintos “critérios de valor” apresentados. Uma pessoa pode recorrer a critérios de justiça variados em sua vida? Em sua cidade? Em seu país? Ao longo de uma semana? Ao longo de um dia? Explique como isso ocorreria.
- 6) Quais são os “mundos” apresentados pelo autor? Quem são os protagonistas de cada mundo? Por quê?

**DIA 15/02 — AULA 2: CRISE DO BRASIL***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Uma das medidas mais importantes aprovadas pelo Governo Temer até o momento é a chamada PEC do Teto. Esta medida estabeleceu, por um período de 20 anos, “teto” de gastos para o governo federal. Intuito do governo é, a curto prazo, sinalizar compromisso forte com contenção de gastos públicos e, a médio, impedir “populismo financeiro” dos governantes. Havia—e ainda há—a expectativa de que esta medida é decisiva para a recuperação da economia nacional.

Ao mesmo tempo que aplaudida pelo governo, a medida também sofre críticas severas de membros da oposição ao governo. Alguns alegam que a medida pode gerar o efeito oposto do esperado e aprofundar a crise brasileira. Outros protestam que, embora necessária, a medida é excessiva, pois congela gastos sociais por período excessivamente longo—até duas décadas. Ainda há aqueles que entendem que a medida viola o pacto constitucional de 1988, pois, na dificulta (ou impede) realização do compromisso social da Constituição, ao mesmo tempo que mantém livre (e sem devido controle e transparência) gestão macroeconômica do país (juros da dívida pública).

Você é a favor ou contra a PEC do Teto? Por quê? Em sua reflexão, considere a “catástrofe hipotética” apresentada por A. Macintyre na abertura de seu livro. E reflita sobre como o debate brasileiro se relaciona com o problema da “justiça”.

PROBLEMA:

PEC do Teto

PEC do Teto de gastos é um “erro histórico” que provocará retrocesso social

Vídeo: PEC 241/55

LEITURA OBRIGATÓRIA:

MACINTYRE, Alasdair. **After virtue**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984, pp. 1 a 5 (6 pg.).

**LEITURA COMPLEMENTAR:**

WALZER, Michael. Esferas da Justiça, Esferas da Justiça. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003, pp. 1 a 11 e 20 a 25.

Vídeo: O que você vai fazer com a sua aposentadoria agora?

Vídeo: PEC 241

NOTÍCIA I**Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida**

Fonte: El país/ Gil Alessi

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos, a PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Com as contas no vermelho, o presidente Michel Temer vê na medida, considerada umas das maiores mudanças fiscais em décadas, uma saída para sinalizar a contenção do rombo nas contas públicas e tentar superar a crise econômica.

O mecanismo enfrenta severas críticas da nova oposição, liderada pelo PT, pelo PSOL e pelo PCdoB, mas também vindas de parte dos especialistas, que veem na fórmula um freio no investimento em saúde e educação previstos na Constituição. O texto da emenda, que agora será incorporado à Constituição, também tem potencial para afetar a regra de reajuste do salário mínimo oficial. Veja como foi a votação nesta terça aqui. Entenda o que é a emenda e suas principais.

A PEC, a iniciativa para modificar a Constituição proposta pelo Governo, tem como objetivo frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos e tenta equilibrar as contas públicas. A ideia é fixar por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas: será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais — na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento — fica praticamente congelado). Se entrar em vigor em 2017, portanto, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.



Por que o Governo diz que ela é necessária?

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, diz que “não há possibilidade de prosseguir economicamente no Brasil gastando muito mais do que a sociedade pode pagar. Este não é um plano meramente fiscal.” Para a equipe econômica, mesmo sem atacar frontalmente outros problemas crônicos das contas, como a Previdência, o mecanismo vai ajudar “a recuperar a confiança do mercado, a gerar emprego e renda” ao mesmo tempo em que conterá os gastos públicos, que estão crescendo ano a ano, sem serem acompanhados pela arrecadação de impostos. Para uma parte dos especialistas, pela primeira vez o Governo está atacando os gastos, e não apenas pensando em aumentar as receitas. O Governo Temer não cogita, no momento, lançar mão de outras estratégias, como aumento de impostos ou mesmo uma reforma tributária, para ajudar a sanar o problema do aumento de gasto público no tempo.

O que dizem os críticos da PEC?

Do ponto de vista de atacar o problema do aumento anual dos gastos públicos, uma das principais críticas é que uma conta importante ficou de fora do pacote de congelamento: os gastos com a Previdência. É um segmento que abocanha mais de 40% dos gastos públicos obrigatórios. Logo, a PEC colocaria freios em pouco mais de 50% do Orçamento, enquanto que o restante ficaria fora dos limites impostos — só a regra sobre o salário mínimo tem consequências na questão da Previdência. A Fazenda afirmou, de todo modo, que a questão da Previdência será tratada de forma separada mais à frente. “Se não aprovar mudanças na Previdência, um gasto que cresce acima da inflação todos os anos, vai ter de cortar de outras áreas, como saúde e educação”, diz Márcio Holland, ex-secretário de política econômica da Fazenda. “Nesse sentido, a PEC deixa para a sociedade, por meio do Congresso, escolher com o que quer gastar”, complementa.

Há vários especialistas que dizem que, na prática, o texto determina uma diminuição de investimento em áreas como saúde e educação, para as quais há regras constitucionais. Os críticos argumentam que, na melhor das hipóteses, o teto cria um horizonte de tempo grande demais (ao menos dez anos) para tomar decisões sobre toda a forma de gasto do Estado brasileiro, ainda mais para um Governo que chegou ao poder sem ratificação de seu programa nas urnas. Eles dizem ainda que, mesmo que a economia volte a crescer, o Estado já vai ter decidido congelar a aplicação de recursos em setores considerados críticos e que já não atendem a população como deveriam e muito menos no nível dos países desenvolvidos. Se a economia crescer, e o teto seguir corrigido apenas de acordo com a inflação, na prática, o investido nestas áreas vai ser menor em termos de porcentagem do PIB



(toda a riqueza produzida pelo país). O investimento em educação pública é tido como um dos motores para diminuir a desigualdade brasileira.

Quando a PEC começa a valer?

Começa a valer a partir de 2017. No caso das áreas de saúde e educação, as mudanças só passariam a valer após 2018, quanto Temer não será mais o presidente.

Qual o impacto da PEC no salário mínimo?

A proposta também inclui um mecanismo que pode levar ao congelamento do valor do salário mínimo, que seria reajustado apenas segundo a inflação. O texto prevê que, se o Estado não cumprir o teto de gastos da PEC, fica vetado a dar aumento acima da inflação com impacto nas despesas obrigatórias. Como o salário mínimo está vinculado atualmente a benefícios da Previdência, o aumento real ficaria proibido. O Governo tem dito que na prática nada deve mudar até 2019, data formal em que fica valendo a regra atual para o cálculo deste valor, soma a inflação à variação (percentual de crescimento real) do PIB de dois anos antes. A regra em vigor possibilitou aumento real (acima da inflação), um fator que ajudou a reduzir o nível de desigualdade dos últimos anos.

O que acontece se a PEC for aprovada e o teto de gastos não for cumprido?

Algumas das sanções previstas no texto da PEC para o não cumprimento dos limites inclui o veto à realização de concursos públicos, à criação de novos cargos e à contratação de pessoal. Em outras palavras, pretende ser uma trava muito mais ampla que a Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, que cria um teto de gastos com pessoal (vários Estados e outros entes a burlam atualmente).

A PEC do teto vale para os Estados também?

A PEC se aplicará apenas aos gastos do Governo Federal. No entanto, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, já sinalizou que o Planalto deve encaminhar em breve uma segunda PEC que limita os gastos estaduais. Por enquanto não há consenso entre o Executivo Federal e os governadores sobre o assunto.

Quais impactos a PEC pode ter nas áreas de educação e saúde?



Os críticos afirmam que a PEC irá colocar limites em gastos que historicamente crescem todos os anos em um ritmo acima da inflação, como educação e saúde. Além disso, gastos com programas sociais também podem ser afetados pelo congelamento. Segundo especialistas e entidades setoriais, esta medida prejudicaria o alcance e a qualidade dos serviços públicos oferecidos. Especialistas apontam problemas para cumprir mecanismos já em vigor, como os investimentos do Plano Nacional de Educação. Aprovado em 2014, o PNE tem metas de universalização da educação e cria um plano de carreira para professores da rede pública, uma das categorias mais mal pagas do país. “A população brasileira está envelhecendo.

Deixar de investir na educação nos patamares necessários, como identificados no PNE, nos vinte anos de vigência da emenda proposta — tempo de dois PNEs —, é condenar as gerações que serão a população economicamente ativa daqui vinte anos, a terem uma baixa qualificação”, disse o consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo Sena, ao site Anped, que reúne especialistas em educação.

Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que mais importante do que o valor despendido com áreas como saúde, educação e segurança, é a qualidade desses gastos. “Dados da educação e da saúde hoje mostram que a alocação de recursos não é o problema. É preciso melhorar a qualidade do serviço prestado à população”, disse. “Teremos muito trabalho. O principal deles será o de mostrar que a saúde e educação não terão cortes, como a oposição tenta fazer a população acreditar”, afirmou a líder do Governo no Congresso, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

A PEC do teto atingirá de maneira igual ricos e pobres?

A população mais pobre, que depende do sistema público de saúde e educação, tende a ser mais prejudicada com o congelamento dos gastos do Governo do que as classes mais abastadas.

A Associação Brasileira de Saúde Pública, por exemplo, divulgou carta aberta criticando a PEC. No documento a entidade afirma que a proposta pode sucatear o Sistema Único de Saúde, utilizado principalmente pela população de baixa renda que não dispõe de plano de saúde. Além disso, de acordo com o texto da proposta, o reajuste do salário mínimo só poderá ser feito com base na inflação — e não pela fórmula antiga que somava a inflação ao percentual de crescimento do PIB. Isso atingirá diretamente o bolso de quem tem o seu ganho atrelado ao mínimo.

Por que a Procuradoria Geral da República diz que é inconstitucional?



Em nota técnica divulgada em 7 de outubro o órgão máximo do Ministério Público Federal afirmou que a PEC é inconstitucional. De acordo com o documento, “as alterações por ela pretendidas são flagrantemente inconstitucionais, por ofenderem a independência e a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições constitucionais do Sistema de Justiça [...] e, por consequência, o princípio constitucional da separação dos poderes, o que justifica seu arquivamento”. A crítica vem pela criação de regras de gastos para os demais Poderes.

Na nota, a procuradoria argumenta que, caso aprovada, a PEC irá prejudicar a “atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais: o combate à corrupção; o combate ao crime; a atuação na tutela coletiva; e a defesa do interesse público”. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência rebateu a PGR, afirmando que na proposta não existe “qualquer tratamento discriminatório que possa configurar violação ao princípio da separação dos poderes”.

O que vem depois da PEC?

A PEC é a prioridade da equipe econômica do Governo Temer, que vai pressionar por outras reformas nos próximos meses, como a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista.

NOTÍCIA II

PEC 55 é “erro histórico” que provocará “retrocesso social”, diz ONU

Fonte: Carta Capital

<http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-55-e-erro-historico-que-provoca-retrocesso-social-diz-onu>

O congelamento de gastos sociais previsto na PEC 55 terá “impacto severo” sobre a população pobre no Brasil, provocará “retrocesso social” e colocará “toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais”. O diagnóstico é do australiano Philip Alston, relator especial das Nações Unidas para a pobreza extrema e os direitos humanos.

Em uma nota tornada pública nesta sexta-feira 9, a relatoria especial da ONU lembra que, nas últimas décadas, o Brasil “estabeleceu um impressionante sistema de proteção social voltado para erradicar a pobreza e o reconhe-

cimento dos direitos à educação, saúde, trabalho e segurança social”, mas que a PEC 55 pode destruir esse legado.

“Essas políticas contribuíram substancialmente para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no país. Seria um erro histórico atrasar o relógio nesse momento, “ disse Alston.

No documento, a relatoria da ONU lembra que Temer chegou ao poder graças a um impeachment e que, portanto, “jamais apresentou seu programa a um eleitorado”. Alston afirma que seria necessário realizar um “debate público apropriado” sobre a medida e seus impactos. “Essa é uma medida radical, desprovida de toda nuance e compaixão”, disse.

“Vai atingir com mais força os brasileiros mais pobres e mais vulneráveis, aumentando os níveis de desigualdade em uma sociedade já extremamente desigual e, definitivamente, assinala que para o Brasil os direitos sociais terão muito baixa prioridade nos próximos vinte anos”, afirma.

Ainda segundo o relator, a PEC 55 coloca o Brasil em violação ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ratificado em 1992, que “veda a adoção de ‘medidas deliberadamente regressivas’ a não ser que não exista nenhuma outra alternativa e que uma profunda consideração seja dada de modo a garantir que as medidas adotadas sejam necessárias e proporcionais. “

A PEC 55, que tramitou na Câmara como PEC 241, é o carro-chefe do governo Michel Temer. Aprovada pela Câmara em dois turnos, ela deve ser referendada em segundo turno pelo Senado em 13 de dezembro.

Uma mostra da importância da PEC para o governo foi a mobilização do Planalto para manobrar o Supremo Tribunal Federal nesta semana de forma a manter Renan Calheiros (PMDB-AL) como presidente do Senado. Afastado por uma liminar, Renan conseguiu ficar no cargo após indicar que, sem ele, a tramitação da PEC na Casa seria prejudicada.

Na quinta-feira 8, após ser salvo pela manobra do STF, Renan determinou a realização de três sessões no Senado em menos de seis horas. Isso garantiu o prazo regimental para que a PEC seja votada no dia 1

**DIA 20/02 — AULA 3: VISÃO DE GOVERNANÇA: ELEMENTOS CENTRAIS***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O problema da aula de hoje chama atenção para debate nacional sobre supersalários de servidores públicos, especialmente de magistrados. Remuneração dos servidores é normalmente composta por distintas verbas. A soma destas verbas, algumas chamadas de indenizatórias, em vários casos ultrapassa o teto do funcionalismo público (salário de Ministro do Supremo Tribunal Federal).

Por que o “teto” do funcionalismo público é o salário de um magistrado, e não de representante político da sociedade? Ao refletir sobre sua resposta, considere a visão de John Rawls sobre como a sociedade deve ser organizada.

O que seriam, para Rawls, o ideal de “bem comum” (visão substantiva de justiça), “métrica” (visão processual de justiça) e “excelência” (virtudes de comportamento individual)?

PROBLEMA:

PEC 62/2015

Supersalários

Medidas para coibir os supersalários

Juízes estaduais e promotores: eles ganham 23 vezes mais do que você

LEITURA OBRIGATÓRIA:

Rawls, John; **A Theory of justice**; Harvard University Press, 1971; pp. 118-119 e pp.405,409 e 414

Rawls, John. **Political Liberalism**; Columbia University Press, 1993; pp. 136-137, 231-238.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. O protagonismo do Poder Judiciário na era dos direitos. 2009.

Auxílio Moradia I



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que é o princípio da legitimidade liberal?
- 2) Qual é o papel da posição original para Rawls?
- 3) O que significa dizer que a Suprema Corte é o “exemplo” de aplicação da razão pública em uma democracia liberal?
- 4) Rawls apresenta as moralidades de autoridade, associação e justiça em seu livro *A Theory of Justice*. Por que o autor apresenta estas três modalidades em uma sociedade justa?

NOTÍCIA I

Juízes e desembargadores são convocados para discutir supersalários

Fonte: Jornal Em/ Isabella Souto

http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/11/29/interna_politica,827984/juizes-e-desembargadores-sao-convocados-para-discutir-supersalarios.shtml

Em uma carta eletrônica divulgada apenas aos juízes e desembargadores filiados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o presidente da entidade, João Ricardo Costa, convoca a categoria para uma grande mobilização, no próximo dia 1º, em protesto a projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que considera “retaliações” ao Judiciário. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/15, que desvincula os salários entre os agentes públicos e prevê a redução do teto salarial no país para R\$ 15 mil — hoje e, o valor máximo é de R\$ 36.713,88 — e a criação da Comissão Especial do Senado dos chamados supersalários, “na qual visivelmente o alvo é o Poder Judiciário”, diz Costa no documento.

Para evitar a aprovação dos textos, o presidente da AMB fala ainda de um protesto conjunto com membros do Ministério Público. “Mais do que nunca, a magistratura nacional e os membros do Ministério Público precisam unir esforços para combater fortemente tais medidas”, afirma trecho da carta. Reportagem publicada na edição de domingo do Estado de Minas mostrou que na última folha de pessoal divulgada nos sites dos órgãos 1.426 servidores do Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas ganharam acima do teto salarial graças a abonos e gratificações exclusivas do serviço público.

A grande maioria deles corresponde a juízes, desembargadores, promotores e procuradores de Justiça. O maior salário foi pago a um juiz que ganhou, em um único mês, R\$ 374.298,15. Em 12 meses, os contracheques do ma-



gistrado somaram mais de R\$ 1 milhão. Segundo o próprio site do TJMG, esses valores são referentes a indenizações e abonos de férias, antecipação de gratificação natalina e serviços extraordinários, entre outros. De fato, as cifras variam mês a mês, de acordo com fatores como gratificações, férias, abonos e ajudas de custo.

A manifestação contra as “retaliações” promovidas pelo Legislativo está marcada para quinta-feira que vem, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse mesmo dia haverá sessão plenária em que os ministros vão julgar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), no caso que em que ele é acusado de usar dinheiro de uma empreiteira para pagar pensão de uma filha que teve fora do casamento. Foi Renan quem propôs a criação da comissão para investigar os supersalários.

Há ainda a possibilidade de paralisações de um dia nos tribunais estaduais. “A situação que temos acompanhado no Congresso Nacional é extremamente grave. Um momento sem precedentes na história republicana brasileira, em que estamos vendo uma série de ações orquestradas que buscam cercar a atuação da magistratura e paralisar o Poder Judiciário”, afirma em outro trecho da carta.

Medidas Entre os projetos rejeitados pela magistratura estão alguns pontos do pacote de medidas contra a corrupção, como a anistia ao caixa 2 nas campanhas eleitorais. No domingo, porém, o presidente Michel Temer anunciou um acordo institucional com as presidências da Câmara e do Senado para barrar qualquer tentativa de aprovação de um projeto que anistie quem cometeu caixa 2.

A AMB também se manifesta contra a criminalização de juízes e procuradores, que poderá ser incluída no parecer da proposta por meio de emenda de plenário. “Jamais teremos conhecimento antes da votação. Pretendem absolver todos aqueles que sugaram o país e criminalizar os agentes públicos que têm a função constitucional de reprimir e punir os crimes de corrupção”, alerta.

**PARTE II — AS VISÕES DE SOCIEDADE****GOVERNANÇA DE GOVERNO****DIA 22/02 — AULA 4: A SOCIEDADE DA ORDEM: THOMAS HOBBS***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Uber, vans e Cabify: o ponto em comum desses meios de locomoção é a sua ilegalidade total ou parcial na cidade do Rio de Janeiro. Para além das discussões sobre regulação ou não desses meios, os problemas desta aula apontam para o aspecto mais profundo do sistema de transporte carioca: como o empreendedorismo de serviços como o Uber afeta setores de transporte já consolidados na cidade? Quais são os impactos sob os seus principais atores, taxistas, consumidores e governo? A proibição seria a solução?

Em sua leitura, procure relacionar as discussões sobre essas soluções a problemática de locomoção urbana com o problema fundamental da organização social em Thomas Hobbes.

PROBLEMAS:

Taxistas destroem lounge da Uber no Aeroporto Santos Dumont e agri-
dem um motorista

Paes volta a proibir o Uber, mas aplicativo segue funcionando no Rio

LEITURA OBRIGATÓRIA:

HOBBS, Thomas, **Leviathan**, Segunda Parte, Caps. XIII.

Arash Abizadeh. **Hobbes on the Causes of War: A Disagreement Theory**, American Political Science Review, Vol. 105, No. 2, May 2011, pp. 298-315 (ler apenas p. 299).

**MATERIAL COMPLEMENTAR:**

[Lista dos processos contra o Uber nos Estados Unidos](#)

[Vídeo: Uber Class-Action Lawsuit: What's at Stake?](#)

Vídeo: [Vans Proibidas na Zona Sul](#)

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) **(Questão prévia).** Por que você acha que o Estado deve existir?
- 2) Por que seria necessário criar o Estado para o autor?
- 3) Quais são as paixões dominantes para Hobbes?
- 4) Qual seria a maior virtude de um cidadão ao ingressar na sociedade civil?
- 5) Tendo em vista que somos influenciados por nossos instintos, por que tentaríamos ou deveríamos obedecer às regras impostas por uma única pessoa, ou um conjunto de pessoas, que representam o Estado?
- 6) Uma vez criado o Estado esse poderia ser desfeito? Justifique.
- 7) O papel do Estado de garantir a ordem persiste até os dias atuais, contudo, muitas vezes esse papel não consegue ser exercido plenamente pelo Estado, o que ocasiona rupturas, como as revoluções e as quedas de poder. Nesse sentido, tente pensar qual seria a resposta de Hobbes para um cenário em que a ordem já não pode ser garantida pelo Estado. Será que seria necessário criar outro contrato social?
- 8) Qual é a visão de governança de Hobbes?

NOTÍCIA I**Taxistas destroem lounge da Uber no Aeroporto Santos Dumont e agredem um motorista**

Fonte: O GLOBO/ Luiz Ernesto Magalhães

<http://oglobo.globo.com/rio/taxistas-destroem-lounge-da-uber-no-aeroporto-santos-dumont-agridem-um-motorista-20560646>

RIO — Mais de cem taxistas depredaram, no início da tarde desta terça-feira, o lounge que serve de apoio às operações da Uber no Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio, como revelou o blog do jornalista Lauro Jardim. Segundo a empresa, um motorista do serviço foi agredido. Funcionários

da Uber disseram que os invasores quebraram pelo menos duas TVs e duas geladeiras e depredaram ainda três carros que prestam serviço ao aplicativo. Indagada se vai registrar queixa da agressão na polícia, a assessoria da companhia respondeu que “tomará as providências cabíveis”.

A empresa acrescentou que, assim que percebeu a movimentação em volta do local, o espaço foi fechado. Ainda não há data para reabertura. O sinal do aplicativo no aeroporto ficou cortado das 13h30 até 16h15 por medida de precaução.

Manifestantes com porretes

Alguns manifestantes levavam porretes, que foram usados para quebrar o lounge. Inicialmente, o ato era apenas um protesto de taxistas e era acompanhado por três policiais militares. Eles dispersaram o grupo com spray de pimenta. O Batalhão de Choque foi acionado pelos soldados. Um dos manifestantes disse que, se eles conseguem quebrar a Alerj, como não conseguiriam quebrar a Uber — disse um colaborador do aplicativo.

Em nota, a empresa disse que considera inaceitável o uso de violência. “Acreditamos que qualquer conflito deve ser administrado pelo debate de ideias entre todas as partes. Todo cidadão tem o direito de escolher como quer se movimentar pela cidade, assim como o direito de trabalhar honestamente”, ressaltou a empresa.

Funcionários da Uber disseram que são hostilizados frequentemente por taxistas no Santos Dumont, mas esse foi o primeiro caso de vandalismo. Pelo menos 20 passageiros que aguardavam motoristas foram hostilizados. Entre eles, a jornalista Ana Paula Renault, que participou do reality Big Brother Brasil, da TV Globo. Ela contou, em seu perfil do Twitter, que estava no aeroporto e foi agredida. Em post, ela disse que fez “questão de sair do aeroporto escoltada, mas de Uber”.

O atendimento dos motoristas da Uber já foi normalizado. Os passageiros embarcam por um estacionamento ao lado do Shopping Bossa Nova, anexo ao aeroporto e onde fica o posto da Uber.

O shopping Bossa Nova Mall informou, em nota, que acionou a polícia para reforçar a segurança no local. “A situação já está sob controle e o shopping opera normalmente.”

Justiça mantém Uber no Rio

Nesta segunda-feira, o prefeito Eduardo Paes sancionou a lei aprovada pelos vereadores que proíbe o serviço de transporte particular de passageiros no Rio, como é o caso do oferecido pelo aplicativo. Logo, se estabeleceu uma dúvida se a proibição seria imediata porque uma determinação judicial garante o funcionamento da atividade. Mas, no mesmo dia, a Justiça divulgou uma nova decisão a favor da Uber: a desembargadora Marcia Alvarenga, da 17ª Câmara Cível, manteve a sentença que havia sido concedida no dia 5 de abril pela juíza Ana Cecilia Agueso Gomes de Almeida, da 6ª Vara de Fazenda Pública.



Publicidade

A desembargadora, em seu despacho, diz que o texto publicado nesta segunda-feira no Diário Oficial por Paes observa que a lei entra em vigor na mesma data. Segundo a magistrada, sem *vacatio legis* — tempo entre a publicação e a data que entra em vigor — “que seria de se esperar para uma questão de significativa repercussão social”. Citando um recurso do Ministério Público e do município em tramitação, ela também chama atenção para o fato de que a interpretação da legislação municipal, até então vigente, e bastante similar à nova lei, ainda será objeto de julgamento pela 17ª Câmara Cível. E acrescenta que a atividade de transporte particular de passageiros é realizada há algum tempo sem graves danos sociais.

Na sua conclusão, a desembargadora determina que o presidente do Detro e o secretário municipal de Transportes e seus subordinados se abstenham de qualquer ato que restrinja ou impossibilite o serviço — aplicação de infração, apreensão de veículo ou retenção de carteira de habilitação dos motoristas —, sob pena de multa de R\$ 50 mil para cada ação praticada.

NOTÍCIA II

Paes volta a proibir o Uber, mas aplicativo segue funcionando no Rio

Fonte: El país/ Maria Martín

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480355417_263029.html

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), está mantendo até o último minuto de seu mandato sua batalha contra o Uber, o aplicativo de transporte popular nas ruas da cidade, mas em constante guerra com os taxistas. O prefeito acaba de sancionar um projeto de lei, aprovado na Câmara Municipal, que proíbe o uso de carros particulares para transporte remunerado de pessoas que estejam cadastrados em aplicativos e sites. É o segundo projeto de lei que Paes sanciona nesse sentido (o primeiro foi em setembro de 2015), sem muito sucesso, pois uma decisão judicial de abril deste ano proíbe à Prefeitura de punir os motoristas do aplicativo. Desde então, a Procuradoria do Município tenta derrubar a liminar, também sem êxito. Paes até tinha prometido criar um aplicativo municipal inspirado no Uber, para os taxistas se cadastrarem e os usuários avaliarem o serviço, mas a promessa não saiu do papel.

Enquanto a decisão judicial se mantiver em vigor, os carros de Uber continuarão circulando na cidade. Em nota, a companhia afirmou que ao sancionar a lei o prefeito “ignora não só o direito de escolha de mais de 1.200.000 usuários que usam o serviço no Rio de Janeiro, mas também decisão da Justiça carioca que garantiu a atividade e seus parceiros após lei idêntica, san-

cionada por ele no ano passado”. O sucesso do Uber na cidade é tal que tem até um ponto fixo de embarque e desembarque de passageiros no aeroporto Santos Dumont, embora em outros lugares, como a Rodoviária Novo Rio e o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, o aplicativo fique fora do ar, “por motivos de estratégia de negócio”, segundo a companhia, que não menciona que esses dois pontos contam com um coletivo de taxistas que não tem reagido pacificamente à incursão do aplicativo no seu território.

Futuro Governo Crivella

A decisão de sancionar o projeto de lei foi consultada com o prefeito eleito Marcelo Crivella (PRB), segundo uma fonte do entorno de Eduardo Paes. Em sua primeira reunião após as eleições municipais, no último dia 18, durante um almoço de mais de três horas, Crivella e Paes chegaram a um acordo para avançar na proibição do aplicativo. O combinado foi que Paes sancionaria o projeto de lei e que Crivella respeitaria a decisão. Se Crivella não concordasse com a sanção dessa lei, o caminho seria encaminhar um novo projeto de lei sobre o tema para ser votado na Câmara Municipal. A assessoria de Crivella negou a existência desta conversa.

Embora o acordo não tenha efeitos imediatos nas ruas porque a Prefeitura continuará sem poder multar os carros do aplicativo, a sanção — e manutenção — da lei dá munção jurídica à Procuradoria do Município para derrubar a liminar.

Durante a campanha, Crivella, que já foi taxista para pagar seus estudos, se manteve prudente e ambíguo sobre a estratégia que adotaria com o aplicativo que tem grande aprovação entre os cariocas. Ele pregava a negociação com os dois lados e se manifestava a favor do avanço tecnológico, assim como da proteção dos taxistas. Em seu plano de Governo se comprometeu a regulamentar em 2018 o aplicativo e “garantir que o ISS recolhido pelo Uber sobre as viagens originadas na cidade deixe de ir para São Paulo e seja utilizado exclusivamente para financiar um programa de subsídios voltados para a modernização e manutenção da frota de táxi da cidade”. Ao contrário do Rio, a Prefeitura de São Paulo regularizou o Uber.

**DIA 06/03 — AULA 5: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA I: JOHN LOCKE***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Os problemas da aula focam nas relações entre Executivo, Legislativo e eleitor. Cooperação, submissão ou total independência? Qual seria a relação ideal entre esses poderes de Estado? E entre os representantes políticos e os eleitores? Procure pensar em que medida a “independência” do Congresso Nacional e o processo de impeachment relacionam-se com os escritos de John Locke.

PROBLEMAS:

Eduardo Cunha defende Parlamento independente, com espaço para agenda própria

Pela 1ª vez na história, STF afasta presidente da Câmara dos Deputados

LEITURA OBRIGATÓRIA:

LOCKE, John; MACPHERSON, Crawford Brough. **Second treatise of government**. Hackett Publishing, 1980. Capítulos 8, 9, 11 e 19 (18 Pgs.)

Curta: “Balance”

MATERIAL COMPLEMENTAR:

Hobbes v. Locke (quadro comparativo).

Filme: O senhor das Moscas (1990) baseado na obra de William Golding

Financiamento público de campanha

Voto Min. Gilmar Mendes na ADI 4650/DF

Como o fim do financiamento de empresas em campanhas influenciou as eleições de 2016?

O que as eleições de 2016 já revelaram sobre o novo modelo de financiamento de campanha



Cunha pede mandato de volta ao STF

Vídeo: Financiamento de campanha

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Qual a diferença entre estado de natureza e estado de guerra em John Locke? Como difere do pensamento de Hobbes?
- 2) Por que as pessoas aceitariam, na leitura de Locke, deixar o estado de natureza e constituir a sociedade civil?
- 3) O que é melhor, para Locke: viver em estado de natureza (com as limitações para solução de desacordos) ou viver sob um governo totalitário (capaz de resolver bem os conflitos)?
- 4) Qual o fundamento do direito de propriedade, para Locke? Como as pessoas “adquirem” bens?
- 5) Qual o papel do dinheiro na sociedade, para Locke?
- 6) O que é um “*commonwealth*”?
- 7) Qual o papel da “confiança” na sociedade de Locke? Se não há “confiança”, o que ocorre com a sociedade?
- 8) A sociedade pode refazer o governo?
- 9) O que é a visão de governança de Locke?

NOTÍCIA I

Defesa do Parlamento independente, com espaço para agenda própria

Fonte: Câmara dos Deputados/ Janary Júnior

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480837-EDUARDO-CUNHA-DEFENDE-PARLAMENTO-INDEPENDENTE,-COM-ESPACO-PARA-AGENDA-PROPRIA.html>

Uma candidatura em nome da independência da Câmara dos Deputados em relação aos demais poderes. Esta é a principal bandeira política do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na campanha para a Presidência da Câmara. Cunha defende um Parlamento que saiba dialogar com o Poder Executivo, mas que não abra mão das pautas que considerar importantes. Para ele, independência não pode ser confundida com oposição.

“Não é pelo fato de você apoiar ou não o governo que você é mais ou menos independente. Independência é ato, é gesto, é exercício de um poder

como poder”, afirmou Cunha em entrevista à TV Câmara. Para ele, a Câmara não pode ser “um puxadinho do outro poder”.

Atual líder do PMDB na Casa, Cunha tem o apoio declarado de mais cinco legendas, que inclui tantos partidos da base aliada ao governo da presidente Dilma Rousseff como da oposição (DEM, SD, PTB, PSC e PRB). Para ele, o arco heterogêneo de apoio demonstra que o seu projeto encontrou eco entre os parlamentares, preocupados em fortalecer a Câmara dos Deputados.

Carioca de nascimento, 56 anos, Eduardo Cunha vai para o quarto mandato consecutivo, todos pelo PMDB. Na Casa já ocupou a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e é conhecido por ser um dos parlamentares que mais conhecem o Regimento Interno da Câmara.

Deputado Eduardo Cunha, quais seriam as prioridades caso o sr. seja eleito presidente da Câmara dos Deputados?

Em primeiro lugar, temos que introduzir o conceito de que a nossa principal plataforma na campanha à presidência é a independência do Poder Legislativo, a independência da Câmara dos Deputados. A Constituição fala que os poderes são independentes e harmônicos entre si. A gente vai buscar a independência de não ser uma Casa submissa ao governo e nem seja uma Casa de oposição. Que a gente possa elevar a autoestima dessa Casa, uma presidência com altivez, que as pautas possam ser colocadas independentemente da concordância ou não, que a maioria possa se manifestar por meio do voto. Então a principal prioridade é o exercício da independência. Todos os demais pontos serão consequência. Nós vamos apreciar matérias relevantes. Matérias como a reforma política, a reforma tributária, temos que colocar em votação. Mas o mais importante é o conceito de manter a Casa independente e ativa.

Numa democracia presidencialista, onde a relação entre os poderes exige freios e contrapesos, como seria a relação do Congresso com o Palácio do Planalto no seu mandato?

Institucional como diz a Constituição. Nós não estamos pregando reinventar a roda, nem nenhuma bravata. A gente só quer que os poderes sejam independentes e harmônicos entre si. Então, é a independência da Casa com harmonia com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário. Sem qualquer submissão do Poder Legislativo. Seja ao governo, através do Poder Executivo, ou seja, até mesmo ao Poder judiciário. A Casa tem que se colocar no seu devido lugar, ser respeitada pela sociedade, pelo exercício do seu papel constitucional e ter esse papel exercido com independência.

Que reformas o sr. elencaria como importantes e factíveis para os próximos dois anos?

Em primeiro lugar, temos que tratar da reforma política, com certeza absoluta. A reforma política só não foi votada até hoje porque houve uma obstrução do PT no mandato passado. O que aconteceu é que havia propos-

tas e essas propostas o PT não queria votá-las. Consequentemente, naquele momento houve uma obstrução parlamentar, se decidiu não pôr em votação. Uma nova comissão foi constituída, houve uma proposta de emenda constitucional, essa proposta também teve a obstrução do PT na Comissão de Constituição e Justiça, onde ela sequer foi admitida. Então, temos que fazer que isso seja admitido e possa ter uma tramitação célere. A reforma política tem que ser discutida independentemente das opiniões de quem quer que seja, para que a gente encontre um termo, leve à votação e a maioria vença em cada ponto.

Depois da reforma política, outra reforma mais importante que temos, e que todo mundo fala, é a tributária. Mas a reforma tributária é uma reforma que é muito mais complexa porque mexe com a arrecadação de entes federados. Então, precisamos discutir o pacto federativo, porque a discussão do pacto federativo é maior do que a reforma tributária. Temos que discutir que receitas ficam para cada ente federado, que obrigações ele tem por essa receita. Ou o inverso: que obrigação vamos dar para cada ente federado com a receita para o seu financiamento. Então essas duas discussões, se forem levadas a adiante, já teriam sido um grande ganho institucional. Além disso, vamos colocar o orçamento impositivo para as emendas de bancada.

Reforma política inclui um número muito expressivo de variáveis: reforma no sistema político-eleitoral, reformas que combateriam a corrupção. A exatamente que reformas o sr. se refere?

Estou falando de reforma política. Não de combate à corrupção, que já tem legislação para combate à corrupção que você pode aperfeiçoá-la. É uma coisa completamente independente do tratamento da reforma política. A reforma política você tem que discutir como se dará as eleições e como financiá-las. E essa eleição, como ela se dará, ela terá efetivamente uma mudança de legislação eleitoral. A outra, você tem uma legislação dos partidos políticos e até de mudanças constitucionais. Eu tenho o meu pensamento, mas certamente não tenho condições de afirmar se o meu pensamento vai ser o da maioria da Casa, talvez até não seja em alguns pontos. Consequentemente, a Casa, pela sua maioria, vai decidir. O que temos que fazer é debater o fim de coligação proporcional, coincidência de mandatos, se vamos ter ou não cláusula de barreira, se vamos efetivamente diminuir o tempo de campanha, como será o financiamento (público ou privado), como será a eleição proporcional, se ela será distrital, distritão, se será lista ou não lista. Enfim, uma série de temas para serem debatidos que serão debatidos.

A votação do orçamento impositivo ainda não terminou. O que é que o senhor elencaria de novidade para esse ano que se inicia dentro desse tema?

O término da votação da proposta de emenda constitucional que foi votada na Câmara, foi ao Senado, foi modificada, voltou à Câmara, foi votado o primeiro turno da PEC, resta o segundo turno. Mas orçamento impositivo

já foi implementado sob a gestão de Henrique Alves [presidente da Câmara], porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO], que foi relatada pelo PMDB, pelo Danilo Fortes [deputado pelo Ceará], para o ano de 2014, e foi relatada pelo senador Vital do Rêgo [PMDB-PB] para o ano de 2015, prevê a implementação e já está em vigor o orçamento impositivo. O que vamos fazer é apenas constitucionalizar a norma que já está sendo aplicada pela LDO. O que eu falei do orçamento impositivo é que nós vamos aumentar esse orçamento impositivo, não vai ficar restrito apenas às emendas parlamentares individuais. Vamos estendê-lo às emendas de bancada.

Em todas as democracias modernas o Congresso enfrenta desafios em relação à popularidade e à aprovação. De que forma o senhor pretende resgatar a imagem do Congresso junto à população?

Exercê-los com independência. Não ser submisso ao governo, não ser um puxadinho do outro poder e ao mesmo tempo também não ser um palanque eleitoral para o exercício de oposição. Esse é o principal ponto: a recuperação da imagem do Congresso passa pelo seu exercício independente e a sua pauta ser uma pauta que vai ao encontro da sociedade, para que a gente possa ter um Parlamento altivo.

Como a gente pode conciliar independência com apoio ao Palácio do Planalto?

Não tem nada a ver uma coisa com a outra. A governabilidade é expressada por matérias que têm a ver com interesse do governo ou com a sua necessidade da sua governança, e que são colocadas, serão pautadas, serão votadas. Se o governo tiver maioria, ele vencerá; se não tiver, ele pode perder. Agora, pautas de natureza ideológica, de programações partidárias, essas são outras pautas que não têm nada a ver com a governabilidade. É perfeitamente possível conciliar qualquer independência com apoio majoritário a uma base de governo que seja maior. Para isso a constituição da base de governo se dá através de coalizões ou através da própria resultante do processo eleitoral. Então, não quer dizer que um parlamento que esteja majoritariamente favorável às propostas de governo não seja independente por isso. O que é ser um parlamento independente? É ele não ter problema de pautar qualquer matéria que não seja de interesse do governo. Não necessariamente ficar contra o governo. Por exemplo: o orçamento impositivo não teria sido pautado se o PT estivesse na presidência da Casa. Ao mesmo tempo que o decreto legislativo que revogava o decreto dos conselhos populares, de autoria da presidência da República, foi pautado por Henrique Alves e foi votado. Dificilmente um presidente do PT votaria um decreto legislativo para revogar um decreto da presidência da República. Isso é o efetivo exercício da independência. Essa independência também foi [vista] no Congresso Nacional, quando aprovamos uma resolução definindo que os vetos trancariam a pauta após 30 dias da sua publicação, também é outro exercício de independência. Assim como quando Michel Temer [atual vice-presidente da República] foi presidente da



Casa [2009-2010], ele deu uma interpretação de que as medidas provisórias só trancavam as pautas de projetos oriundos do Poder Executivo. Isso é exercício de independência. Não é pelo fato de você apoiar ou não o governo que você é mais ou menos independente. Independência é ato, é gesto, é exercício de um poder como poder.

Para finalizar nossa conversa, por que o senhor entende que deveria ser o próximo presidente da Câmara dos Deputados?

Em primeiro lugar, já falamos que a Casa não deseja, no momento que você não teve nenhum processo de hegemonia eleitoral, que não houve a hegemonia política do mesmo partido que comanda o poder Executivo comandar o Poder Legislativo. Por outro lado, hoje a Casa, que está comandada por Henrique Alves, que não foi candidato à reeleição, conseqüentemente está sob meu partido, o PMDB. Terceiro, temos 28 partidos com representação na Casa, o PMDB tem 66 deputados, o próprio PT, que é o partido que tem mais deputados, tem 69, ou seja, os dois juntos têm 135 deputados, a Casa não aceita que 135 dirijam 513. Então é preciso que se construa. O que a gente fez foi construir. Ninguém é candidato de si mesmo. Não é porque um dia alguém já ocupou a presidência que tem que ter o direito de voltar à presidência. Não é porque eu resolvi ser presidente pela minha vontade ou ambição pessoal, que certamente todos os 513 parlamentares podem almejar presidir, tem a legitimidade para isso, mas é preciso construir uma proposta que tenha uma aceitação entre várias correntes da Casa. O que a gente fez foi construir, através do debate, uma plataforma. Essa plataforma foi sendo aceita, foi obtendo apoio e, conseqüentemente, por isso, nos estimulou e torna quase compulsória uma candidatura, que a gente leve essa plataforma para ser debatida no Plenário e ser submetida a votação dos nossos colegas. E é isso que faremos no dia 1º [de fevereiro, dia da eleição], para buscar uma Casa independente, que funcione com altivez, que não seja submissa a poder nenhum, mas que não seja também palco de um palanque eleitoral.

NOTÍCIA II

Pela 1ª vez na história, STF afasta presidente da Câmara dos Deputados

Por: Jota/ Livia Scocugulia e Luiz Orlando Carneiro

<http://jota.info/justica/ao-vivo-stf-decide-sobre-afastamento-ou-nao-de-cunha-05052016>

Por unanimidade, os onze ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram nesta quinta-feira (05/05) afastar um presidente da Câmara dos Deputados. Acompanhando uma liminar concedida pelo ministro Teori Zavascki

concedida na madrugada, o Plenário concluiu que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) deve perder o mandato de deputado federal e deixar a presidência da Casa.

Após o relator, ministro Teori Zavascki, ler quase toda a decisão que concedeu liminar para afastar o peemedebista do cargo, a votação dos demais ministros foi rápida. A sessão foi tranquila e tomou toda a tarde de quinta-feira.

O ministro Edson Fachin foi o primeiro a votar. “Quanto ao afastamento nos afigura cabível a todos os títulos, consoante sustentou o relator, quer do exercício do mandato parlamentar e da presidência da Câmara. Diria apenas que poderemos verticalizar até a hipótese de prisão preventiva de parlamentar”, afirmou.

Em seguida, votou o ministro Luiz Fux. “Longe de haver ingerência de um poder sobre outro, o que há aqui é o perigo de se frustrar uma causa de natureza penal. Não há invasão de um poder sobre o outro”, disse.

O ministro Dias Toffoli afirmou que, inicialmente, o entendimento dele seria o de afastar da presidência da Casa, mas não suspender o exercício do mandato, mas acabou seguindo o relator. “Suspender em medida cautelar seria muito. Mas acompanhando o voto de Teori Zavascki e os elementos colocados, nos impõe que não só seja afastado da presidência, como haja a suspensão do exercício do mandato”, afirmou.

Ao acompanhar o voto do relator, a ministra Cármen Lúcia acrescentou que o STF, nesta decisão, não só defende e guarda a Constituição Federal como é de sua obrigação, como também defende e guarda a Câmara dos Deputados para resguardar todos os princípios e regras que devem ser respeitados. “A imunidade é uma garantia, mas a República não comporta privilégio. Privilégios não podem prevalecer no espaço republicano”, afirmou.

“Autonomia não pode ser confundida com soberania. No estado de direito não existem soberanos”, afirmou Gilmar Mendes ao votar pelo afastamento de Cunha. Segundo ele, a questão passou a ser urgente em face da instauração do processo de impeachment no Senado, e os reflexos na linha sucessória.

“Não se fortalece o Estado de Direito debilitando as garantias parlamentares, que dão solidez ao próprio modelo de democracia. É preciso que a uma eventual não intervenção por parte de poderes estranhos correspondam medidas que devam ser tomadas no âmbito do próprio poder”, disse.

O ministro Marco Aurélio desmentiu a informação de que haveria no STF uma, como chamou, “competição juvenil” para decidir a mesma matéria. Segundo o ministro, a última trincheira da cidadania é e será sempre o poder Judiciário. “Tempos estranhos!”, afirmou durante o seu voto.

Ressalvou que a ADPF 402, ação que é relator, tem objeto diferente da Medida Cautelar ajuizada pela Procuradoria-Geral da República. Proposta pela Rede Sustentabilidade, a ADPF pede que o STF interprete a Constitui-



ção para dizer que substitutos do presidente da República não podem responder ações penais.

O decano do STF, Celso de Mello, iniciou o seu voto pelo referendo da cautelar com a afirmação de que “não se desconhece que o regime democrático no plano das relações entre o direito e o poder confere plena efetividade à intervenção do Judiciário como forma de impedir que se transgrida a Constituição, neutralizando desvios institucionais ocorridos no âmago do aparelho estatal, e fazendo cessar práticas abusivas de poder, de delinquência governamental”.

Quanto ao uso de medidas cautelares como a suspensão preventiva e provisória do exercício da própria função pública, ele deu ênfase ao fato de que o STF é o “juiz natural” do presidente da República também no seu “ofício”. Lembrou que a possibilidade de afastamento preventivo de membros de um Poder se estende a governadores, a prefeitos e, no caso do Judiciário, aos magistrados, que podem e são afastados de seus cargos com base na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). “Membros de Poder não são imunes a medidas cautelares e ao afastamento preventivo do exercício de suas funções”, frisou.

Celso de Mello acrescentou que a decisão cautelar de Teori Zavascki se revestia de “suficiente justificação jurídica”, além de ter ele examinado vários aspectos concernentes à pretensão cautelar com a preocupação da “garantia constitucional do contraditório”. E observou — em matéria de substituição constitucional — que o presidente da Câmara dos Deputados não compõe a “ordem de sucessão”. Ele, o Presidente do Senado e o presidente do Supremo são “meros substitutos eventuais; não sucedem o presidente da República, sendo seus substitutos eventuais em casos de impedimento”.

No voto de encerramento do julgamento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, afirmou que a decisão cautelar de afastamento de Eduardo Cunha da Câmara dos Deputados e da presidência da Casa “se mostra impregnada de suficiente justificação jurídica”, tendo o ministro-relator Zavascki examinado “os vários aspectos concernentes à pretensão cautelar, observando a garantia constitucional do contraditório”. E concluiu: “Sem qualquer restrição, eu também ratifico às inteiras o fundamentado voto do ministro Zavascki”.

**DIA 08/03 — AULA 6: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA II: J. J. ROUSSEAU****CASOS PARA DISCUSSÃO**

É possível a participação direta na democracia contemporânea? Essa é a pergunta que pauta os problemas apresentados nesta aula. Os conselhos participativos e as votações online são apenas algumas formas de o eleitor escolher quais políticas públicas serão implementadas. Em sua leitura, procure relacionar esses problemas com o *Contrato Social* de Rousseau.

PROBLEMAS:

Conselhos participativos (texto disponível no Dropbox do curso)

Conselhos participativos e democracia (texto disponível no Dropbox do curso)

LEITURA OBRIGATÓRIA:

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **The Social Contract: & Discourses**. JM Dent & Sons, Limited, 1920. Book II e Book IV (Topic 1) (16 Pgs.)

MATERIAL COMPLEMENTAR:

Sobre democracia participativa

COHEN, Joshua; FUNG, Archon. **Radical democracy**. *Swiss journal of political science*, v. 10, n. 4, p. 23-34, 2004.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. **Deepening democracy: innovations in empowered participatory governance**. *Politics and society*, v. 29, n. 1, p. 5-42, 2001.

Vídeo: O que é democracia digital?

Sobre os conselhos e a democracia brasileira

POGREBINSCHI, Thamy. **Participação como Método Democrático de Gestão. As conferências nacionais de políticas públicas durante o Gover-**



no Lula. Paper delivered at the Brazilian Studies Programme, Oxford University, on January 27th, 2012.

_____ ; SANTOS, Fabiano. **Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional.** Dados (Rio de Janeiro. Impresso), Revista de Ciências Sociais, v. 54, p. 21-47, 2011.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Rousseau começa o seu texto com a seguinte frase: “Homem nasceu livre, mas em todos os lugares está acorrentado”. O que seriam essas correntes? Como rompê-las na sociedade moderna?
- 2) Como reconciliar a “autoridade” (do Estado) com a “liberdade” (do indivíduo)?
- 3) O que seria a “vontade geral” para o autor? Explique como esse conceito é necessário para a manutenção do Estado descrito por Rousseau.
- 4) Por que, para o autor, não basta ter um governo forte ou representativo para tratar do “caos” social?
- 5) Ao final da leitura, você acha que a ideia de participação direta é factível nas sociedades contemporâneas? Se sim, quais seriam os institutos? Se não, pense em formas alternativas de incentivo à participação direta.

**GOVERNANÇA DE MERCADO****DIA 13/03 — AULA 7: A SOCIEDADE COMERCIAL I: ADAM SMITH***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Qual o papel do Estado na sociedade? Um Estado com elevada tributação significa necessariamente mais retorno social? Essas são perguntas que se relacionam diretamente com os problemas desta aula.

Como a visão de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, contribui com a reflexão sobre a tributação? Quais seriam as implicações desta visão na organização da sociedade brasileira atual, a seu ver?

PROBLEMAS:

Custo do trabalho

Não vou pagar o pato

LEITURA OBRIGATÓRIA:

SMITH, Adam. **Wealth of nations**. University of Chicago Bookstore, 2005. Book 1, Ch. 1, 2 e 3 (14 Pgs.)

LEITURA COMPLEMENTAR:

Como vai funcionar o imposto sobre Netflix e Spotify

Taxando as grandes fortunas

O caso Depardieu

Os mais ricos da América Latina estão entre os que menos pagam impostos no mundo.



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Por que, para o autor, a melhor forma de se garantirem as virtudes públicas seria por meio da canalização dos “vícios” humanos ao invés de sua neutralização?
- 2) O que seria a divisão do trabalho para Adam Smith? Explique como esse conceito, juntamente com as “trocas”, é essencial para a formação do ideário de governança de mercado.
- 3) Qual seria o papel do Estado para Adam Smith? Tente pensar nas consequências dessa concepção aplicada ao nosso sistema tributário.
- 4) Qual seria o impacto da divisão do trabalho para os mais pobres?

NOTÍCIA I

Brasil tem um dos maiores custos de trabalho no mundo

Fonte: Brasil Econômico — Cassiano Viana

<http://economia.ig.com.br/2013-06-11/brasil-tem-um-dos-maiores-custos-de-trabalho-no-mundo.html>

Estudo mostra como salários crescem mais que a produtividade, comprometendo o desempenho das empresas

O custo unitário do trabalho — custo da produção em relação a salários e encargos — cresceu 158% em 10 anos no Brasil, bem acima do resultado registrado em países como Estados Unidos, Japão, Itália, Espanha, Alemanha e Coreia do Sul.

Na comparação internacional, levando em consideração um patamar de base 100, entre 2001 e 2010 o custo unitário do trabalho no Brasil cresceu 112%, enquanto que, no Japão, no mesmo período, subiu apenas 9%, próximo do patamar de 2001. Nos Estados Unidos, o mesmo custo caiu 14% em dez anos.

Custo unitário do trabalho no Brasil cresceu 112%

Esses dados foram calculados pela Gerência de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), baseados em informações do Bureau of Labor Statistics (BLS, órgão de estudos sobre emprego do governo norte-americano) e do Banco Central do Brasil.

“Os salários vêm crescendo acima da produtividade da indústria brasileira”, afirma Guilherme Mercês, economista da gerência de Economia e Estatística da Firjan. Ele explica que o custo unitário do trabalho é um indicador muito usado por Bancos Centrais de todo o mundo com o objetivo de avaliar a existência de pressões inflacionárias advindas do mercado de trabalho. “Esse

indicador tem subido consideravelmente no Brasil, especialmente a partir de 2010, e de forma mais rápida do que em outros países”, observa.

Para o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), isso explica, em grande parte, o fraco desempenho da indústria brasileira. “Afeta a competitividade da indústria, pois torna a unidade produtiva mais cara”, argumenta. “Soma-se a isso o enorme custo tributário e logístico, carga de impostos elevada e complexa e infraestrutura deficiente, o chamado Custo Brasil”, diz. Segundo a Firjan, o Custo Brasil representa um acréscimo de 22,6% a 30,9% nos preços dos produtos da indústria de transformação do país. O produto nacional é, em média, 15% mais caro que o importado dos EUA, diz a Federação.

De acordo com o Índice de Competitividade Mundial 2013, divulgado recentemente pelo International Institute for Management Development (IMD), o Brasil perdeu ainda mais espaço no cenário internacional, passando para a 51ª posição, cinco abaixo do 46ª lugar ocupado no ranking do ano passado. A pesquisa avalia as condições de competitividade de 60 países a partir da análise de dados estatísticos nacionais e internacionais e pesquisas de opinião realizada com executivos.

Para o diretor do IMD, o grande problema do país é “muito consumo e pouca produção”. “A perda de produtividade da indústria brasileira está relacionada, em grande parte, ao mercado de trabalho aquecido”, explica o economista da Firjan. “De modo geral, na estrutura de custos de uma empresa a folha de pagamentos é o item principal. Isso é ainda mais verdade nos setores intensivos em mão de obra”, observa.

“Temos hoje uma situação parecida com a que aconteceu na Europa nas últimas décadas”, observa Barbosa Filho, da FGV. “O custo unitário da Grécia, por exemplo, em comparação com o da Alemanha, aumentou rápido demais. Parte da crise europeia é decorrente desse movimento de aumento do custo de trabalho em relação à produtividade”, alerta.

Salário mínimo de maio deveria ter sido R\$ 2.873,56, aponta Dieese

57,1% das famílias paulistanas estão endividadadas, aponta FecomercioSP

Para Barbosa Filho, o aumento do salário mínimo tem feito com que determinados setores, que não tiveram aumento de produtividade, sofram mais, como é o caso do setor industrial: “Para solucionar esse problema, só mesmo com medidas de longo prazo, como a redução do Custo Brasil, melhoria da infraestrutura etc. O aumento da renda do trabalhador é desejável, mas se isso ocorrer de forma acelerada e sem um movimento correspondente da produtividade, pode causar efeitos colaterais”, pondera. Especificamente, são dois efeitos: perda de competitividade do produto nacional e pressão sobre a inflação. “E isso torna esse movimento insustentável, pois sufoca as empresas, via aumento de custos, e os consumidores, via aumento da inflação (perda do poder de compra)”, diz Mercês.



Para o economista da Firjan, de modo geral o mundo — mas especialmente a Europa — tem se esforçado para conter e até mesmo reduzir os custos do trabalho, exatamente na tentativa de ganhar competitividade e crescer mais no futuro. “Esse é um desafio enorme e politicamente difícil de ser superado. Afinal, é difícil argumentar que menos salário hoje significa mais emprego no futuro”.

NOTÍCIA II

Conheça o Manifesto: Não vou pagar o pato!

<http://www.naovoupagaropato.com.br/manifesto/>

Você já viu este filme:

Toda vez que precisa cobrir seus gastos, em vez de cortar despesas, o governo acha mais fácil passar a conta adiante. Adivinha para quem sobra? Isso mesmo: para as empresas e os trabalhadores, que já vêm sofrendo com o aumento da inflação, dos juros, da taxa de câmbio e das tarifas de energia.

Aumentar ainda mais os impostos e trazer de volta a CPMF vai forçar as empresas a fechar um grande número de vagas de empregos. Afetará duramente a indústria, o comércio, o setor de serviços e os pequenos empreendedores. Com o desemprego em alta, as famílias são as que mais sofrem e são obrigadas a reduzir o consumo. Com isso, o faturamento das empresas cai, as demissões aumentam ainda mais e o governo arrecada menos impostos. Um círculo vicioso que só agrava o problema.

Das duas uma: você fica reclamando do governo, pensando “a vida é assim mesmo”, ou faz alguma coisa a respeito. Se você escolheu a segunda opção, assine o manifesto #NãoVouPagaroPato e faça a sua indignação chegar à Brasília.

**DIA 15/03 — AULA 8: A SOCIEDADE COMERCIAL II: DAVID RICARDO***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Um dia após a posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, a imprensa do seu país já relatava discussões nos bastidores do governo sobre tributação de produtos chineses. A ideia não é inesperada. Durante as eleições, Trump abraçou o “nacionalismo econômico” e se comprometeu a combater a “invasão” de produtos chineses na economia americana. O argumento? Proteger a indústria e o trabalhador de seu país.

Na Venezuela, Hugo Chávez e Nicolás Maduro adotaram, durante a era “Bolivariana”, ponto de vista semelhante para proteger a economia nacional contra abusos do capitalismo internacional. Para proteger a sua indústria e seu trabalhador, os líderes venezuelanos restringiram a participação de empresas e do capital internacional no país.

Na sua visão, a tributação de bens importados é uma boa estratégia para estimular a economia nacional? Os Estados Unidos ganharão com esta medida protecionista de Trump? Se sim, por que você acha que o destino da economia americana deve ser distinto do destino da economia venezuelana, em estado de calamidade? E do ponto de vista do comércio internacional: como medida protecionista de Trump pode afetar a dinâmica da economia mundial?

Mudando o rumo da reflexão para o Brasil. Você acha que Presidente Temer deve se “inspirar” no nacionalismo de Trump (e de Chávez/Maduro) e também abraçar o fechamento da economia nacional como caminho para proteger e estimular o desenvolvimento da indústria interna? Você vê alguma razão para o estado brasileiro intervir na economia?

Considere, na sua reflexão e resposta a estas questões, o conceito de vantagem comparativa desenvolvido por David Ricardo.

PROBLEMAS:

Trump team floats a 10% tariff on imports

LEITURA OBRIGATÓRIA:

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Ch. 7. On Foreign Trade. Parágrafos 7.1-7.44

**MATERIAL COMPLEMENTAR:**

Vídeo: apresentação da ideia de vantagem comparativa de David Ricardo

UNGER, Roberto Mangabeira. **Free Trade Reimagined**. Princeton University. 2010. (pp. 20-24 e 95-109).

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que é a vantagem comparativa para David Ricardo?
- 2) Observe como Ricardo contrasta custos (de trabalho) na produção de vinho e tecido na Inglaterra e em Portugal. Como estas diferenças impactam nas vantagens econômicas de cada país?
- 3) No parágrafo 34, Ricardo examina o efeito da taxação sobre o dinheiro e, conseqüentemente, sobre a economia nacional e internacional?
- 4) A teoria da vantagem comparativa pode ser interpretada como um avanço da ideia de especialização desenvolvida por Adam Smith, e como base da ideia de “comércio livre” (free trade) e de globalização. Qual a diferença entre a divisão de trabalho (especialização) de Smith e divisão do comércio (vantagem comparativa) de Ricardo?
- 5) Pela sua leitura, o que você poderia dizer sobre efeitos da intervenção do estado na economia, segundo David Ricardo?
- 6) Ricardo se notabilizou no combate à Lei dos Grãos (Corn Laws). Como político (foi deputado) e como intelectual, repudiou lei que limitava importação de grãos para o país. O que tinha em mente Ricardo era abrir a economia inglesa para, com isso, estimular o desenvolvimento econômico. Mas Ricardo também pensava que esta medida era uma maneira de beneficiar especialmente os mais pobres. Você saberia dizer por quê?
- 7) Como Ricardo qualifica a visão de governança de Smith?

NOTÍCIA

Trump Team Floats a 10% Tariff On Imports

Fonte: CNN/ John King e Jeremy Dimond

<http://edition.cnn.com/2016/12/21/politics/donald-trump-tariffs/>

President-elect Donald Trump's transition team is discussing a proposal to impose tariffs as high as 10% on imports, according to multiple sources.

A senior Trump transition official said Thursday the team is mulling up to a 10% tariff aimed at spurring US manufacturing, which could be implemented via executive action or as part of a sweeping tax reform package they would push through Congress.

Incoming White House Chief of Staff Reince Priebus floated a 5% tariff on imports in meetings with key Washington players last week, according to two sources who represent business interests in Washington. But the senior transition official who spoke to CNN Thursday on the condition of anonymity said the higher figure is now in play.

Such a move would deliver on Trump's "America First" campaign theme, but risks drawing the US into a trade war with other countries and driving up the cost of consumer goods in the US. And it's causing alarm among business interests and the pro-trade Republican establishment.

The senior transition official said the transition team is beginning to find "common ground" with House Speaker Paul Ryan and Ways and Means Committee Chairman Kevin Brady, pointing in particular to the border adjustment tax measure included in House Republicans' "Better Way" tax reform proposal, which would disincentivize imports through tax policy.

Aides to Ryan and Brady declined to say they had "common ground" with Trump, but acknowledged they are in deep discussions with transition staffers on the issue.

Curbing free trade was a central element of Trump's campaign. He promised to rip up the North American Free Trade Agreement with Mexico and Canada. He also vowed to take a tougher line against other international trading partners, almost always speaking harshly of China but often including traditional US allies such as Japan in his complaint that American workers get the short end of the stick under current trade practices.

Gulf with GOP establishment

It is an area where there is a huge gulf between Trump's stated positions and traditional GOP orthodoxy. Business groups and GOP establishment figures — including Ryan and Senate Majority Leader Mitch McConnell — have been hoping the transition from the campaign to governing would bring a different approach.



Ryan did signal in a CNBC interview earlier this month that Trump's goals of spurring US manufacturing could be accomplished through "comprehensive tax reform."

"I'll tell him what I've been saying all along, which is we can get at what he's trying to get at better through comprehensive tax reform," Ryan said.

The pro-business GOP establishment says the new Trump administration could make clear it would withdraw from NAFTA unless Canada and Mexico entered new talks to modernize the agreement to reflect today's economy. That would allow Trump to say he kept a promise to make the agreement fairer to American workers without starting a trade war and exacerbating tensions with America's neighbors and vital economic partners.

But there remain establishment jitters that Trump, who views his tough trade message as critical to his election victory, will look for ways to make an early statement that he is serious about reshaping the trade playing field.

And when Priebus told key Washington players that the transition is mulling a 5% tariff on imports, the reaction was one of fierce opposition, according to two sources who represent business interests in Washington and spoke on condition of anonymity because the conversations with the Trump team were confidential.

Priebus, the sources said, was warned such a move could start trade wars, anger allies, and also hurt the new administration's effort to boost the rate of economic growth right out of the gate.

Role of Wilbur Ross

One of the sources said he viewed the idea as a trial balloon when first raised, and considered it dead on arrival given the strong reaction in the business community — and the known opposition to such protectionist ideas among the GOP congressional leadership.

But this source voiced new alarm Tuesday after being told by allies within the Trump transition that defending new tariffs was part of the confirmation "murder board" practice of Wilbur Ross, the President-elect's choice for commerce secretary.

At least one business community organization is worried enough about the prospect of the tariff it already has prepared talking points, obtained by CNN Wednesday night.

"This \$100 billion tax on American consumers and industry would impose heavy costs on the US economy, particularly for the manufacturing sector and American workers, with highly negative political repercussions," according to the talking points. "Rather than using a trade policy sledgehammer that would inflict serious collateral damage, the Trump admi-



nistration should use the scalpel of US trade remedy law to achieve its goals.”

The talking points also claim the tariffs would lead to American job loss and result in a tax to consumers, both of which would harm the US economy.

Trump aides have signaled that Ross is likely to be a more influential player in trade negotiations than recent Commerce secretaries. Given that, the aides know his confirmation hearings are likely to include tough questioning — from both Democrats and Republicans — about Trump’s trade-related campaign promises.

“The way it was cast to me was that (Trump) and Ross are all over it,” said one source. “It is serious.”

The second source was less certain about whether the tariff idea was serious or just part of a vigorous debate about policy options. But this source said the unpredictability of Trump and his team had the business interests nervous.

The business lobbying community is confident the GOP leadership would push back on any legislative effort to impose tariffs, which organizations like the Chamber of Commerce, the Business Roundtable, the National Association of Manufacturers and others, including groups representing farmers, believe would lead to retaliation against US industries heavily dependent on exports.

But the sources aligned with those interests told CNN the conversation within the Trump transition includes using executive authority allowed under existing trade laws. Different trade laws enacted over the course of the past century allow the president to impose tariffs if he issues a determination the United States is being subjected to unfair trade practices or faces an economic or national security threat because of trade practices

**DIA 20/03 — AULA 9: A SOCIEDADE COMERCIAL III: CARL MENGER***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso concreto anuncia a criação de Bolsa de Diamantes na América Latina. O mercado de diamantes é um mercado poderoso. Materialmente: a produção e comércio de pedras preciosas é centenária, em especial de diamante, confunde-se com a história de alguns países e povos, não para de crescer e de criar oportunidades para riqueza. Intelectualmente: este mercado também serviu para provocar, por muito tempo, debates profundos sobre a verdadeira natureza da organização da economia e da sociedade. Embora “irrelevante” para a sobrevivência individual, uma pedra de diamante vale muito mais que um copo de água, absolutamente decisivo para vida de cada um de nós.

Uma das maiores revoluções do pensamento social dos últimos séculos, o marginalismo, reinventou a teoria do valor, um dos pilares da teoria econômica clássica (de Adam Smith, David Ricardo e também de Karl Marx e outros socialistas). Para estes autores, o fundamento do valor do mercado (e, portanto, a base de organização da economia e da sociedade) seria o trabalho humano. Este seria o “preço fundamental” sem o qual nenhum produto teria valor e, por conseguinte, nenhum mercado funcionaria.

As explicações oferecidas por esta tradição de pensamento, contudo, pareciam insuficientes para explicar, convincentemente, verdadeiro funcionamento da economia. Um dos três pioneiros da revolução marginalista foi o austríaco Carl Menger. No fim do século XIX, e ao mesmo tempo que León Walras (na França) e W. S. Jevons (na Inglaterra), os três autores desafiaram o fundamento “objetivo” do valor da economia — captado pela teoria do valor-trabalho — e, em seu lugar, assentaram as bases de uma teoria “subjetiva” do valor.

Na aula de hoje, discutiremos trecho de obra clássica de Carl Menger, em que apresenta sua teoria subjetivista do valor. Como o autor explica que 1 pedra de diamante valha infinitamente mais que 1 copo de água? Por que o diamante é tão caro (sendo tão irrelevante para a existência humana), ao mesmo tempo que o ar ou a água são “grátis”, sendo absolutamente decisivos para a sobrevivência de cada um de nós? A resposta revolucionária a esta questão serve também de qualificativo para a visão de governança de mercado.

PROBLEMA:

Primeira bolsa de diamantes da América Latina luta para conquistar brasileiros

**LEITURA OBRIGATÓRIA:**

MENGER, Carl. **Principles of Economics**. Ludwig von Mises Institute, 2007. Chapter III, 2, pp. 121-148 (17 p.)

LEITURA COMPLEMENTAR:

JEVONS, William Stanley. *Brief Account of a General Mathematical Theory of Political*. In: *Journal of the Royal Statistical Society*, London, XXIX (June 1866), pp. 282-87.

SCHUMPETER, Joseph. **History of Economic Analysis**. Routledge, 2006, pp. 560-594.

SAY, Jean-Baptiste. **A Treatise on Political Economy (Traité d'économie politique)**. B. I, Ch. XV, Of the Demand or Market for Products, pp. 136-144.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Qual a relação entre satisfação de nossos interesses e o valor dos bens, para Menger?
- 2) Como reconciliar “quantidades homogêneas de bens” comercializados na economia com “qualidades diferentes de satisfação” necessários para o bem-estar de cada um na sociedade? Como Menger responde a este problema, por ele próprio captado na seguinte passagem (p. 130):

“The farmer is, therefore, dependent upon the grain in his possession for satisfactions of very different degrees of importance. At first he secures with it his own and his family’s lives, and then his own and his family’s health. Beyond this, he secures with it the uninterrupted operation of his farm, an important foundation of his continuing welfare. Finally, he employs a portion of his grain for purposes of pleasure, and in so doing is again employing his grain for purposes that are of very different degrees of importance to him. We are thus considering a case—one that is typical of ordinary life—in which satisfactions of very different degrees of importance depend on the availability of a quantity of goods that we shall assume, for the sake of greater simplicity, to be composed of completely



homogeneous units. The question that now arises is: what, under the given conditions, is the value of a certain portion of the grain to our farmer?"

- 3) Menger, na parte final do texto, conclui: *"Thus, in our investigation to this point, we have traced the differences in the value of goods back to their ultimate causes, and have also, at the same time, found the ultimate, and original, measure by which the values of all goods are judged by men"* (p. 140). Qual é a causa última do valor dos bens na economia?
- 4) Como Menger explica e contrasta o contraste de diamantes e o mercado de água?
- 5) O que Menger quer dizer quando conclui que o valor dos bens no mercado são meramente imputados (*"The importance that goods have for us and which we call value is merely imputed"*)?
- 6) Como a visão de governança de Menger (como expoente do marginalismo) qualifica a visão de governança de Smith e Ricardo?

NOTÍCIA

Primeira bolsa de diamantes da América Latina luta para conquistar brasileiros

Fonte: Estadão/ Mariana Lima

<http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,primeira-bolsa-de-diamantes-da-al-luta-para-conquistar-brasileiros,1734374>

O mercado de joias e pedras preciosas do Brasil é o principal alvo da primeira bolsa de diamantes da América Latina. Inaugurada em abril deste ano, a Panama Diamond Exchange (PDE) visa um mercado regional avaliado em US\$ 8 bilhões, mas ainda se esforça para atrair investidores brasileiros, que atuam fortemente na Ásia e nos Estados Unidos.

A nova bolsa funciona como uma espécie de "hub" — um centro de negociações entre investidores e donos de joalherias cadastradas no sistema da PDE. A ideia, segundo a diretora de marketing Ali Pastorini é atrair o mercado global de joias para o centro da América Latina. Para tanto, o espaço tem uma área de comercialização livre de impostos e realiza transações em dólar.

Mesmo assim, apenas três empresas brasileiras estão entre as 201 autorizadas a negociar na bolsa, sendo uma delas a Del Lima, que é chefiada pela própria Ali Pastorini. A expectativa é que o número de membros aumente em 2017, com a inauguração do segundo prédio, que contará com 45 novos andares de escritórios, showrooms e um shopping center.



Para negociar no espaço, é necessário se tornar um membro ou afiliado da bolsa. Entre os itens previstos no processo de autorização, estão entrevistas com a comissão de membros e a comprovação de que o investidor já participa, há pelo menos dois anos, do comércio de diamantes, pedras preciosas e joias.

O presidente da Sindijoias de Minas Gerais, Raymundo Vianna, afirma que a falta de interesse dos brasileiros está relacionada a uma estratégia de mercado. “A maioria de empresas do País já negocia em Hong Kong ou no Arizona, que são regiões consolidadas no mercado de joias. Vai ser preciso muito tempo para os brasileiros começarem a negociar no Panamá, por falta de confiança em investir em um lugar que ainda não é reconhecido”, diz.

Segundo Vianna, em média 50 empresas de Minas Gerais participam da feira Hong Kong Jewellery & Gem Fair. O número dobra na Tucson Gem & Mineral Show, realizada no Arizona. Conforme os últimos dados do Ministério de Minas e Energia, o Brasil exportou, em 2013, 55 mil quilates de diamantes, o equivalente a US\$ 6,7 milhões.

Apesar de ser uma bolsa destinada a investidores muito segmentados, Ali destaca alguns atrativos da PDE: “O mercado de ações varia constantemente e você pode, da noite para o dia, ter grandes perdas. Já no mercado de pedras e joias, principalmente joias, o dinheiro nunca é perdido, pois é possível fabricar uma joia e vendê-la dez anos depois por um bom preço.”

O volume movimentado pela PDE nos quatro primeiros meses é guardado a sete chaves por “questões de segurança”. No entanto, a nova bolsa estima que o montante já seja semelhante aos mercados de pedras de Israel, Dubai, Bélgica e Mumbai (na China).

**PARTE III — A SOCIEDADE LIBERAL****DIA 22/03 — AULA 10: A SOCIEDADE LIBERAL CLÁSSICA: JOHN S. MILL***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso concreto aborda os problemas da descriminalização do porte e a legalização do uso da maconha no Brasil. Outros países passaram pela mesma discussão recentemente, com decisões e resultados variados.

Há vários critérios de decisão e estilos de argumento envolvidos em cada caso. Com mais frequência, alguns se concentram em argumentos de “princípio”: usar droga é “errado” e, por isso, deve ser vedado em uma comunidade. Outros destacam argumentos “consequenciais”, em geral para inverter a discussão: condenar o uso de drogas pode gerar mais prejuízo que benefícios.

Entre um extremo e outro, há tentativas de partir o decompor o problema em subpartes e organizar uma divisão de trabalho entre argumentos morais, para alguns casos, e argumentos consequenciais, para outros.

Ainda no século XIX, Stuart Mill debateu problema similar — compra de veneno e consumo de álcool — e, como intelectual de peso, posicionou-se a respeito. Veja como organizou seu raciocínio. E como, ao fazer isso, buscava reconciliar a ordem do mercado com a ordem pública. Qual o limite da “liberdade”, para ele?

PROBLEMAS:

Maconha, um mercado de quase R\$ 6 bilhões

RE 635.659— Voto do Ministro Luís Roberto Barroso

LEITURA OBRIGATÓRIA:

MILL, J. Stuart. Utilitarianism, Political Economy, On Liberty (seleção).

MATERIAL COMPLEMENTAR:

Vídeo: Addiction

Vídeo: Why The War on Drugs Is a Huge Failure?

**QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:**

- 1) Por que devemos estabelecer um critério de “certo” e “errado”, para Mill?
- 2) Estabelecimento deste critério é um “meio” ou um “fim”?
- 3) Qual a crítica feita por Mill a Kant?
- 4) O que é o Utilitarismo, também chamado pelo autor de “Teoria da Felicidade”?
- 5) O autor indiretamente contrasta visões de governança de governo e governança de mercado ao se referir à importância do comércio. Qual a análise do autor?
- 6) O que o autor diz sobre o poder de polícia?
- 7) O que é uma “pre-appointed evidence”? O que o autor quer dizer, ao invocar este conceito?
- 8) O que Mill diz sobre álcool?
- 9) Como as opiniões e sentimentos das pessoas se formam? O que as influenciam?
- 10) Qual é a “primary and fundamental institution, on which the economical arrangement of society has always rested”?
- 11) O que o autor diz sobre o trabalho? E sobre a posição do trabalhador em relação ao capitalista?

NOTÍCIA I**Maconha, um mercado de quase R\$ 6 bilhões**

Fonte: Carta Capital /Tory Oliveira

<http://www.cartacapital.com.br/economia/maconha-um-mercado-de-quase-6-bilhoes>

Qual seria o impacto na economia brasileira caso a maconha fosse legalizada? Elaborado por um grupo de técnicos da Câmara dos Deputados, a pedido do parlamentar Jean Wyllys (PSOL-RJ), o estudo Impacto Econômico da Legalização da Cannabis no Brasil procurou responder a essa pergunta. O fim da proibição movimentaria um mercado de R\$ 5,69 bilhões por ano.

O objetivo do estudo era trazer o aspecto econômico para o debate sobre a legalização, em geral centrado nas liberdades individuais e no fracasso da chamada política de “Guerra às Drogas”. Com 40 páginas, o levantamento é de autoria dos consultores legislativos Adriano da Nóbrega Silva, Pedro Garrido da Costa e Luciana da Silva Teixeira.

Para chegar ao número de R\$ 5,69 bilhões, os pesquisadores consideraram a existência de um público consumidor recreativo de Cannabis estimado em

2,7 milhões de brasileiros e estabeleceram um limite de compra de 40 gramas da substância por mês — 480 por ano. A restrição é a mesma aplicada no mercado regulado do Uruguai, primeiro país a oficializar a produção e o consumo da maconha para uso recreativo.

Com a mesma carga tributária aplicada hoje ao tabaco e o preço da grama fixado em R\$ 4,20 (US\$ 1,20), cada usuário gastaria R\$ 2.073 anualmente com o produto, movimentando, no total, R\$ 5,69 bilhões.

Caso seguisse as mesmas regras do tabaco, as empresas fornecedoras de maconha estariam sujeitas a cinco tributos federais: o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição para os Programas PIS/Pasep e o Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI. Além disso, seria aplicado também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações (ICMS).

“Esse cálculo, na verdade, está subestimado. Diria que é um piso, levando em conta o esquema tributário aplicado no tabaco ao mercado potencial de maconha no Brasil”, esclarece Luciana da Silva Teixeira, coordenadora do estudo e consultora legislativa da área de economia na Câmara dos Deputados.

Segundo a economista, a projeção não considerou o mercado de comestíveis derivados da erva e as receitas provenientes de vendas de medicamentos com o princípio ativo do canabidiol. A estimativa do mercado de maconheiros no Brasil também foi conservadora.

Apesar de saltar aos olhos, a economista afirma que o número de 5 bilhões está compatível com o mercado de drogas legais. No Brasil, a arrecadação tributária da maconha representaria, segundo os cálculos do estudo, cerca de 40% das receitas de bebidas (R\$ 16,1 bilhões), em 2014, e em torno de 60% da arrecadação com o tabaco (R\$ 9,8 bilhões, em 2014).

“Por outro lado, há também a redução de gastos que, em geral, são relacionados ao combate às drogas”, diz, citando gastos como policiamento, sistema prisional e dispêndios processuais e jurídicos. Em 2014, os gastos com tratamento, repressão e combate a todas as drogas foram de R\$ 4,8 bilhões no Brasil.

“Com a legalização, tais gastos seria reduzidos. Hoje, um terço da população carcerária está relacionada ao tráfico. O sistema judiciário também ficaria menos sobrecarregado, por conta de processos que deixariam de tramitar”.

A consultora é cuidadosa, porém, ao explicar que o estudo levou em conta apenas a perspectiva econômica, sem abarcar os impactos sociais que o mercado legalizado poderia gerar. “Há outras questões envolvidas no impacto social, especialmente no comportamento dos jovens frente a um mercado legalizado. O estudo não trata desses aspectos”.

Corrupção

O estudo também se preocupou em analisar o impacto da legalização da maconha no Brasil sobre as aposentadorias, assistência social, produtividade, acidentes de trânsito, violência e corrupção. Também se analisou se a relação entre a maconha e drogas pesadas.

Não foi possível chegar a conclusões sobre o efeito da legalização no uso de outras drogas, sobre o impacto na produtividade no trabalho e sobre os acidentes de trânsito.

Entre as conclusões, por outro lado, está que a legalização não afetaria as aposentadorias, uma vez que os efeitos da erva raramente levam à perda completa da capacidade laboral do usuário, e a redução da violência e da corrupção associada ao tráfico de maconha.

“Não é possível quantificar o impacto sobre a corrupção, mas podemos falar em tendências. Sabemos que o tráfico está baseado em esquemas ilegais de corrupção e propinas. Com certeza, ao legalizar o mercado e destruir a concorrência do mercado paralelo, a tendência é esse esquema desaparecer”, explica Luciana.

No entanto, para que em um cenário de legalização o mercado ilegal seja combatido, é preciso que a tributação seja leve, ao menos no primeiro momento. Com o fim da Lei Seca nos Estados Unidos, a tributação aplicada às bebidas foi bastante generosa, o que possibilitou a concorrência com os preços praticados na ilegalidade. Só após a redução do mercado paralelo que houve uma tributação pesada das bebidas no país.

Para a economista, é comum que se confunda a legalização com o incentivo à droga. “Em um mercado como esse, que já existe, é uma redução de danos diminuir a criminalidade e trazer para os cofres públicos recursos que podem ser utilizados em educação e saúde, por exemplo. A política de combate às drogas feita hoje já se mostrou fracassada, não só no Brasil como no mundo”.

NOTÍCIA II

Voto do Ministro Luís Roberto Barroso

Fonte: JOTA

<http://jota.info/docs/leia-o-voto-do-ministro-barroso-no-julgamento-das-drogas-10092015>

Anotações para o voto oral do Ministro Luís Roberto Barroso

I. Introdução

Estamos lidando com um problema para o qual não há solução juridicamente simples nem moralmente barata. Estamos no domínio das escolhas trágicas. Todas têm custo alto. Porém, virar as costas para um problema não faz com que ele vá embora. Por isso, em boa hora o Supremo Tribunal Federal está discutindo essa gravíssima questão. Em uma democracia, nenhum tema é tabu. Tudo pode e deve ser debatido à luz do dia. Estamos todos aqui em busca da melhor solução, baseada em fatos e razões, e não em preconceitos ou visões moralistas da vida.

O caso concreto aqui em discussão, e que recebeu repercussão geral, envolve o consumo de 3 gramas de maconha. A droga em questão, portanto é a maconha. O meu voto trabalha sobre este pressuposto. É possível que algumas das ideias que eu vou expor aqui valham para outras drogas. Outras, talvez não.

Para compreensão geral, uma breve unificação da terminologia é conveniente. Descriminalizar significa deixar de tratar como crime. Despenalizar significa deixar de punir com pena de prisão, mas punir com outras medidas. Este é o sistema em vigor atualmente. Legalizar significa que o direito considera um fato normal, insuscetível de qualquer sanção, mesmo que administrativa.

A discussão no presente processo diz respeito à descriminalização, e não à legalização. Vale dizer: o consumo de maconha ou de qualquer outra droga continuará a ser ilícito. O debate é saber se o Direito vai reagir com medidas penais ou com outros instrumentos, como, por exemplo, sanções administrativas. Isto inclui a possibilidade de apreensão, proibição de consumo em lugares públicos, submissão a tratamento de saúde etc.

II. A interpretação constitucional

A interpretação constitucional é uma atividade que se desenvolve no largo espectro que vai da proteção dos direitos fundamentais ao pragmatismo jurídico. Os direitos fundamentais funcionam como uma reserva mínima de justiça aplicável a todas as pessoas. Característica essencial dos direitos fundamentais é que eles são oponíveis às maiorias políticas. Vale dizer: eles funcionam como limites ao legislador e mesmo ao poder constituinte reformador.

O pragmatismo jurídico, por sua vez, é herdeiro distante do utilitarismo e descendente direto do pragmatismo filosófico. Ele tem, em meio a outras, duas características que merecem destaque aqui: a primeira é o chamado contextualismo, a significar que a realidade concreta em que situada a questão a ser decidida tem peso destacado na determinação da solução adequada. A segunda característica é o consequencialismo, na medida em que o resultado prático de uma decisão deve ser o elemento decisivo de sua prolação. Cabe ao juiz produzir a decisão que traga as melhores consequências possíveis para a sociedade como um todo.

Não estando em jogo direitos ou princípios fundamentais, frequentemente será legítimo e desejável que o intérprete, dentro das possibilidades e limites das normas constitucionais, construa como solução mais adequada a que produza melhores consequências para a sociedade. Pois bem: penso que por qualquer dos dois critérios — seja sob a égide da primazia dos direitos fundamentais, seja por avaliação pragmática —, chega-se à mesma solução neste caso.

III. Algumas premissas fáticas e filosóficas

O consumo de drogas ilícitas, sobretudo daquelas consideradas pesadas, é uma coisa ruim. Por isso, o papel do Estado e da sociedade deve ser o de: a) desincentivar o consumo; b) tratar os dependentes; e c) combater o tráfico. Portanto, nada do que se dirá aqui — e creio que isso vale para todos os Ministros, independentemente de sua posição — deve ser interpretado como autorização ou incentivo ao consumo de drogas. Justamente ao contrário, o que está em discussão aqui é determinar que medidas são mais eficazes e constitucionalmente adequadas para realizar os três objetivos enunciados acima. Em última análise, o que estamos decidindo é se são medidas de natureza penal ou se devem ser medidas de outra ordem.

A guerra às drogas fracassou. Desde o início da década de 70, sob a liderança do Presidente Nixon, dos Estados Unidos, adotou-se uma política de dura repressão à cadeia de produção, distribuição e fornecimento de drogas ilícitas, assim como ao consumo. Tal visão encontra-se materializada em três convenções da ONU. A verdade, porém, a triste verdade, é que passados mais de 40 anos, a realidade com a qual convivemos é a do consumo crescente, do não tratamento adequado dos dependentes como consequência da criminalização e do aumento exponencial do poder do tráfico. E o custo político, social e econômico dessa opção tem sido altíssimo.

Insistir no que não funciona, depois de tantas décadas, é uma forma de fugir da realidade. É preciso ceder aos fatos. As certezas equivocadas foram bem retratadas em um belo poema de Bertold Brecht, intitulado “Louvor à dúvida”:

“Não crêem nos fatos, crêem em si mesmos.

Diante da realidade, são os fatos que devem neles acreditar”.



É preciso olhar o problema das drogas sob uma perspectiva brasileira. Olhar o problema das drogas sob a ótica do primeiro mundo é viver a vida dos outros. Lá, o grande problema é o usuário. Entre nós, este não é o único problema e nem sequer é o mais grave. Entre nós, o maior problema é o poder do tráfico, um poder que advém da ilegalidade da droga. E este poder se exerce oprimindo as comunidades mais pobres, ditando a lei e cooptando a juventude. O tráfico desempenha uma concorrência desleal com qualquer atividade lícita, pelas somas que manipula e os pagamentos que oferece. A consequência é uma tragédia moral brasileira: a de impedir as famílias pobres de criarem os seus filhos em um ambiente de honestidade.

Esta a primeira prioridade: neutralizar, a médio prazo, o poder do tráfico. Para isso, só há uma solução: acabar com a ilegalidade das drogas e regular a produção e a distribuição. Esta ideia foi veiculada em um corajoso artigo de Helio Schwartzman, publicado na Folha de São Paulo de 19.08.2015. É importante o registro, mas não é isto o que está em discussão. O grande problema do direito é que não podemos fazer experimentação em laboratórios para saber se algo funciona ou não funciona. Por isso, temos que atuar aos poucos, passo a passo, testando soluções.

A segunda prioridade entre nós deve ser impedir que as cadeias fiquem entupidas de jovens pobres e primários, pequenos traficantes, que entram com baixa periculosidade e na prisão começam a cursar a escola do crime, unindo-se a quadrilhas e facções. Há um genocídio brasileiro de jovens pobres e negros, imersos na violência desse sistema.

Por fim, como terceira prioridade, vem o consumidor. O consumidor não deve ser tratado como um criminoso, mas como alguém que se sujeita deliberadamente a um comportamento de risco. Risco da sua escolha e do qual se torna a principal vítima. Mas o risco por si só não é fundamento para a criminalização, ou teríamos que banir diversas atividades, do alpinismo ao mergulho submarino.

IV. Razões pragmáticas para a descriminalização

Estabelecidas estas premissas fáticas e filosóficas, passo a enunciar as razões pragmáticas que justificam a descriminalização.

Primeira razão: Fracasso da política atual

Em lugar de reduzir a produção, o comércio e o consumo, a política mundial de criminalização e repressão produziu um poderoso mercado negro e permitiu o surgimento ou o fortalecimento do crime organizado. Paralelamente a isso, floresceu a criminalidade associada ao tráfico, que inclui, sobretudo, o tráfico de armas utilizadas nas disputas por territórios e nos confrontos com a polícia.

Em contraste com o aumento do consumo de drogas, inclusive a maconha, o consumo de tabaco caiu drasticamente. Segundo dados trazidos pelo

IBCCRIM, em 1984, 35% dos adultos consumiam cigarros. Em 2013, esse número caíra para 15%. Informação e advertência produzem, a médio prazo, resultados melhores do que a criminalização.

Segunda razão: Alto custo para a sociedade

O modelo criminalizador e repressor produz um alto custo para a sociedade e para o Estado, resultando em aumento da população carcerária, da violência e da discriminação. Da promulgação da lei de drogas, em 2006, até hoje, houve um aumento do encarceramento por infrações relacionadas às drogas de 9% para 27%. Aproximadamente, 63% das mulheres que se encontram encarceradas o foram por delitos relacionados às drogas. Vale dizer: atualmente, 1 em cada 2 mulheres e 1 em cada 4 homens presos no país estão atrás das grades por tráfico de drogas.

Cada vaga no sistema penitenciário custa, de acordo com o Depen, R\$ 43.835,20. O custo mensal de cada detento é de cerca de R\$ 2.000. Além do custo elevado, há outro fenômeno associado ao encarceramento: jovens primários são presos juntamente com bandidos ferozes e se tornam, em pouco tempo, em criminosos mais perigosos. Ao voltarem para a rua, são mais ameaçadores para a sociedade, sendo que o índice de reincidência é acima de 70%. Por fim, há um outro problema: como não há critério objetivo para distinguir consumo de tráfico, no mundo real, a consequência prática mais comum, como noticiam, dentre muitos, Pedro Abramovay e Ilona Szabó, é que “ricos com pequenas quantidades são usuários, pobres são traficantes”.

Por essa razão, é imperativo que se estabeleçam critérios para distinguir consumo de tráfico.

Terceira razão: a criminalização afeta a proteção da saúde pública

O sistema atual de Guerra às Drogas faz com que as preocupações com a saúde pública — que são o principal objetivo do controle de drogas — assumam uma posição secundária em relação às políticas de segurança pública e à aplicação da lei penal. A política de repressão penal exige recursos cada vez mais abundantes, drenando investimentos em políticas de prevenção, educação e tratamento de saúde.

E o pior: a criminalização de condutas relacionadas ao consumo promove a exclusão e a marginalização dos usuários, dificultando o acesso a tratamentos. Como assinalou o antropólogo Rubem César Fernandes, diretor do Viva Rio: “O fato de o consumo de drogas ser criminalizado aproxima a população jovem do mundo do crime”. Portanto, ao contrário do que muitos crêem, a criminalização não protege, mas antes compromete a saúde pública.

Conclusão

Em conclusão deste tópico que cuidou das razões pragmáticas pelas quais a descriminalização do consumo é uma alternativa melhor: os males causados pela política atual de drogas têm superado largamente os seus benefícios. A forte repressão penal e a criminalização do consumo têm produzido



consequências mais negativas sobre a sociedade e, particularmente, sobre as comunidades mais pobres do que aquelas produzidas pelas drogas sobre os seus usuários.

V. Uma janela para o mundo

Quase todo o mundo democrático e desenvolvido está abrandando a sua política em relação às drogas. Nos Estados Unidos, que lideraram a Guerra às Drogas, 27 dos 50 Estados já descriminalizaram o porte da maconha para uso recreativo ou medicinal, sendo que quatro deles (Oregon, Washington, Alaska e Colorado) legalizaram a comercialização.

Em Portugal, há mais de uma década, descriminalizou-se o porte de drogas para consumo pessoal. No caso da maconha, presume-se não se tratar de tráfico o porte de até 25 gramas. Após este período, constatou-se que (i) o consumo em geral não disparou (houve até diminuição entre os jovens); (ii) houve um aumento de toxicodependentes em tratamento; e (iii) houve redução da infecção de usuários de drogas pelo vírus HIV.

Os exemplos se multiplicam. Na Espanha, a lei não criminaliza o uso de drogas, mas proíbe o uso em público. No tocante à maconha, o porte de até 100 gramas é considerado para uso pessoal. O Uruguai tornou-se, em 2013, o primeiro país do mundo a legalizar a produção, comércio e consumo da maconha. A lei aprovada permite que os indivíduos portem até 40 gramas de maconha, autoriza o cultivo doméstico de até 6 plantas fêmeas de cannabis. Na Colômbia e na Argentina, a descriminalização veio por decisão do Tribunal Constitucional e da Suprema Corte, respectivamente.

Aos poucos, o mundo vai se dando conta de que são necessários meios alternativos à criminalização para combater o consumo de drogas ilícitas. Cabe lembrar aqui que descriminalizar não significa tornar o uso lícito nem muito menos incentivar o consumo.

VI. Fundamentos jurídicos para a descriminalização

Do ponto de vista jurídico, há pelo menos três fundamentos que justificam e legitimam a descriminalização à luz da Constituição:

Violação ao direito de privacidade

A intimidade e a vida privada, que compõem o conteúdo do direito de privacidade, são direitos fundamentais protegidos pelo art. 5º, X da Constituição. O direito de privacidade identifica um espaço na vida das pessoas que deve ser imune a interferências externas, seja de outros indivíduos, seja do Estado. O que uma pessoa faz na sua intimidade, da sua religião aos seus hábitos pessoais, como regra devem ficar na sua esfera de decisão e discricionariedade. Sobretudo, quando não afetar a esfera jurídica de um terceiro.

Ex. É preciso não confundir moral com direito. Há coisas que a sociedade pode achar ruins, mas que nem por isso são ilícitas. Se um indivíduo, na solidão das suas noites, bebe até cair desmaiado na cama, isso não parece bom, mas não é ilícito. Se ele fumar meia carteira de cigarros entre o jantar e a hora

de ir dormir, tampouco parece bom, mas não é ilícito. Pois digo eu: o mesmo vale se, em lugar de beber ou consumir cigarros, ele fumar um baseado. É ruim, mas não é papel do Estado se imiscuir nessa área.

Violação à autonomia individual

A liberdade é um valor essencial nas sociedades democráticas. Não sendo, todavia, absoluta, ela pode ser restringida pela lei. Porém, a liberdade possui um núcleo essencial e intangível, que é a autonomia individual. Emanação da dignidade humana, a autonomia assegura ao indivíduo a sua autodeterminação, o direito de fazer as suas escolhas existenciais de acordo com as suas próprias concepções do bem e do bom. Cada um é feliz à sua maneira. A autonomia é a parte da liberdade que não pode ser suprimida pelo Estado ou pela sociedade.

Exs mais óbvios: o Estado e a sociedade não podem decidir com quem você vai se casar, qual deve ser a sua religião ou que profissão você vai seguir.

As pessoas têm, igualmente, o direito de escolher os seus prazeres legítimos. Há quem faça alpinismo, voe de ultraleve, participe de corridas de automóvel, ande de motocicleta ou faça mergulho submarino. Todas essas são atividades que envolvem riscos. Nem por isso são proibidas. O Estado pode, porém, limitar a liberdade individual para proteger direitos de terceiros ou determinados valores sociais. Pois bem: o indivíduo que fuma um cigarro de maconha na sua casa ou em outro ambiente privado não viola direitos de terceiros. Tampouco fere qualquer valor social. Nem mesmo a saúde pública, salvo em um sentido muito vago e remoto. Se este fosse um fundamento para proibição, o consumo de álcool deveria ser banido. E, por boas razões, não se cogita disso.

Note-se bem: o Estado tem todo o direito de combater o uso, fazer campanhas contra, educar e advertir a população. Mas punir com o direito penal é uma forma de autoritarismo e paternalismo que impede o indivíduo de fazer suas escolhas existenciais. Para poupar a pessoa do risco, o Estado vive a vida dela. Não parece uma boa ideia.

Violação ao princípio da proporcionalidade

O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade, na sua dimensão instrumental, funciona como uns limites às restrições dos direitos fundamentais. Para que a restrição a um direito seja legítima, ela precisa ser proporcional. Em matéria penal, tal ideia se expressa em alguns conceitos específicos, que incluem a lesividade da conduta incriminada, a vedação do excesso e a proibição da proteção deficiente.

O denominado princípio da lesividade exige que a conduta tipificada como crime constitua ofensa à bem jurídico alheio. De modo que se a conduta em questão não extrapola o âmbito individual, o Estado não pode atuar pela criminalização. O principal bem jurídico lesado pelo consumo de maconha é a própria saúde individual do usuário, e não um bem jurídico alheio.

Aplicando a mesma lógica, o Estado não pune a tentativa de suicídio ou a autolesão. Há quem invoque a saúde pública como bem jurídico violado. Em primeiro lugar, tratar-se-ia de uma lesão vaga, remota, provavelmente em menor escala do que, por exemplo, o álcool ou o tabaco. Em segundo lugar porque, como se procurou demonstrar, a criminalização termina por afastar o usuário do sistema de saúde, pelo risco e pelo estigma. De modo que pessoas que poderiam obter tratamento e se curar, acabam não tendo acesso a ele. O efeito, portanto, é inverso. Portanto, não havendo lesão a bem jurídico alheio, a criminalização do consumo de maconha não se afigura legítima.

O teste da proporcionalidade inclui, também, a verificação da adequação, necessidade e proveito da medida restritiva. A criminalização, no entanto, não parece adequada ao fim visado, que seria a proteção da saúde pública. Não apenas porque os números revelam que a medida não tem sido eficaz — o consumo de drogas ilícitas, inclusive da maconha, tem aumentado significativamente —, como pelas razões expostas acima: a saúde pública não só não é protegida como é de certa forma afetada pela criminalização.

A questão da necessidade poderia ser disputada. Há países que optam por criminalizar a maconha. Mas em número decrescente. Na América Latina, como visto, somente Brasil, Suriname e Guianas tratam o porte de drogas para uso pessoal como crime. Existem alternativas que vão desde a previsão de sanções administrativas até o combate via contrapropaganda e cláusulas de advertência.

Mas é sobretudo no terceiro subprincípio — o da proporcionalidade em sentido estrito —, quando se vai aferir o custo benefício da criminalização que a desproporcionalidade se evidencia de maneira mais contundente. O custo tem sido imenso — em recursos drenados para a repressão, para o sistema penitenciário, nas vidas de jovens que são destruídas no cárcere, no poder do tráfico sobre as comunidades carentes — e os resultados têm sido pífios: aumento constante do consumo.

Em suma: por ausência de lesividade a bem jurídico alheio, por inadequação, discutível necessidade e, sobretudo, pelo custo imenso em troca de benefícios irrelevantes, a criminalização não é a forma mais razoável e proporcional de se lidar com o problema.

Pelos mesmos fundamentos, declaro a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 1º do artigo 28 da Lei no 11.343/2006, o qual prevê que se submete às mesmas penas do caput, “quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”. Aqui, à falta de um critério específico para delimitar o que seja pequena quantidade para consumo pessoal, utilizo o parâmetro adotado no Uruguai, que é de 6 (seis) plantas fêmeas.

VII. Necessidade de um critério objetivo que sirva de orientação para distinguir consumo pessoal de tráfico

Independentemente da criminalização ou não do porte de drogas para o consumo pessoal, é imprescindível que se estabeleça um critério objetivo para distinguir consumo de tráfico. A matéria é tratada, atualmente, no § 2º do art. 28 da Lei 11.348/2006, que dispõe:

“Art. 28. § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.”

É preciso estabelecer um critério por alguns motivos óbvios. O primeiro, naturalmente, é diminuir a discricionariedade judicial e uniformizar a aplicação da lei, evitando que a sorte de um indivíduo fique ao sabor do policial ou do juiz ser mais liberal ou mais severo. O segundo, mais importante ainda, é que a inexistência de um parâmetro objetivo não é neutra. Ela produz um impacto discriminatório que é perceptível a olho nu e destacado por todas as pessoas que lidam com o problema: os jovens de classe média para cima, moradores dos bairros mais abonados, como regra, são enquadrados como usuários; os jovens mais pobres e vulneráveis, que são alvo preferencial das forças de segurança pública, são enquadrados como traficantes.

O voto do Min. Gilmar Mendes apresenta duas propostas em relação à distinção entre consumo e tráfico. Em primeiro lugar, afirma que o ônus de comprovar a finalidade diversa do consumo pessoal é da acusação. Estou de pleno acordo. Em segundo lugar, que a autoridade, se achar que a hipótese é de aplicação do art. 33 (tráfico), deve levar o acusado, em curto prazo, à presença do juiz. Trata-se da audiência de custódia, que temos todos defendido aqui. Também estou de acordo com essa proposta. Mas creio que essas duas medidas são insuficientes.

Por isso, vou adiante para propor um critério quantitativo que sirva como referencial para os juízes. O Instituto Igarapé, em Nota Técnica — que me foi entregue pelo grande brasileiro e ex-Ministro da Justiça José Gregori — firmada por especialistas de áreas diversas — e que incluem o ex-Ministro da Saúde e médico José Gomes Temporão, a psicanalista Maria Rita Kehl e o economista Edmar Bacha — alertam que critérios objetivos muito baixos aumentariam o problema e propõem, como adequado para a realidade brasileira, uma quantidade de referência fixa entre 40 gramas e 100 gramas. Observo que 40 gramas é o critério adotado pelo Uruguai e 100 gramas o critério adotado pela Espanha. Em Portugal, país com uma bem sucedida experiência de mais de uma década na matéria, o critério é de 25 gramas.

Minha preferência pessoal, neste momento, seria pela fixação do critério quantitativo em 40 gramas. Porém, em busca do consenso ou, pelo menos, do apoio da maioria do Tribunal, estou propondo 25 gramas, como possível denominador comum das diferentes posições. Cabe deixar claro que o que se está estabelecendo é uma presunção de que quem esteja portando até 25 gramas de maconha é usuário e não traficante. Presunção que pode ser afastada pelo juiz, à luz dos elementos do caso concreto. Portanto, poderá o juiz, fundamentadamente, entender que se trata de traficante, a despeito da quantidade ser menor, bem como de que se trata de usuário, a despeito da quantidade ser maior. Nessa hipótese, seu ônus argumentativo se torna mais acentuado.

VIII. Enfrentando os argumentos contrários

I. Não houve guerra as drogas no Brasil

O argumento, com a vênia devida, não corresponde aos fatos. Basta constatar que:

Existem quase 150 mil presos por delitos relacionados a drogas. Bilhões em recursos foram gastos com atividade policial e custos do sistema penitenciário. O Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, com a autoridade de quem conduz um conjunto de políticas bem sucedidas, declarou:

“Acabar com as drogas é impossível. Parece que os brasileiros não acordam para o desperdício dessa guerra. Não existem vitoriosos. Descriminalizando o uso, um dos efeitos é o alívio na polícia e no Poder Judiciário, que podem se dedicar aos homicídios, aos crimes verdadeiros”.

O fato de que a Guerra às Drogas foi travada com as vicissitudes e deficiências do padrão Brasil não muda este quadro.

II. A descriminalização produziria aumento de consumo

É possível, sim, que em um momento inicial a descriminalização aumente a quantidade de usuários, em especial dos usuários experimentais. Porém, passado o momento inicial, as estatísticas não confirmam o aumento do consumo. Portanto, o importante aqui não é uma foto momentânea, mas um filme que dura alguns anos. Em Portugal, como visto, houve até redução de consumo pelos jovens. A transgressão é um atrativo para a juventude.

III. A descriminalização aumentaria a criminalidade associada ao consumo de drogas

As grandes causas da criminalidade envolvem combinações variadas entre desigualdade, impunidade e uma cultura de ganho fácil. Maconha não tem efeito anti-social relevante. Por essa lógica, faria muito mais sentido criminalizar o álcool.

Naturalmente, ninguém cogita disso. Nos EUA a Emenda 18 produziu a lei seca, banindo a fabricação e distribuição de bebidas alcoólicas entre 1920

e 1933. As consequências foram tão nefastas quanto as que a criminalização das drogas nos traz hoje.

IV. A descriminalização trará impacto para a saúde pública

A experiência empírica diz o oposto: com a descriminalização, usuários e dependentes passam a poder se tratar.

V. A descriminalização aumentaria os riscos do trânsito com pessoas dirigindo intoxicadas

Este argumento foi enfatizado pelo eminente Deputado Federal do Rio Grande do Sul Osmar Terra. Cabe lembrar aqui que dirigir sob a influência de substância psicoativa é crime autônomo (Código de Trânsito, art. 302, § 2º). Não é preciso criminalizar o consumo de maconha para este fim

VI. Há grande inconsistência em descriminalizar o consumo e manter a criminalização da produção e da distribuição

A inconsistência de fato existe. Mas eventual legalização depende de atuação do Congresso. E não há soluções fáceis. Porém, prestar atenção no que se passa no Uruguai e nos estados americanos que legalizaram pode ser uma boa forma de ver como os resultados que a legalização produzirá. Uma última observação: pesquisa do psicólogo Giovani Caetano Jaskulski conclui que o álcool e o cigarro — não a maconha — funcionam como porta de entrada para drogas mais pesadas.

VII. Criação de um “exército de formiguinhas”

Este foi o ponto suscitado pelo Procurador-Geral da República: o temor de que uma vez fixado um certo quantitativo, os traficantes passariam a distribuir em pequenas porções, formando um “exército de formiguinhas”. É uma possibilidade. Só que de certa forma, já é assim. Os “aviões”, que são os jovens que fazem a distribuição, são presos. Em poucas horas são repostos.

Há, na verdade, um exército de reserva. Com a seguinte consequência: as prisões ficam entupidadas e o tráfico não diminui em nada.

VIII. Conclusão

A descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal é medida constitucionalmente legítima, devido a razões jurídicas e pragmáticas. Entre as razões pragmáticas, incluem-se (i) o fracasso da atual política de drogas, (ii) o alto custo do encarceramento em massa para a sociedade, e (iii) os prejuízos à saúde pública.

As razões jurídicas que justificam e legitimam a descriminalização são (i) o direito à privacidade, (ii) a autonomia individual, e (iii) a desproporcionalidade da punição de conduta que não afeta a esfera jurídica de terceiros, nem é meio idôneo para promover a saúde pública.

Independentemente de qualquer juízo que se faça acerca da constitucionalidade da criminalização, impõe-se a determinação de um parâmetro objetivo capaz de distinguir consumo pessoal e tráfico de drogas. A ausência de crité-



rio dessa natureza produz um efeito discriminatório, na medida em que, na prática, ricos são tratados como usuários e pobres como traficantes.

À luz dos estudos e critérios existentes e praticados no mundo, recomenda-se a adoção do critério seguido por Portugal, que, como regra geral, não considera tráfico a posse de até 25 gramas de Cannabis. No tocante ao cultivo de pequenas quantidades para consumo próprio, o limite proposto é de 6 plantas fêmeas.

Os critérios indicados acima são meramente referenciais, de modo que o juiz não está impedido de considerar, no caso concreto, que quantidades superiores de droga sejam destinadas para uso próprio, nem que quantidades inferiores sejam valoradas como tráfico, estabelecendo-se nesta última hipótese um ônus argumentativo mais pesado para a acusação e órgãos julgadores. Em qualquer caso, tais referenciais deverão prevalecer até que o Congresso Nacional venha a prover a respeito.

Provimento do recurso extraordinário e absolvição do recorrente, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal. Afirmação, em repercussão geral, da seguinte tese: “É inconstitucional a tipificação das condutas previstas no artigo 28 da Lei no 11.343/2006, que criminalizam o porte de drogas para consumo pessoal. Para os fins da Lei nº 11.343/2006, será presumido usuário o indivíduo que estiver em posse de até 25 gramas de maconha ou de seis plantas fêmeas. O juiz poderá considerar, à luz do caso concreto, (i) a atipicidade de condutas que envolvam quantidades mais elevadas, pela destinação a uso próprio, e (ii) a caracterização das condutas previstas no art. 33 (tráfico) da mesma Lei mesmo na posse de quantidades menores de 25 gramas, estabelecendo-se nesta hipótese um ônus argumentativo mais pesado para a acusação e órgãos julgadores. “

**DIA 27/03 — AULA 11: A SOCIEDADE LIBERAL CONTEMPORÂNEA:
JOHN RAWLS****CASOS PARA DISCUSSÃO**

O caso de hoje sinaliza reações à centralidade do Supremo Tribunal Federal na vida (econômica, social e política) brasileira. Um dos autores que, na segunda metade do século XX, fundamentou, de forma mais cristalina, a centralidade do papel do judiciário na democracia constitucional foi John Rawls. Para Rawls, a Suprema Corte *é/deve ser o “exemplar of public reason”* — a encarnação exemplar da razão pública. Com esta centralidade, naturalmente surge também uma crescente responsabilidade e desafios que, para muitos, fugiriam ao papel do judiciário endereçar e resolver de forma efetiva. Ao ler trecho indicado da obra de Rawls, reflita também sobre papel do Supremo em uma democracia e sobre questionamentos ao seu crescente protagonismo nacional.

PROBLEMAS:

Supremo Tribunal Federal tem recordes de pedidos de impeachment
PEC muda as regras de mandato e propõe eleição de ministros do STF

LEITURA OBRIGATÓRIA:

MICHELMAN, Frank. The Constitutional Essentials of Political Liberalism Justice as Fairness, Legitimacy, and the Question of Judicial Review: A Comment.

LEITURA COMPLEMENTAR:

RAWLS, John. **Political liberalism**. Columbia University Press, 2005. Lecture VI.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que é “judicial review”?
- 2) O que é o dualismo constitucional? Por que esta é uma “condição” do sistema de “judicial review”?
- 3) Qual a distinção entre “validation” e “legitimation”?



- 4) O que é o princípio liberal da legitimidade?
- 5) A legitimidade pode ser aferida diretamente do “texto” da constituição?
- 6) O que é o “social minimum” para Rawls?

NOTÍCIA I

STF tem recorde de ações de impeachment

Fonte: Estadão/ Guilherme Duarte e Rodrigo Burgarelli

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,stf-tem-recorde-de-aco-es-de-impeachment,10000100135>

O número de pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) atingiu em 2016 o recorde absoluto das últimas décadas. Até o início da crise política que levou à cassação da presidente Dilma Rousseff, esses pedidos eram raros: de 2000 a 2014, houve apenas cinco. Em 2015, dois pedidos foram protocolados no Senado. O número explodiu em 2016, quando houve 11 requerimentos para impedir seis ministros da Corte.

O movimento pode ser visto como uma reação à atuação cada vez mais política que o STF tem adotado nos últimos anos, quando tomou decisões polêmicas envolvendo autoridades de outros Poderes — e muitas vezes em caráter liminar.

De 2015 para cá, por exemplo, a Corte determinou o afastamento do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), proibiu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de assumir ministério no governo Dilma e chegou até a remover o atual presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), de seu cargo de maneira monocrática, decisão que depois foi revista pelo plenário.

“A crise política fez com que a Corte tomasse decisão em casos polêmicos, desagradando aos lados da disputa política. E a presença de grupos cada vez mais atuantes e a facilidade de protocolar pedidos de impeachment levaram a esse aumento”, afirma o cientista político Rodrigo Martins, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP).

Entre os ministros que foram alvo das ações no ano passado, o líder é Luís Roberto Barroso, com três pedidos de impedimento. Dois deles têm como base o mesmo fato: a decisão do STF em anular a votação secreta determinada por Cunha para criar a comissão de análise do impeachment de Dilma, no fim de 2015. Barroso foi o relator desse caso no plenário e, segundo os autores dos pedidos, “mentiu por omissão” ao não ler por completo um artigo

do Regimento Interno da Câmara que, supostamente, garantiria a constitucionalidade da votação.

“O Supremo está muito ativista. Eles começaram a legislar e interferir nos outros Poderes”, diz o autor de um dos pedidos, Salim Rogério Bittar, de 62 anos. Ele é administrador de empresas em Goiânia e diz que passou a se interessar por política recentemente, após ver o forte impacto da crise econômica no mercado local. “Hoje participo dos movimentos de rua que pediram o impeachment da Dilma. Aí comecei a ler tudo, a me informar. E eu e um grupo de colegas vimos que, nesse caso, o Barroso praticamente inventou o regimento”, diz.

Em seguida, três ministros estão empatados com dois pedidos cada — Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. No caso de Gilmar, seus dois processos são de autoria de juristas conhecidos — um deles é assinado pelo ex-procurador-geral da República Cláudio Lemos Fonteles e o outro pelo professor de Direito Administrativo da PUC-SP Celso Antônio Bandeira de Mello.

Acusações. Fonteles e seus coautores acusam Gilmar de se manifestar sobre processos na imprensa, de uso de linguagem indecorosa, de participar de julgamento em casos em que devia ter se declarado suspeito e de envolvimento em atividade político-partidária ao oferecer, por exemplo, café da manhã para o atual presidente Michel Temer e para sua base aliada no Congresso enquanto o afastamento definitivo de Dilma ainda não havia sido determinado.

Os outros dois alvos de pedido de impeachment no STF em 2016 foram Luiz Fux e Marco Aurélio. A acusação contra Fux foi formulada por um grupo de procuradores federais em maio do ano passado que acusam o ministro de ter mantido privilégios para o Judiciário por meio de uma liminar que manteve o pagamento de auxílio-moradia de até R\$ 4 mil mensais para juízes de todo o País.

Dois dos procuradores que assinam a petição, Carlos Studart e Pablo Bezerra Luciano, embora reconheçam um crescente ativismo por parte do Supremo, discordam que a razão de sua petição tenha a ver com isso. Segundo eles, trata-se de uma reação ao corporativismo da Justiça. “Um ministro do STF não pode conceder uma liminar e passar mais de dois anos impedindo o plenário de apreciar sua decisão. Um ministro do STF não deve ter esse poder todo”, diz Studart.

Regras. O rito do processo de impeachment de ministro do STF e do procurador-geral da República é definido pela Lei do Impeachment, de 1950, a mesma que estabelece as regras para o impedimento do presidente da República. A diferença, porém, é que no caso dos ministros e do PGR, apenas o Senado decide sobre o cabimento ou não dos pedidos, que podem ser escritos por qualquer cidadão. Nunca ocorreu um impeachment de membro do Supremo.

Em períodos autoritários, porém, ministros foram removidos por ato de outros Poderes. Em 1965, foram aposentados compulsoriamente pela ditadura militar os ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva.

Dos 11 pedidos de impeachment protocolados neste ano, a maioria foi rejeitada por decisão da Mesa, sem que nem sequer uma comissão de análise fosse eleita. Apenas três ainda tramitam: um pedido contra Toffoli, um contra Lewandowski e um contra Barroso, Rosa Weber e Edson Fachin. A reportagem procurou todos os ministros para se pronunciar sobre seus casos, mas a assessoria do STF informou que, em razão do recesso do Judiciário, não foi possível fazer contato com nenhum deles.

NOTÍCIA II

PECs alteram forma de escolha de ministros do STF

Fonte: Agência Senado

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/05/pec-estabelece-mandato-de-dez-anos-e-muda-forma-de-escolha-de-ministros-do-stf>

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), corte que exerce a função de guardião da Constituição, poderão ter mandatos de dez anos. É o que estabelece a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2015, que está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor da proposta, senador Lasier Martins (PDT-RS), argumenta que a vitaliciedade do cargo pode trazer “vários riscos à estabilidade institucional”. Pela atual regra, aponta o senador, alguns ministros ocupam a vaga por poucos anos, enquanto outros podem exercer o cargo por décadas, inclusive presidindo a corte por mais de uma vez. Lasier acrescenta que a fixação de mandatos ainda pode criar a oportunidade de renovação, já que “inteligências hoje esquecidas” poderão ter a “chance de ser conhecidas e, se for o caso, escolhidas para comporem o STF”.

A PEC também determina que os ministros do STF ficarão inelegíveis para qualquer cargo eletivo até cinco anos após o término do mandato. Segundo Lasier, é uma forma de evitar que muitos ministros usem o Supremo “como porta de entrada imediata para a política partidária”.

COLEGIADO

A proposta ainda traz modificações sobre os critérios e o processo de escolha do ministro. Além das exigências atuais — mais de 35 e menos de 65 anos

de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada —, haverá a necessidade de comprovação de pelo menos 15 anos de atividade jurídica.

Pelo texto da PEC, o presidente da República vai escolher um nome dentro de uma lista tríplice, elaborada por um colegiado. Esse colegiado será composto por sete membros: os presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal de Contas da União (TCU); além do procurador-geral da República e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A regra atual que determina a escolha pessoal do presidente da República pode, na visão de Lasier, trazer prejuízos à impessoalidade dos critérios de seleção e até mesmo, no limite, “à necessária independência dos magistrados”. Com a indicação por um colegiado, registra o autor, não estará o chefe do Executivo absolutamente livre para indicar quem quiser. O senador ainda aponta que a sociedade brasileira não tolera mais “essa possibilidade de desvio de finalidade na escolha dos ministros do STF”.

A escolha pelo presidente da República deverá ser feita no prazo de até um mês a contar do surgimento da vaga. Esse prazo, segundo o autor, se justifica porque a falta de previsão de um prazo para a realização da escolha faz com que o STF, muitas vezes, tenha que conviver com vagas em aberto por até quase um ano. O nome do escolhido continuará sendo submetido à apreciação do Senado.

EQUILÍBRIO

A proposta conta com o apoio do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), para quem a PEC contribui de forma importante para o debate da democracia brasileira. Ele diz que sua aprovação “somarà ao debate uma proposta sensata e equilibrada”. Anastasia, no entanto, apresentou uma alteração no texto original. Ele diz que “não tem pertinência lógica” inserir no colegiado o presidente do TCU por se tratar de órgão técnico e de controle externo, diferente das outras instituições nele elencadas. Em seu relatório, Anastasia sugeriu substituir o presidente do TCU pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Se aprovada na CCJ, a PEC seguirá para a análise do Plenário do Senado, onde precisa ser votada em dois turnos, com o apoio de pelo menos 49 senadores. Com a aprovação no Senado, a proposta ainda será submetida à apreciação da Câmara dos Deputados.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Há ainda em tramitação outra proposta que altera o processo de escolha dos ministros do Supremo. A PEC 117/2015 prevê que quando houver cargos vagos, assume a cadeira o ministro mais antigo do Superior Tribunal de Justiça (STJ) até que aconteça a nomeação do titular da vaga no STF.

O autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) argumenta que a iniciativa não compromete a composição da Corte e nem a forma de nomeação previstas na Constituição. Lembra que os magistrados do STJ também devem respeitar os princípios de notório saber jurídico, reputação ilibada e idade mínima.

O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 ministros escolhidos pelo presidente da República. A indicação presidencial tem que ser aprovada pela maioria absoluta do Senado. É o que está na Constituição, mas o artigo 101 não especifica qual o prazo para novas designações quando os ministros deixam o STF.

Um exemplo dessa situação se deu quando o ministro Joaquim Barbosa se aposentou, em julho de 2014. O STF ficou por quase um ano sem a bancada completa. O sucessor, Luiz Edson Fachin, apenas tomou posse em junho de 2015.

Flexa Ribeiro lembrou que a bancada incompleta do STF já causou problemas, como no caso do julgamento da aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) nas eleições de 2010. Flexa recordou que por causa de um empate em 24 de setembro daquele ano a decisão foi suspensa por tempo indeterminado. Esse julgamento só foi concluído em fevereiro de 2012.

Essa proposta de emenda constitucional será analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ainda não há um relator escolhido para analisar a PEC 117/2015.

**DIA 29/03 — AULA 12: BRASIL: “A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ”.
CONSTITUCIONALISMO SOCIAL.***CASOS PARA DISCUSSÃO*

A constituição de 1988 promoveu a constitucionalização dos direitos sociais. A limitação de recursos materiais para a concretização das aspirações coletivas, contudo, sempre foi fonte de tensão entre atores sociais, lideranças políticas e a Justiça. Exemplo clássico é o direito à saúde. Nem todos os cidadãos — na verdade, pequena parte da sociedade — tem acesso a medicamentos e tratamentos de saúde garantidos (segundo uma interpretação) pela Constituição.

Passando ao largo de discussões e decisões no âmbito do Executivo e do Legislativo, o Judiciário se converteu em ator decisivo na efetivação do direito à saúde ao longo da última década.

Em que medida este “protagonismo social” do Judiciário é desejável? Em que medida é indesejável? Em que medida é inevitável? A partir da leitura do caso, formule seus argumentos. Reflita sobre o “sentido” da Constituição de 1988 para o Ministro Celso de Mello.

PROBLEMA:

Implementação de direitos sociais — Voto do Ministro Celso de Mello na ADI 45 (Disponível no Dropbox do Curso)

Pílula do câncer

LEITURA OBRIGATÓRIA:

BERCOVICI, Gilberto. **A problemática da constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro.** Revista de Informação Legislativa, v. 142, 1999.

LEITURA COMPLEMENTAR:

LEAL, Fernando. **Seis objeções ao direito civil constitucional.** Revista Direitos Fundamentais e Justiça, ano 9, número 33; p. 123-165, Out/Dez.2015.



BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)**. Revista de Direito Administrativo, v. 240, p. 1-42, 2005. (Sugestão: pp.1-17)

Movimento orquestrado para desconstruir a constituição

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Quais são os limites para a atuação do Estado em uma constituição dirigente?
- 2) Tente elencar os principais argumentos contrários à visão “dirigente” da Constituição. Explique de que forma a mera positivação dos direitos sociais, sem ser acompanhada de conjunto de mudanças econômicas e políticas, tem o potencial de aprofundar a crise de governabilidade em um Estado.
- 3) Por que para J. J. Canotilho, na revisão de seu próprio pensamento, a constituição teria perdido a sua capacidade de ser dirigente da vida social? Você concorda ou discorda de Canotilho?
- 4) O fato de o Brasil ainda ser um país pobre e em desenvolvimento torna a visão dirigente da constituição mais ou menos atraente? Por um lado, há pressão social, e a constituição sinaliza esta pressão. Por outro lado, mudanças sociais, por vezes, exigem tempo e paciência.
- 5) O que seria para, Ministro L. R. Barroso, a nova hermenêutica constitucional? Tente identificar e explicar quais foram as três grandes transformações apontadas pelo autor como essenciais para compreender esse novo papel da constituição.
- 6) Por que surgiu a necessidade de se criar uma “nova interpretação constitucional”? Quais são os elementos que a diferenciam da interpretação tradicional?
- 7) Considere as decisões judiciais que obrigam o Executivo a realizar políticas públicas em relação à saúde: a ponderação de princípios mostra-se suficiente para resolver esse tipo de controvérsia? Quais são os problemas conexos a criação de políticas públicas por parte do Judiciário?
- 8) Como o debate sobre a atuação do Estado dentro de espectro mais ou menos “social” constrange a criação de soluções para os problemas sociais brasileiros?

NOTÍCIA

STF suspende eficácia da lei que autoriza uso da fosfoetanolamina

Fonte: Notícias STF

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=317011>

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu nesta quinta-feira (19) medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5501 para suspender a eficácia da Lei 13.269/2016 e, por consequência, o uso da fosfoetanolamina sintética, conhecida como “pílula do câncer”. A lei autoriza o uso da substância por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

A Associação Médica Brasileira (AMB), autora da ação, sustenta que diante da ausência de testes da substância em seres humanos e de desconhecimento acerca da eficácia do medicamento e dos efeitos colaterais, sua liberação é incompatível com direitos constitucionais fundamentais como o direito à saúde (artigos 6º e 196), o direito à segurança e à vida (artigo 5º, caput), e o princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III).

Voto do relator

“Ao suspender a exigibilidade de registro sanitário da fosfoetanolamina sintética, o ato atacado discrepa das balizas constitucionais concernentes ao dever estatal de reduzir o risco de doença e outros agravos à saúde dos cidadãos”, disse o relator, ministro Marco Aurélio, em seu voto pelo deferimento da liminar para suspender a eficácia da lei até o julgamento definitivo da ação.

O relator ressaltou que, ao dever do Estado de fornecer medicamentos à população, contrapõe-se a responsabilidade constitucional de zelar pela qualidade e segurança dos produtos em circulação. O Congresso Nacional, para o ministro, ao permitir a distribuição de remédio sem o controle prévio de viabilidade sanitária pela Anvisa, não cumpriu com o dever constitucional de tutela da saúde da população. “O direito à saúde não será plenamente concretizado sem que o Estado cumpra a obrigação de assegurar a qualidade das drogas distribuídas aos indivíduos mediante rigoroso crivo científico, apto a afastar desenganos, charlatanismos e efeitos prejudiciais ao ser humano”.

Neste ponto, de acordo com o relator, há ofensa ao postulado da separação de Poderes, uma vez que não cabe ao Congresso Nacional viabilizar a distribuição de qualquer medicamento, mas sim, à Anvisa. O ministro salienta que a aprovação do produto pela agência é condição para industrialização, comercialização e importação com fins comerciais, segundo o artigo 12 da Lei 6.360/1976. “Ante a ausência do registro, a inadequação é presumida”.

“É no mínimo temerária — e potencialmente danosa — a liberação genérica do medicamento sem a realização dos estudos clínicos correspondentes, em razão da ausência, até o momento, de elementos técnicos assertivos da viabilidade da substância para o bem-estar do organismo humano. Salta aos olhos, portanto, a presença dos requisitos para o implemento da medida acauteladora”, concluiu o relator.

Primeiro a acompanhar o relator, o ministro Luís Roberto Barroso entendeu que a autorização de uso da fosfoetanolamina sintética anteriormente à realização de testes necessários para comprovar que o composto seja seguro e eficaz coloca em risco a saúde, o bem-estar e a vida das pessoas, “em clara afronta ao direito à saúde”. Segundo ele, também há, na hipótese, violação à reserva de administração, uma vez que, ao autorizar o uso da fosfoetanolamina sem cumprimento das exigências legais de realização de testes clínicos e de registro sanitário, “o Poder Legislativo substitui o juízo essencialmente técnico da Anvisa, por um juízo político, interferindo de forma indevida em procedimento de natureza tipicamente administrativo”.

De acordo com o ministro Teori Zavascki, a atividade em questão pertence ao Poder Executivo, por essa razão ele considerou relevante a alegação de inconstitucionalidade. “É certo que o legislador pode disciplinar a matéria. O Sistema Único de Saúde (SUS) atua nos termos da lei, todavia, não parece constitucionalmente legítimo que o legislador, além de legislar, assumira para si uma atividade tipicamente executiva”, disse o ministro, ao votar pela concessão da liminar.

No mesmo sentido, votou o ministro Luiz Fux. Ele observou que a utilização do composto pode apresentar um perigo inverso, uma vez que não há uma aferição exata das consequências do uso dessa substância, com possível violação ao direito à saúde e a uma vida digna. O ministro citou parecer da Anvisa, segundo o qual, o uso da fosfoetanolamina pode favorecer o abandono de tratamentos prescritos pela medicina tradicional, os quais podem beneficiar ou curar a doença.

A ministra Cármen Lúcia também acompanhou o relator. De acordo com ela, os médicos são unânimes no sentido de que há riscos na utilização do composto e alegam que ainda não se conhecem os seus efeitos colaterais. “Acho que a interpretação conforme a Constituição liberaria de forma ampla e geral [o uso da substância] e sem os cuidados previstos pela Resolução nº 38, da Anvisa, que estabelece como um dever da própria agência a verificação de quais pacientes podem se submeter ao uso desse medicamento”, ressaltou a ministra, ao acrescentar que a concessão da liminar é “para que não se veja na pílula do câncer mais uma pílula de engano para quem já está sofrendo com o desengano”.

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, uniu-se à maioria pelo deferimento da liminar. Segundo ele, permitir ao parlamento legislar na área da farmacologia abre um precedente “extremamente perigoso”, que coloca em risco a própria saúde da população. “Não me parece admissível que hoje o Estado — sobretudo no campo tão sensível que é o campo da saúde, que diz respeito à vida e à dignidade da pessoa — possa agir irracionalmente, levando em conta razões de ordem metafísica ou fundado em suposições que não tenham base em evidências científicas”, destacou.

Divergência

Para o ministro Edson Fachin, o primeiro a divergir da conclusão do relator, na dimensão estrita do estágio terminal, a lei em questão é aplicável quando não houver outras opções eficazes. “Em tais casos, pode o Congresso Nacional, no exercício da sua competência privativa para regular o funcionamento do Sistema Único de Saúde, reconhecer o direito de pacientes terminais agirem, ainda que tendo que assumir riscos desconhecidos, em prol de um mínimo de qualidade de vida”, afirmou.

Segundo Fachin, a Anvisa não detém competência privativa para autorizar a comercialização de toda e qualquer substância. O ministro entende que o Congresso pode autorizar a produção dispensando o registro em situações excepcionais. O ministro votou pela concessão parcial do pedido, a fim de dar interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 2º da Lei 13.269/2016 e reconhecer o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes terminais.

A ministra Rosa Weber acompanhou a divergência, votando pela concessão parcial da medida liminar, para conceder ao tema interpretação conforme a Constituição, a fim de que fosse liberada a utilização do composto nos casos de pacientes terminais. “Essa questão, em última análise, envolve alguns casos nos quais será retirada a última esperança de quem tem tão pouca esperança”, disse, ao acrescentar que, por vezes, uma esperança de cura leva a resultados satisfatórios, pelo menos no que diz respeito à qualidade de vida.

O ministro Dias Toffoli também votou pela possibilidade de permitir o acesso ao medicamento para os pacientes terminais. Conforme o ministro, o mérito administrativo de segurança e eficácia, que é da Anvisa, não pode ser invadido pelo Poder Judiciário. “Nós não temos competência para avaliar se um medicamento é seguro ou eficaz”, avaliou o ministro.

Em seguida, da mesma forma, votou o ministro Gilmar Mendes. “Não vejo aqui, como plausível, o argumento da violação da reserva de iniciativa e nem a prerrogativa do Executivo para legislar sobre a matéria, tanto é que essa legislação toda que hoje disciplina o SUS pode ser alvo de alteração por parte do legislador ordinário, inclusive no que diz respeito à iniciativa”, destacou. Ele considerou que o Supremo, ao suspender a norma questionada, pode estar produzindo uma situação que vai estimular a judicialização da questão.

**DIA 17/04 — AULA 13: BRASIL: “A DEGRADAÇÃO CONSTITUCIONAL”. CRISE CONSTITUCIONAL.****CASOS PARA DISCUSSÃO**

O caso desta aula examina a relação entre Judiciário e Legislativo. O foco da discussão será a ADPF 402, que discute possibilidade de réus em processos-crime no Supremo Tribunal Federal exercerem cargos que estão na linha sucessória da presidência da República. Reflita sobre a disputa entre Judiciário e Legislativo, na ADPF 402. Observe a visão realista da constituição apresentada por Carlos Portugal Gouvêa.

PROBLEMA:

O servidor público, entre a vida e a greve

ADPF: 402

Voto do Ministro Marco Aurélio (Disponível no Dropbox do Curso)

LEITURA OBRIGATÓRIA:

GOUVÊA, Carlos Portugal. *The Managerial Constitution: The Convergence of Constitutional and Corporate Governance Models*. Pp. 1-16 e 36-39.

LEITURA COMPLEMENTAR:

Discurso de posse da Ministra Carmen Lucia como Presidente do STF

Voto do Ministro Dias Tofolli— ADPF 402

Voto do Ministro Celso de Mello ADPF 402

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Como tornar efetivas as normas constitucionais consideradas como “promessas mortas” para o autor? Por que o Judiciário não seria o agente ideal para fazê-lo?
- 2) Qual é a principal crítica do autor ao neoconstitucionalismo?



- 3) Por que, para o autor, a supremacia constitucional não deve ser pressuposta? Explique como essa posição é contrária ao ideário de constituição de Rawls.
- 4) Constituição e constitucionalismo não são a mesma coisa. Constitucionalismo é o atributo de um regime constitucional caracterizado por 3 elementos, pelo menos. O primeiro é o dualismo normativo: dois níveis normativos convivem na política — o nível constitucional e o nível infraconstitucional. O segundo é a hierarquia superior do nível constitucional sobre o nível infraconstitucional; em outras palavras, as normas constitucionais detêm maior autoridade que as demais normas jurídicas. O terceiro é o critério de autoridade aceitável e reconhecível da superioridade constitucional — a razão pela qual as normas constitucionais prevalecem sobre as ordinárias é “legítima” ou admitida socialmente. Entre 1988 e 2016, como você entende que o “fundamento de autoridade” do constitucionalismo brasileiro evoluiu? Contraste as visões de constituição dirigente de Canotilho e de constituição “gerencial” de Gouvêa.

NOTÍCIA I

O servidor público, entre a vida e a greve

Fonte: Carta Capital/Eloísa Machado de Almeida

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-servidor-publico-entre-a-vida-e-a-greve>

O Supremo Tribunal Federal, por maioria, decidiu que servidor público deve escolher entre a vida e a greve. Isso mesmo. Apesar de ser um direito constitucional de primeira grandeza, daqueles que faziam a Constituição brasileira ser reconhecida e festejada mundo afora, a greve deixou de existir.

A maioria do tribunal entendeu que o gestor público tem o dever de cortar o pagamento dos grevistas. Ou seja, se você entrar em greve, para protestar por melhores condições de trabalho, por igualdade de gênero, contra o arrocho, pela democracia, pela saúde, pela segurança, pela educação, ficará sem salário.

Não importa se a reivindicação é justa. Não importa se é um direito. Não importa se não é abusiva. Não importa.

Não deve mesmo importar aos ministros do Supremo Tribunal Federal e ao teto de vencimentos do funcionalismo público. Tampouco deve importar aos demais juízes, que ganham acima do teto.



Mas certamente importa aos professores, cujo piso salarial é de pouco mais de 2 mil reais que garantem a vida de sua família. Mas agora eles serão obrigados escolher entre a vida e a greve.

A decisão do Supremo Tribunal Federal parece ter sido feita por encomenda. A PEC 241, o desastre das políticas sociais brasileiras, certamente inviabilizará a continuidade de muitos programas e precarizará outros tantos.

Votada por um Congresso Nacional apodrecido e amparada por um governo cuja legitimidade não virá, a PEC 241 seria objeto de muitos protestos e greves: contra a PEC 241 por uma educação de qualidade; contra a PEC 241 por uma saúde pública universal. Contra a PEC 241 pela Constituição!

A situação que se desenha é, portanto, curiosa. Se protestar, o salário é cortado e a opção é entre a vida e a greve. Se não fizer protesto e a PEC 241 for aprovada, a escolha é entre a morte a greve.

Seria cômico se não fosse trágico. A única opção dada pelo tribunal para não cortar salários seria quando o poder público estivesse praticando ato ilegal, como atrasar pagamentos. Elementar. Se o servidor já não recebe o seu salário, e por isso entra em greve, não há o dever do gestor em descontar o pagamento. Mas é só trágico. O mesmo Supremo Tribunal Federal que mudou seu paradigma para admitir o mandado de injunção na garantia do direito à greve, agora esvazia o direito constitucional.

Ninguém nega a necessidade de regulamentação, de acordos, de fiscalização. Todos sabemos que serviços públicos essenciais devem funcionar independentemente da greve. Ninguém ignora que possam existir oportunistas e abusos. Mas isso não é sinônimo de greve. Greve é sinônimo de direito. Invariavelmente, a greve é pelo direito de todos.

O tribunal parece mesmo achar que direito não é lá grande coisa. Estudamos — assim como os ministros de notável saber jurídico — que ter um direito é uma coisa importante, algo capaz de proteger contra abusos e violações. Um direito fundamental, então, é uma maravilha. Ele exige sempre mais, não pode ser abolido, não pode retroceder e coloca o sujeito (de direitos) em uma posição elevada. Mas não importa a teoria dos direitos fundamentais. Ela é só teoria. É só o direito.

A cada interpretação mal-ajambrada do Supremo ficamos mais distantes do projeto constitucional de 1988. Aquele da Constituição Cidadã, do Estado Social e Democrático de Direito, da solidariedade e da pluralidade. Hoje foi o direito a greve, logo depois da prisão em segunda instância, da violação de domicílio. Tudo indica que virá o fim da educação da qualidade e universal, da saúde pública integral, da demarcação das terras, da maioria penal.

Estamos diante de um atentado à Constituição e quem o pratica é o seu guardião. Mas a Constituição não é do Supremo, é de todos nós. Pelo direito à greve, contra a PEC 241, pela vida da Constituição, resistiremos.

**PARTE IV — A SOCIEDADE ROMÂNTICA****DIA 19/04 — AULA 14: A SOCIEDADE PRÉ-ROMÂNTICA: J. G. VON HERDER***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O nacionalismo é positivo para uma sociedade? Qual é o impacto do nacionalismo extremado sobre um país? Os textos desta aula discutem o ressurgimento do nacionalismo europeu e o sentimento de orgulho e pertencimento a determinado país. Ao realizar sua leitura, procure traçar paralelos entre tais questões e a visão social pré-romântica de Herder.

PROBLEMA:

Germany welcomed more than 1 million refugees in 2015. Now, the country is searching for its soul.

Depois da Olimpíada, complexo de vira-lata é posto em questão

LEITURA OBRIGATÓRIA:

Johann Gottfried Herder, **Treatise on the Origin of Language**, in Herder. *Philosophical Writings*, ed., Michael N. Forster.

Johann Gottfried Herder, **Of the Changes in the Tastes of the Nations through the Ages — A Fragment**, in Johann Gottfried Herder. *Another Philosophy of History and Selected Political Writings* (pp. 101-103). Translated by I.D. Evrigenis and D. Pellerin, Hackett Publishing Company.

Johann Gottfried Herder, **From Another Philosophy of History for the Education of Mankind**, in Johann Gottfried Herder. *Another Philosophy of History and Selected Political Writings* (pp. 23-32). Translated by I.D. Evrigenis and D. Pellerin, Hackett Publishing Company.



LEITURA COMPLEMENTAR:

Sturm und Drang German Literary movement

Vídeo: Sturm und Drang (Melvyn Bragg and guests discuss the 18th century 'Angry Young Men' movement in Germany, 'Sturm und Drang'. Translated into English as 'Storm and Stress').

Why Brazilians are so obsessed with the Ryan Lochte story

Trump team discussing border wall with Army Corps, Interior Department

Is Nationalism on the Rise Globally?

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Trecho de abertura do texto sobre “Origem da Linguagem” sinaliza método de Herder. Leia com atenção:

“I do not want to pursue the hypothesis of the divine origin of language any further on a metaphysical basis, for its groundlessness is clear psychologically from the fact that in order to understand the language of the gods on Olympus the human being must already have reason and consequently must already have language. Still less can I indulge in a pleasant detailing of the animal languages, for, as we have seen, it turns out that they all stand completely and incommensurably apart from human language. What I renounce least happily here are the many sorts of prospects which would lead from this point of the genesis of language in the human soul into the broad fields of Logic, Aesthetics, and Psychology, especially concerning the question, How far can one think without language, what must one think with language?, a question which subsequently spreads itself in its applications over almost all the sciences. Let it suffice here to note that language is the real differentia of our species from without, as reason is from within.” (sublinhado no original)

- 2) Qual a relação entre linguagem e música em Herder?
- 3) Qual a visão de natureza humana em Herder? Compare sua visão com a de outros clássicos discutidos ao longo do curso.
- 4) Herder afirma que *“the human nature is no vessel for an absolute independent, immutable happiness, as defined by, the philosopher; rather,*



she everywhere draws as much happiness towards herself as she can: a supple clay that will conform to the most different situations, needs, and depressions". Explique, com base no texto, por que "*the inner meaning of happiness*" auxilia a compreensão dessa nova visão de sociedade proposta pelo romantismo.

- 5) Os problemas desta aula suscitam reflexão sobre duas modalidades de nacionalismo: o nacionalismo dos países europeus e o nacionalismo brasileiro. Por que, para Herder, uma relação entre diferentes culturas baseada na exclusão e no separatismo não seria o ideal para se alcançar o progresso?
- 6) Herder reconhece papel importante para a História não somente das ideias, das pessoas e da natureza, mas também a história do "*innerness*" de determinadas figuras. Explique porque esse "*innerness*" seria importante para compreender o processo de autoconhecimento e progresso dos indivíduos?

NOTÍCIA I

Germany welcomed more than 1 million refugees in 2015. Now, the country is searching for its soul

Fonte: The Washington Post / Rick Noack

<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/05/04/germany-welcomed-more-than-1-million-refugees-in-2015-now-the-country-is-searching-for-its-soul/>

BERLIN — Less than a year ago, Germany opened its doors to refugees and seemed to shake off its image as a cold-hearted nation. But calling it one of the most go-to places on Earth may have been a bit premature.

Recent polling suggests that Germans are now more opposed to immigrants and want their government to focus on their own problems. A new GlobeScan poll, commissioned by the BBC, has found that Germans are less likely to consider themselves "global citizens," compared with people in other large countries. The survey examined 21 nations and consists of more than 20,000 individual interviews, conducted between Dec. 2, 2015, and April 15, 2016.

Since 2009, objections to being labeled a global citizen has risen by 13 points in Germany to 70 percent. Unlike in Germany, more people in other countries identified themselves as global citizens than ever before. Only one surveyed country was more inwardly focused than Germany: Russia. When thousands of refugees arrived each day at Munich central station last sum-



mer, hundreds of Germans applauded the newcomers. Such extraordinary scenes, broadcast around the world, may have hidden another reality: A significant proportion of Germans never really warmed up to the idea of having become one of the main destinations for refugees.

Politicians were outraged when thousands of Germans started to protest against their government's pro-refugee policy. Many protesters said they didn't believe that their problems were being taken seriously enough by German Chancellor Angela Merkel. At first, such marches were widely condemned as right-wing extremist protests. But more recent surveys suggest that many Germans would agree with at least some of the criticisms being brought forward by the demonstrators.

About half of all Germans do not approve of welcoming Syrian refugees, according to the most recent GlobeScan poll. In other European countries, such as Britain, which took in far fewer migrants, approval is much higher.

Germans were also disproportionately opposed to intermarriages between different races or ethnicities. Only 34 percent of respondents totally approved of such marriages — whereas most other Western countries that were polled had approval rates above 80 percent. In many regards, German attitudes toward immigration, refugees and intermarriage were most similar to those prevalent in Russia. It is a finding that may shock German politicians who often criticize Russian attitudes and accuse its government of restricting civil rights.

Multiple studies have found that it is mainly older and economically disadvantaged Germans who oppose more immigration and disapprove of welcoming refugees. Although another recent poll found that young Germans were mostly willing to support refugees in the country, the authors also noted that they were much less rebellious than their parents.

Their parents searched for adventures, but young Germans are now much more interested in stability in life — presumably a consequence of the current chaos in the Middle East and elsewhere, the researchers said.

Germany struggles to adapt to a new reality

These numbers reflect an underlying struggle that has defined German politics for decades, but was rarely discussed amid the recent refugee influx: Many Germans think that their country should act particularly humanitarian given its war-time history. However, the country is often also obsessed with preserving its Christian roots and its current identity.

Historically, Western Germany has pursued a different approach toward immigration than the United States, for instance. When Germans invited Turks to come to the country as “guest workers” amid a labor shortage in the 1960s, few expected the migrants to stay. When it became apparent that they would, Christian Democratic politicians in particular favored assimilation over multiculturalism. Refugees or migrants were expected to adopt what

they considered the German way of living rather than being allowed to import their lifestyles.

The territory of former East Germany, where most of the violence against refugees has recently been recorded, had nearly no Muslims during Soviet times. Few foreigners arrived in the past two decades following the fall of the Berlin Wall: Many feared xenophobia or were scared by the lack of diversity in the region and opted to stay in the country's west.

When Merkel allowed more than 1 million refugees to enter Germany last year, she may have failed to consider a crucial factor: Germans were less prepared for such an influx than it was often suggested. She may have persuaded her party to embrace pro-refugee policies, but she lost the support of many voters who turned toward more radical parties.

Less than a year later, one of the world's seemingly most immigrant-friendly nations has become one of the most skeptical.

NOTÍCIA II

Depois da Olimpíada, complexo de vira-lata é posto em questão

Fonte: Folha de São Paulo/ Marcelo Coelho

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2016/08/1806294--depois-da-olimpiada-complexo-de-vira-lata-e-posto-em-questao.shtml>

Não me inscrevi entre os pessimistas nesta Olimpíada, embora fosse temerário assegurar o sucesso que, em ampla medida, acabou acontecendo. O “não vai ter Copa” já tinha me deixado cético quanto às previsões de um grande desastre, e o que tivemos de errado foi bem pouco.

Com isso, entrou na moda a ideia de que temos um “complexo de vira-lata”. A frase, que Nelson Rodrigues pôs em circulação numa época em que mal tínhamos conquistado uma Copa no futebol, vai sendo repetida com intensidade.

Descobrimos que não somos tão ruins assim, e os visitantes estrangeiros não saíram daqui achando que o país é um lixo. Houve mesmo situações em que nos portamos muito bem.

Afinal, um dos maiores escândalos com venda de ingressos irregular terminou com a prisão de irlandeses, e não de nossos compatriotas. Furtos na Vila Olímpica? Ora, as camareiras também foram vítimas —sem contar o caso de algumas que sofreram assédio de atletas estrangeiros.

Como bom vira-lata, achei que a polícia ia dar vexame quando desconfiou da versão dos nadadores americanos sobre o tal assalto que disseram ter sofrido. O vexame, entretanto, foi deles, e as autoridades brasileiras se mostraram competentes ao tratar do episódio.

Quanto aos resultados esportivos, inexistem motivos para a depressão. Ficamos à frente da Espanha e do Canadá, sem ter grande coisa a invejar da Holanda e da Hungria. O Brasil não é a piada que gostamos de achar que é.

Bom sinal que estejamos tomando consciência disso.

O problema é que falar em “complexo de vira-lata” tem outras consequências e implicações. Falamos mal dele, e o “complexo” se torna, automaticamente, um defeito nosso —um defeito a mais, e, pior que isso, um defeito que só nós temos.

Assim, recriminar nosso “complexo de vira-lata” se torna uma vira-latices também. Ao contrário de outros povos —que se levam a sério, são patrióticos, orgulham-se de seu país—, somos colonizados, não temos autoestima, tomamos os Estados Unidos ou a Suíça como modelo de tudo... Logo, somos indignos, inferiores, rastaqueras. Em suma, somos vira-latas mesmo.

Fica evidente o curto-circuito lógico desse sentimento. Se de fato quisermos afastar nosso complexo, teríamos de dizer que ele não existe. Ou então —esta a minha proposta— teremos de dizer que isso é uma qualidade nossa, não um defeito.

Talvez seja excelente, no fundo, o fato de não acreditarmos tanto em nosso país. Aliás, acho que sempre nos damos mal nas Olimpíadas quando de fato achamos que temos chance de ganhar.

As medalhas de ouro que tínhamos como certas, no judô ou na ginástica, terminam impondo uma pressão psicológica terrível sobre uns poucos atletas escolhidos para serem os salvadores da pátria. Ninguém pensava em canoagem nem sabia de Isaquias —e pode ser que isso tenha ajudado.

Denuncia-se o complexo de vira-lata porque seria um efeito de nossa mentalidade colonizada. Nossas elites, prossegue o raciocínio, idealizam os países europeus e lamentam que São Paulo não seja Paris.

É verdade. Tudo fica especialmente doído, no Brasil, quando pensamos que um país igualmente rico em recursos naturais, e de colonização também recente, se transformou numa potência mundial —refiro-me aos Estados Unidos—, enquanto nós ficamos para trás na corrida para o desenvolvimento.

Negar nossa inferioridade seria, acho eu, falta de qualquer senso crítico. Mas quem combate o complexo de vira-lata é também, num paradoxo, hipercrítico com relação ao país. Ou melhor, é crítico com relação às nossas “elites”. Que seriam especialmente predatórias, antipatrióticas, entreguistas etc.

Isso talvez seja desconhecer a história das elites de outros países. Penso nas “elites” francesas durante a ocupação nazista, por exemplo. A direita aceitou alegremente o domínio dos alemães.

Com todas suas realizações culturais e científicas, Itália e Alemanha só conseguiram constituir-se como países no final do século 19: suas “elites”



eram perfeitas exemplos de fracasso político. As “elites” americanas, até 1960, tinham um projeto de país que excluía largas parcelas da população negra.

Não se trata de defender as nossas. Mas de ver que o complexo de vira-lata pode ser forte, mesmo na mentalidade de quem o critica. Em vez de criticar nossa vira-lata, ainda acho melhor criticar o que, de concreto, torna o Brasil ruim.

**DIA 24/04 — AULA 15: A SOCIEDADE ROMÂNTICA: G. W. FRIEDRICH HEGEL***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Os problemas desta aula evidenciam o que seria, para uns, o retrato do Brasil pós-impeachment. Mesmos problemas estruturais e os mesmos grupos no poder. Há saída para o Brasil fora da política? Como o país deveria perseguir a solução para seus problemas?

Em sua leitura, observe a dinâmica de amadurecimento histórico sugerida por Hegel, impulsionada por uma “luta por reconhecimento” latente na consciência social. O que a visão de Hegel sobre a sucessão de ciclos de consciência, cada vez mais “avançados”, sugere sobre a crise brasileira? Estamos iniciando um novo estágio de consciência histórica? Ou, na verdade, assistimos à reação de uma velha ordem, que luta para se manter no poder?

PROBLEMA:

Política é a única saída
A imagem do Brasil pós-impeachment

LEITURA OBRIGATÓRIA:

Pinkard, Terry. **Hegel’s phenomenology: The sociality of reason.** Press Syndicate of the University of Cambridge. (pp. 53-63; 98 e 207-220).

LEITURA COMPLEMENTAR:

Fausto: a busca pelo absoluto

Goethe

O pós-impeachment



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Como ocorre o processo de reconhecimento em Hegel? Como este processo poderia, para o autor, gerar uma luta mortal entre as pessoas?
- 2) O que é a dialética do senhor e escravo? Como o escravo molda o seu ponto de vista a partir das perspectivas do senhor? Existe possibilidade de o escravo ser independente? O que seria necessário para que as perspectivas do senhor se mantenham “objetivas”?
- 3) Qual a relação entre a visão de “reconhecimento” em Hegel e em Rousseau? Lembre-se do que dizia Rousseau, no Contrato Social (Parte II), sobre a formação da “personalidade” do indivíduo:

“As ideas and feelings succeeded one another, and heart and head were brought into play, men continued to lay aside their original wildness; their private connections became every day more intimate as their limits extended. They accustomed themselves to assemble before their huts round a large tree; singing and dancing, the true offspring of love and leisure, became the amusement, or rather the occupation, of men and women thus assembled together with nothing else to do. Each one began to consider the rest, and to wish to be considered in turn; and thus a value came to be attached to public esteem. Whoever sang or danced best, whoever was the handsomest, the strongest, the most dexterous, or the most eloquent, came to be of most consideration; and this was the first step towards inequality, and at the same time towards vice. From these first distinctions arose on the one side vanity and contempt and on the other shame and envy: and the fermentation caused by these new leavens ended by producing combinations fatal to innocence and happiness.”

- 4) Fausto, de Goethe, é uma das obras clássicas da literatura mundial e um marco do romantismo alemão. O vídeo (no material complementar) contextualiza e sintetiza o *magnum opus* de Goethe. Qual a relação entre esta obra e o projeto da Fenomenologia do Espírito de Hegel?
- 5) Como seria formada a comunidade romântica? Quem são os “*genius*”? Explique o papel das “*beautiful souls*” para a manutenção da integridade dessa comunidade. Qual seria a principal característica dessas “belas almas”?

NOTÍCIA I

Política é a única saída

Fonte: Estadão/José Roberto de Toledo

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,politica-e-a-unica-saida,10000092554>

Em mais uma demonstração de força da antipolítica, os protestos deste domingo foram cirurgicamente dirigidos contra o Congresso — personalizado no presidente do Senado, Renan Calheiros —, preservando a cara de Michel Temer. Só a cara. Cortar-lhe os braços (os direitos e os nem tanto) não é poupá-lo. É tentar manietá-lo. Por essa — digamos — intervenção, Temer persistiria mais algum tempo contemplando o pudim, mas sem poder tocá-lo.

Os braços postiços seriam os iluminados de sempre: os que têm o domínio do conhecimento, a experiência e o aplomb necessários. É uma versão remixada da velha fé na tecnocracia. Ironicamente, o motivo por trás da tentativa de amputação do poder de Temer e do PMDB é que os tecnocratas deles — Henrique Meirelles na Fazenda, e Ilan Goldfajn no Banco Central — não estariam “performando”.

O que garante que outros tecnocratas teriam melhor performance? Que conseguiriam promover a retomada da economia? Nada.

Como os políticos sabem mas muitos preferem esquecer ou nunca souberam, não há saída menos ruim fora da política. Só piores, como as ditaduras civil e militar, a monarquia ou a teocracia. A maneira menos pior de fazer política é a democracia eleitoral, na qual os representados elegeм representantes pelo voto e, de tempos em tempos, os trocam para que os eleitos não virem ditadores, monarcas ou comecem a pensar que são deuses.

Nos últimos 30 anos, o Brasil trocou um oligarca velho por um oligarca novo, que não durou, por pensar que tudo podia ditar. Seu vice, que julgavam louco, estabilizou a economia e abriu caminho para um “príncipe” popular, mas que gastou seu cacife para ser reeleito. Sem fichas, abriu caminho para um populista que, no auge, sonhou ser divino. Pensando na eternidade, este fez-se suceder por uma tecnocrata alheia à política eleitoral. Deu Temer.

Todos foram eleitos, diretamente ou por tabela. Todos erraram muito, e alguns tiveram acertos: estabilizaram a economia, distribuíram renda, diminuíram a fome. Todos precisaram negociar com um Congresso cada vez mais caleidoscópico e fisiológico. Ao alimentarem a prática, viciaram o círculo, que se avolumou a cada legislatura, até levar um presidente da Câmara para a cadeia, e a presidente da República para fora do palácio.

A grande maioria dos brasileiros não viveu a ditadura. Quando muito, conheceu-a pelos livros. Mas essa mesma maioria viveu todas as crises e fra-



cassos da democracia. Viu a volta da inflação e do desemprego, perdeu renda. Viu todas as prisões de corruptos que não poderia ver na ditadura. Soube de todos os escândalos que nunca poderia saber sob censura. Viu o Ministério Público atuar e juízes sentenciarem poderosos. Acha que tudo isso é dado. Passou a achar que tudo é culpa só dos políticos.

Quem acredita que o problema é exclusivamente dos representantes, que os representados não têm nada a ver com isso, deveria ser a favor do modelo mais puro de democracia: o sorteio. Afinal, a aleatoriedade total dispensaria os partidos, as campanhas eleitorais e até a eleição. Os nomes ficariam à mercê da sorte, mas a probabilidade garante que a representatividade da população seria absoluta e completa.

Obrigatoriamente, haveria mais mulheres do que homens no Congresso e no governo. Mais pardos e pretos do que brancos. Mais homossexuais, mais portadores de necessidades especiais. Mais gente com ensino fundamental do que com diploma de faculdade. Mais pedreiros e menos advogados. Mais pobres do que ricos. Muito mais pobres do que ricos. Seria uma revolução. Daí não empolgar. Representatividade sim, mas a minha primeiro.

NOTÍCIA II

A imagem do Brasil pós-impeachment

Fonte: O Globo/ Adriana Carranca

<http://oglobo.globo.com/brasil/artigo-imagem-do-brasil-pos-impeachment-por-adriana-carranca-20026977>

Esta quarta-feira entra para a História sem o Brasil realmente fazer História. No cenário internacional, chegamos ao dia de hoje como sempre fomos, uma República das Bananas — o país do vale tudo, com problemas estruturais profundos, politicamente desacreditado e instável, visto com desconfiança pela comunidade externa.

Os bastidores do cenário político que levaram ao processo de impeachment deixaram dúvidas sobre sua legitimidade. Ao mesmo tempo em que o escândalo envolvendo a Petrobrás e a maior crise econômica em décadas afetaram a credibilidade do governo da presidente Dilma Rousseff, a condução do impeachment expôs as entranhas do poder no Brasil, a começar por um Congresso desfaçado, escandalosamente incompetente e corrupto.

O impeachment não servirá para restaurar a confiança externa no Brasil.

Ao contrário disso, é provável que a imagem simbólica deste processo traumático que ficará para a História seja a da emblemática votação por sua abertura na Câmara. Ecoarão através do tempo os discursos que acompanha-

ram os votos dos congressistas — “pela família”, “por Deus”, pela “paz em Jerusalém”. Era evidente que poucos sabiam o estavam fazendo ali ou se importavam com os motivos do processo. Todos já conheciam o último ato desse teatro de horror, apesar do cenário montado para garantir sua legalidade.

O Brasil real não passou despercebido aos olhos do mundo, tanto para aqueles a favor ou contra o impeachment.

É sabido que o afastamento da presidente não muda o sistema político que paralisa o país. Um sistema fragmentado que permite a existência de 27 partidos, consumidos pelo esforço de garantir a própria sobrevivência e relevância dentro de um modelo que promove conchavos e alianças improváveis. Não significa nem mesmo mudança de governo. O PMBD está no poder desde a redemocratização, governando da coxia. Apenas assume agora a posição de protagonista. Na prática, nada muda.

Déficit orçamentário, gastos públicos fora de controle, má administração, clientelismo, corrupção endêmica, desigualdade, ilegalidade e outras mazelas não vão embora com a presidente, porque não são exclusivos de seu governo. São vícios que historicamente distanciam o Brasil de um modelo de país desenvolvido. É o Brasil do futuro que nunca chega.

No curto prazo, com o envolvimento da cúpula do PMDB, alvo da Lava Jato, nos mesmos escândalos que arruinaram a imagem do Brasil junto a investidores, é improvável que o governo Temer consiga restaurar a credibilidade perante o mercado externo. Os que vêm depois dele na linha sucessória, também alvos da Justiça, tampouco têm probidade para conseguir a proeza.

O mundo continuará nos vendo com desconfiança.

No curto prazo, não há perspectiva de mudanças reais. A prometida reforma da Previdência, considerada imprescindível para a retomada da economia, está longe de ser concretizada. Não existe ainda um projeto de reforma para encaminhamento ao Congresso.

No longo prazo, a reforma política que, aí sim, representaria mudança histórica real para o Brasil, e sinalizaria ao mundo o amadurecimento da democracia no país, não está em discussão.

O impeachment é uma vitória do sistema político corrente e fortalece aqueles que têm interesse em manter tudo como está, o que é perigosíssimo para o país. Além disso, a posse definitiva de Temer ocorre à revelia do desejo da população, que quer novas eleições.

No último século, somente cinco presidentes eleitos pelo voto popular no Brasil concluíram seus mandatos. Hoje, mais uma vez, o governo muda para o Brasil continuar o mesmo.

**DIA 26/04 — AULA 16: A SOCIEDADE PÓS-ROMÂNTICA: F. NIETZSCHE***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Ambiciosos, sonhadores, criativos e ultraconectados. A geração Z, composta por jovens nascidos entre 1994 e 2010, acredita e quer mudar o mundo. Seguros que podem sempre realizar os seus sonhos, essa geração é deslumbrada ou, apenas, reconhece o seu real potencial? A frustração perante o fracasso, nessa sociedade, pode ser o outro lado da moeda? Reflita sobre estas questões ao dialogar com as palavras poderosas de F. Nietzsche.

PROBLEMA:

Uma geração que nasceu com o gene da internet e quer mudar o mundo
Conheça a Geração Z: nativos digitais que impõem desafios às empresas

LEITURA OBRIGATÓRIA:

NIETZSCHE, Friedrich. **On the genealogy of morals and ecce homo.**
Cambridge University Press, 2007.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

R. R. Reno, **Empire of Desire: Outlining the Postmodern Metaphysical Dream**

SAFRANSKI, Rudiger. Nietzsche: A Philosophical Biography. London:
Granta Books. 2002 (overture, pp. 15-20).

Carlyle, Thomas. **Great men theory of history.** review

Autor de estudo sobre concursos critica modelo brasileiro

Vídeo: Jornal Nacional: Concursos Públicos I

Vídeo: Jornal Nacional: Concursos Públicos II

Vídeo: Jornal Nacional: Concursos Públicos III



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que seria a “filosofia da vida” para Nietzsche?
- 2) O que, para o autor, são os “fundamentos racionais” do pensamento para Hobbes, Locke e Rousseau?
- 3) Se tudo que “parece verdadeiro”, no fundo, pode ser o seu oposto e o que “parece justo”, em sua origem, pode ser “injusto”, como para Nietzsche é possível reconciliar verdade-falsidade, justo-injusto?
- 4) O que seria a “cegueira filosófica” apontada pelo autor?
- 5) O pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula, realizado pelo Ministério Público de São Paulo, recorreu ao pensamento de Nietzsche para a fundamentação. Veja trecho de reportagem da revista Exame a respeito:

“A denúncia esclarece que se trata de uma citação do textual do livro “Assim falou Zaratustra”, de Nietzsche. Os promotores consideram o trecho como fundamental, já que “de forma muito razão estabelece que todos os seres humanos estão no mesmo plano”. O objetivo é mostrar que todos são iguais perante a lei para justificar o pedido de prisão preventiva. Eles alertam sobre determinadas condutas atribuídas ao ex-presidente desde o momento em que começou a ser investigado. Entre outros pontos, os promotores afirmam que Lula, como ex-presidente, “jamais poderia inflamar a população a se voltar contra investigações criminais a cargo do Ministério Público, da Polícia, tampouco contra decisões do Poder Judiciário”. “(Revista Exame, 10 de março de 2016).

Você acha que o uso de Nietzsche, nesse caso, é adequado?

NOTÍCIA I

Uma geração que nasceu com o gene da internet e quer mudar o mundo

Fonte: Jornal O Tempo /Lucas Alvarenga

<http://www.otempo.com.br/interessa/uma-gera%C3%A7%C3%A3o-que-nasceu-com-o-gene-da-internet-e-quer-mudar-o-mundo-1.1048023>

Ana Catarina Cizilio tem 19 anos, cursa publicidade e propaganda, mantém um blog sobre cabelos cacheados e é voluntária. Rafael Marcos Garófalo tem 21 anos, estuda engenharia elétrica e apoia causas ambientais. Lucas Dal Prá tem 20 anos, é estudante de sistemas de informação e foi gamer profis-

sional. Embora diferentes, eles pertencem a um grupo composto por 25,9% da população mundial: a geração Z. Mais pragmáticos, independentes, engajados e determinados que os jovens da geração Y, os nascidos entre 1994 e 2010 começam a alterar as relações pessoais.

“Nativos digitais”, eles não conheceram o mundo sem a internet. Em contato com a rede, esses jovens tecem amizades, fazem negócios, expõem opiniões e dissociam cada vez menos o real do virtual. “O meu tempo livre é composto por jogos eletrônicos, músicas em cloud e Facebook. Para ir de carro a qualquer destino, uso o GPS. A tecnologia é uma extensão da minha vida”, avalia Dal Prá.

Entender a geração Z não é uma tarefa fácil. Os nativos desse grupo são fruto de um mundo em crise econômica, atormentado pelo terrorismo e pelos desastres ambientais. Por causa desse contexto, eles cresceram mais realistas e críticos que a geração Y, na análise da mestra em antropologia e professora de Cultura Jovem da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Ana Barbieri. “Os jovens dessa geração são muito bem informados e questionadores. Eles exigem coerência entre o discurso e as atitudes”.

No livro *Aprender a Resistir*, o psicólogo francês Olivier Houde classifica os jovens da geração Z como mutantes. Diretor do Laboratório de Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil da Universidade de Sorbonne, na França, ele explica que nossos “futuros chefes” usam mais o córtex pré-frontal, o que acelera a tomada de decisão e a capacidade de cumprir multitarefas. Porém, Houde alerta: o uso excessivo dessa parte do cérebro pode reforçar a intolerância, tão comum nas redes sociais. “A internet nos deu a falsa noção de liberdade de expressão. Só que a minha liberdade acaba quando começa a do outro”, lembra Ana Catarina.

Engajados. Nas mídias sociais, adolescentes e jovens da geração Z organizam manifestações descentralizadas e se mostram inconformados com a política e a religião. “Enquanto os políticos aumentam salários e verbas de campanha, nós vivemos uma crise com demissões, inflação alta e déficit orçamentário”, observa Garófalo. Para o estudante de engenharia elétrica, até as religiões perderam o propósito. “A religião deveria ser um caminho que desse sentido à vida”.

Fora do mundo virtual, a geração Z alimenta o desejo de “salvar o mundo”. Como? Segundo a pesquisa *Millennial Branding*, divulgada no ano passado, 76% dos jovens norte-americanos querem ser voluntários e ajudar em causas ambientais.

NOTÍCIA II

A geração que vai mudar o mundo

Fonte: Isto É/Rodrigo Cardoso, Mariana Brugger e Andres Vera

http://istoe.com.br/330530_A+GERACAO+QUE+VAI+MUDAR+O+MUNDO/

Eles são otimistas, acreditam que podem fazer a diferença, têm espírito empreendedor e são ultraconectados. Também podem ser descritos como narcisistas, excessivamente confiantes e um tanto mimados. O retrato dos jovens nascidos entre os anos 1980 e 2000 depende do ângulo escolhido e da lente utilizada. Mas a juventude de hoje, que cresceu embalada pela maior revolução tecnológica dos últimos tempos, a internet, vem transformando o seu tempo com uma eloquência que não se via desde os anos 1960 e 1970, quando a garotada fez barulho pela liberdade sexual e contra os regimes ditatoriais e as guerras. Educados sob o lema “yes, you can” (sim, você pode), interligados pela rede mundial onde compartilham ideais e ambições, eles estão mudando a forma de se relacionar, trabalhar, fazer política e negócios.

Uma pesquisa feita em 27 países, inclusive o Brasil, com 12 mil jovens de 18 a 30 anos traçou o perfil da Geração Milênio. Salta aos olhos a crença no poder da tecnologia (leia quadro), capaz, na visão deles, de transpor barreiras de linguagem, de facilitar a conquista de um novo emprego e até de reduzir as diferenças sociais. Na enquete, intitulada Telefônica Global Millennial Survey, encomendada pela multinacional de telecomunicações espanhola, os brasileiros se destacam pelo otimismo: 81% acreditam que os melhores dias do País estão por vir, contra 67% da juventude no mundo, e 87% esperam ter dinheiro o suficiente para se aposentar de forma confortável — a média mundial ficou em 61%. Também vale ressaltar que 80% dos nossos jovens creem que podem se destacar na sua comunidade (no mundo o percentual ficou em 62%) e apostam no empreendedorismo. Para 47% dos brasileiros entrevistados, ser dono do próprio negócio é muito importante, contra 22% na média geral. “Essa geração quer mudar o mundo como o Mark Zuckerberg, do Facebook, criando algo grande e ganhando muito dinheiro”, resume a psicóloga Maria Célia Lassance, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A estudante de moda Jordana França é um exemplo do jovem empreendedor. Aos 22 anos, nunca pensou em ter patrão. Recém-chegada de um intercâmbio na Itália, ela acaba de inaugurar, com o apoio financeiro da família, seu primeiro empreendimento, a loja de roupas de ginástica Move Fitwear. “Preciso ser um sucesso. E rápido”, diz. Jordana toca o negócio que fatura cerca de R\$ 30 mil por mês, mas também gosta de fazer as vezes de modelo

e posta fotos de si própria no Instagram da loja. Os planos para o futuro já estão delineados: “Em seis meses quero abrir outra unidade, lançar minha coleção de peças e vendê-las pela internet”.

“Há um desejo muito grande de se arriscar longe do caminho convencional traçado dentro de uma empresa”, diz Marcela Butazzi, consultora da MB Coaching especializada em carreira para jovens. Em seu escritório, Marcela ouve queixas diante da promoção rápida que não veio ou do salário que não cresceu exponencialmente. “Antigamente, o sujeito primeiro acumulava experiência no mercado. Hoje, ele quer experiência e reconhecimento simultâneos”, explica. Em 2012, uma pesquisa da agência de recrutamento Cia de Talentos sondou 40 mil jovens em todo o País. O sonho de 56% dos entrevistados era não ter patrão e metade revelou a intenção de montar uma empresa no prazo máximo de seis anos. (...)

Carreiras tradicionais em grandes empresas continuam atraindo os profissionais do futuro, mas a relação entre o jovem talento e o chefe experiente mudou drasticamente. Flexibilidade de horários, plano de carreira e maior acompanhamento profissional são fatores decisivos na hora de preencher vagas. Uma pesquisa da Amcham, a Câmara Americana de Comércio, ouviu 87 gestores de recursos humanos e mostrou que 34% deles já haviam criado algum plano específico para reter funcionários da Geração Milênio. Este mês, 8.185 brasileiros até 31 anos foram entrevistados pela Clave Consultoria de Recursos Humanos e o LAB SSJ, consultoria especializada em soluções de aprendizagem corporativa, que queriam entender o que esses profissionais procuram na hora de escolher uma empresa e o que os faz permanecer nela. O estudo, intitulado “Atração e Retenção de Jovens”, mostrou que os fatores mais importantes para a atração dessa mão de obra são a boa perspectiva na carreira futura (69,3%) e a possibilidade de desenvolver novas habilidades (60%). O que retém esses jovens são os desafios constantes e responsabilidades relevantes (39,1%) e a existência de um gestor que os apoie e lhes dê autonomia para realizar o trabalho (31,1%).

Hoje, é comum ver empresas oferecendo acompanhamento profissional a pessoas de 25 anos. “Os dilemas foram antecipados”, explica a consultora Adriana Marques, da Sociedade Brasileira de Coaching. “Quanto mais possibilidades de carreiras, maior é a quantidade de dúvidas e menor o comprometimento com a companhia. “ Uma das marcas da Geração Milênio é não temer as novas experiências profissionais. Estatisticamente, eles tendem a permanecer em uma empresa por dois ou três anos, enquanto os Baby Boomers, seus pais, ficavam entre cinco e sete anos, de acordo com a pesquisadora americana Peg Streep, que irá lançar um livro sobre o tema em dezembro. (...)

Na pesquisa da Telefônica, temas como educação e desigualdade social também estão em alta na cartilha de interesses da Geração Milênio brasileira. Esses dois fatores foram citados como os que mais afetam o País e receberam



24% dos votos, seguido de saúde, com 17%. Não surpreende, então, que nas manifestações de junho — todas coordenadas pelas redes sociais — as principais bandeiras fossem melhorias no ensino, na saúde e no transporte. Muito antes dos protestos, a estudante catarinense Isadora Faber, 14 anos, já denunciava a precariedade do sistema educacional público do País. No ano passado, ela ganhou notoriedade ao criar a fanpage Diário de Classe, no Facebook, na qual mostrava como funciona uma escola pública na visão de quem a frequenta. Seus posts ecoaram pelo País e a colocaram no centro das atenções. “Se não fosse a internet talvez eu não tivesse feito nada”, diz ela. Com a repercussão, a casa da adolescente foi apedrejada e ela recebeu uma ameaça de morte.

Isadora, porém, seguiu em frente e, hoje, é referência para empresários, educadores e gestores públicos que frequentam as palestras dela pelo País. No mês passado, a estudante catarinense lançou o site de sua ONG que, entre outras propostas, servirá de canal de denúncias sobre a situação de escolas de todo o Brasil. A postura de Isadora está alinhada com o pensamento de 54% dos brasileiros ouvidos na pesquisa da Telefônica, para quem melhorar o acesso e a qualidade da educação é uma maneira de fazer a diferença no mundo.

“A maioria dos jovens de hoje quer resolver questões sociais que, eles acreditam, foram deixadas pelas gerações anteriores”, afirma o sociólogo Ronald E. Riggio, professor de liderança e psicologia organizacional da Claremont McKenna College, na Califórnia.

Da mesma forma, a questão ambiental tem um apelo inédito para a juventude. Proteger o meio ambiente é citado por 45% dos brasileiros como a maneira de fazer a diferença mundialmente e 70% acreditam que a questão da mudança climática é muito urgente. O pernambucano Lucas Tiné, 21 anos, tornou-se ativista ambiental três anos atrás, em meio à discussão da votação do novo Código Florestal.

Depois de alguns debates via internet, ele e o grupo que criou decidiram ir às ruas do Recife fazer coleta de lixo e educar a população sobre a causa. “Percebi uma destruição do meio ambiente gigantesco em minha cidade”, diz ele, que chegou a cursar jornalismo, mas hoje é flautista. Tiné está presente em várias mídias sociais e lança mão delas para difundir suas ideias. “As redes são a maior porta para o debate porque dão o maior e mais rápido feedback atualmente”, acredita. “Meu trabalho de formiguinha pode se converter em um trabalho do formigueiro todo muito mais rápido. “ É com essa crença que eles constroem a própria história e transformam o mundo.

**PARTE V — CRÍTICAS FRAGMENTÁRIAS****ATAQUE “PRIVADO”****DIA 03/05 — AULA 17: A CRÍTICA EMPREENDEDORA: J. SCHUMPETER***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Joseph Schumpeter foi advogado, líder empresarial, professor de economia de Harvard e um dos mais originais pensadores da teoria democrática e social no mundo. Um dos poucos intelectuais que, com ideias, consegue oferecer contribuições abstratas e práticas que, um século depois, ainda contribuem com a organização da sociedade. Entre as ideias mais emblemáticas de Schumpeter, está a figura do empreendedor — e do empreendedorismo — como decisivo para a saúde da economia (e da sociedade). Ao mesmo tempo que Schumpeter defendia a importância destas pessoas “quase irracionais” para a sobrevivência do mercado, também temia que a trajetória do estado social nos conduziria à sua “extinção”—e, por conseguinte, à quebra do capitalismo.

Os tempos são outros, mas alguns dos desafios que inspiraram Schumpeter continuam vivos. Qual a situação do empreendedorismo no Brasil? Você acha que ações “extra-mercado” — como a operação Lava-Jato — interferem de forma negativa na economia?

PROBLEMA:

Os Criadores de Emprego

Operação Lava Jato é pró-mercado, diz Janot em Davos

LEITURA OBRIGATÓRIA:

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism and democracy**. Routledge, 2013. Part II, Ch. 7, pp. 81-87.

LEITURA COMPLEMENTAR:

The Father of Creative Destruction — Why Schumpeter is All the Rage in Washington. *Wired*, 3.1.2002.



Clayton Christensen. What is Disruptive Innovation?, Harvard Business Review, Dec. 2015.

Clayton Christensen: Fresh Insights From Clayton Christensen On Disruptive Innovation, Forbes, 2.12.2015.

Disrupting Mr. Disrupter, The Economist, 28.11.2015.

Economia empreendedora?, Exame, 29.3.2015

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Qual o papel dos empreendedores na economia, segundo Schumpeter?
- 2) Qual a diferença entre a governança de mercado de Schumpeter e a governança de mercado de Adam Smith?
- 3) O que seria a destruição criativa? Explique porque sem ela não é possível explicar a atual dinâmica de mercado.

NOTÍCIA I

Os criadores de emprego

Fonte: Época/Marcos Coronato

<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/11/os-criadores-de-empregos.html>

Mais 95 mil postos de trabalho sumiram em setembro, e o Brasil afundou um pouco mais na crise. Mesmo num mês tenebroso assim, o setor privado contratou mais de 1,3 milhão de pessoas (pena que demitiu mais ainda). Nos últimos anos, pesquisadores em governos, universidades e ONGs vêm revirando e dissecando esse tipo de número — a criação de postos de trabalho — e aprendido novidades, algumas esquisitíssimas.

Em crise ou bonança, uma parcela muito pequena das empresas responde por uma parcela muito grande das vagas criadas. A constatação é recente, então só agora começa a ser respondida a pergunta seguinte: que empresas são essas e quem são os cidadãos capazes de criar esse tipo de negócio?

A política econômica do PT está acabando com o emprego

O fenômeno dos superempregadores se repete em países tão variados quanto Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca. No Brasil, entre 2011 e 2013, o efeito foi especialmente concentrado: 1% das

empresas criaram 60% dos empregos. De agosto para cá, dois estudos contribuíram com o entendimento do tema no país. Foram feitos pela ONG americana Endeavor, de fomento ao empreendedorismo de alta qualidade, e pela empresa de análise de dados Neoway. Uma das pesquisas, Cultura empreendedora no Brasil, à qual ÉPOCA teve acesso com exclusividade, esmiúça o perfil desse tipo de empreendedor. Desmonta o chavão do criador de negócios genial e muito jovem, que tem uma grande sacada, ao estilo dos mitos sedutores do Vale do Silício.

O perfil típico do supercontratador, no Brasil, é um sujeito experiente, que já aprendeu muito sobre um setor como assalariado e já criou alguma outra empresa antes de chegar ao momento de maior sucesso. Ele tem mais sócios que a média dos empreendedores, ou seja, agrega opiniões e experiências. E, embora tenha visão de oportunidades, não é nenhum prodígio nessa área. O que mais o diferencia são a criatividade e o empenho em transformar suas ideias em negócios concretos. As conclusões foram obtidas após uma pesquisa com mais de 9 mil pessoas em 32 cidades no Brasil, segundo um questionário criado por pesquisadores do University College de Londres, no Reino Unido. No mundo, mais de 100 mil pessoas já responderam ao questionário.

Os criadores da empresa paranaense TecVerde se encaixam no perfil. Eles abriram a empresa em 2009, com a proposta de construir imóveis residenciais e comerciais de maneira mais rápida e ambientalmente responsável. A empresa iniciou os trabalhos com os seis sócios, mais cinco funcionários. Contratou mais dez no ano seguinte e chegou aos 100 empregados neste ano. Mesmo em meio a uma crise econômica feroz, a companhia deverá contratar mais 20 pessoas em 2016. “Se fôssemos esperar o cenário ideal, não faríamos nada”, diz o engenheiro Caio Bonatto, um dos sócios. “Na crise, há demanda por construção com mais eficiência, o que é bom para nós.” Os seis sócios beberam na experiência dos pais de dois deles, já atuantes na construção civil, antes de fundar a empresa. E viajaram para a Alemanha em busca de novas técnicas. “Experiência e instrução contam muito. No Brasil, a maioria dos empreendedores se capacita pouco, se educa menos do que deveria”, diz Marcelo Nakagawa, doutor pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e professor de empreendedorismo na escola de negócios Insper.

Eles exportam e driblam a crise

Esses conceitos se alinham com uma percepção que ganha espaço nos Estados Unidos. Por lá, o capital para financiar novas empresas é mais abundante que as boas propostas de negócios. Valoriza-se menos a ideia supostamente genial e mais a capacidade de executar uma ideia boa.

O outro estudo, Scale-ups no Brasil, mostra como eram essas empresas no Brasil, num período de quatro anos, de 2011 a 2014. Scale-up é um dos apelidos desse tipo de companhia. Vem do inglês scale, no sentido de ganhar

nova escala, nova dimensão. Elas também são chamadas de gazelas, pela velocidade com que crescem. Nos estudos em diversos países, convencionou-se enquadrar nesse grupo negócios com pelo menos dez funcionários, que cresçam pelo menos 20% ao ano, por pelo menos três anos seguidos. O apelido em inglês diferencia o grupo em relação às startups, empresas novatas e inovadoras. As conclusões dessa pesquisa também passam ao largo dos clichês no tema.

Não se pode dizer que essas empresas pertençam a um setor específico ou sejam inovadoras em tecnologia. Scale-up parece ser uma fase, e não um tipo de empresa. Provavelmente, são os negócios mais bem posicionados para exibir ao mercado suas diferenças em relação à concorrência, aproveitar fases de bonança na economia e para enfrentar fases de crise. Um empreendedor deveria se esforçar para levar seu negócio a passar por uma ou várias dessas fases douradas ao longo da vida.

Como o Brasil vai superar essa crise?

No Brasil, a empresa gazela típica não é novinha — já passou dos seis anos de idade. Parece ser um fator local: por aqui, o ambiente de negócios árido exige alguns anos de empenho e ajustes, até que a empresa acerte o rumo. “Em outros países, as empresas muito jovens têm mais destaque nesse grupo”, diz Nakagawa.

Paulo Leme: “Os investidores nos deram o benefício da dúvida”

O esforço de compreensão das empresas gazelas ainda não deu resultados, mas vários países vêm se mexendo. O governo do Reino Unido encomendou em 2014 um relatório independente a respeito, coordenado pela investidora e consultora Sherry Coutu. Ela concluiu que os governos deveriam detectar empresas já bem-sucedidas em multiplicar empregos, logo no início da fase scale-up, e ajudá-las a conseguir o que for preciso para disparar — financiamento, localização, funcionários especializados, acesso a mercados. Seria algo como premiar quem já mostrou competência em criar vagas. O relatório afirma que a adoção de medidas ao alcance do governo, para incentivar essas empresas, propiciaria o surgimento de 280 mil postos de trabalho em três anos.

Nos Estados Unidos, o governo federal definiu no ano passado uma estratégia, a ScaleUp America Initiative (Iniciativa Americana pelas Scale-Ups). Pediu a apresentação de propostas para incentivo a esses negócios, em áreas geográficas específicas. Recebeu propostas de organizações locais (prefeituras, governos estaduais, ONGs de fomento ao empreendedorismo e empresas). Neste ano, escolheu oito delas para apoiar.

Elas se espalham por oito Estados, em áreas urbanas e rurais. “É importante entender essas empresas, para formular políticas públicas adequadas”, diz Juliano Seabra, diretor da Endeavor no Brasil. “Muitas das políticas públicas normais para incentivar a criação de empresas, como remover obstáculos burocráticos, já beneficiam esse grupo também. Mas elas se beneficiam especial-

mente de políticas que facilitem o crescimento e premiem negócios de alto desempenho. “

No Brasil, o sistema tributário incentiva empresas a continuar pequenas, e as políticas setoriais premiam a todos igualmente — as gazelas e as tartarugas.

NOTÍCIA II

Operação Lava Jato é pró-mercado, diz Janot em Davos

Fonte: Folha de São Paulo/Clóvis Rossi

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1850560-lava-jato-e-pro-mercado-diz-janot-em-davos.shtml>

O procurador-geral Rodrigo Janot dirá nesta quarta-feira (18), para uma plateia essencialmente de empresários, que a Operação Lava Jato, que ele comanda e já mandou para a cadeia um punhado de executivos de grosso calibre, não é um ataque ao capitalismo.

Ao contrário, dirá Janot, trata-se de defender a economia de mercado, porque tolerar a corrupção praticada por empresas leva inexoravelmente a um “capitalismo de compadrio”. Esse tipo de capitalismo resulta inexoravelmente em distorções na competição —regra de ouro do capitalismo— porque os “compadres” dos governantes de turno têm preferências nas obras públicas, em troca de propinas.

Janot chegou nesta terça-feira (17) a Davos, para participar de três sessões do encontro anual-2017 do Fórum Econômico Mundial. O procurador confessa ter ficado surpreso com o convite para vir a Davos, um convescote da quintessência do mundo empresarial global. Um dos executivos que já participou de encontros anteriores foi, por exemplo, Marcelo Odebrecht, o mais ilustre dos presos pela Lava Jato, pelo menos no âmbito empresarial.

Janot rebate a tese, que circula em alguns ambientes empresariais e jurídicos no Brasil, de que a Lava Jato afasta investidores, temerosos de serem alcançados pelos braços da operação.

“É justamente o contrário”, diz Janot. “Atrai investidores porque gera segurança jurídica.”

Em uma segunda intervenção no Fórum de Davos, na quinta-feira (19), Janot fará um breve apanhado sobre a operação que comanda. Dirá que, “sem instrumentos normativos”, nada teria sido obtido. Entre eles, cita a lei de improbidade administrativa, a lei sobre o crime organizado e sobre a chamada “compliance”, na verdade a delação premiada das empresas.



“Sem delação premiada, não haveria a Lava Jato, pelo menos não na velocidade em que está hoje”, acha o procurador.

Sigilo

Velocidade, aliás, que tende a aumentar assim que o Supremo Tribunal Federal voltar das férias em fevereiro. Janot pedirá ao ministro Teori Zavascki, que cuida da Lava Jato, que levante o sigilo sobre os depoimentos dos 77 executivos da Odebrecht. É razoável supor que um número importante de parlamentares de quase todos os partidos será citados, o tornando o ambiente político ainda mais carregado. As intervenções de Janot em Davos se dão no âmbito do que o Fórum batizou de Paci (sigla em inglês para Iniciativa de Parcerias contra a Corrupção). Além da Lava Jato, o procurador falará também de “cibercrime”, o crime praticado com o uso da internet.

Janot já enviou ao governo uma nota técnica em que defende que o Brasil assine a Convenção de Budapeste, tratado internacional de direito penal e direito processual penal que define como tratar de forma harmônica os crimes praticados por meio da Internet e as formas de persecução.

Trata basicamente de violações de direito autoral, fraudes relacionadas a computador, pornografia infantil e violações de segurança de redes — tema que está muito na moda a partir das acusações à Rússia de ter pirateado computadores do Partido Democrata norte-americano.

O tratado tem um ponto sensível para todos os países, que é a criação de equipes conjuntas de investigação.

**DIA 08/05 — AULA 18: A CRÍTICA NEOLIBERAL: F. HAYEK****CASOS PARA DISCUSSÃO:**

O caso dessa aula discute a situação do desenvolvimento brasileiro: por que estamos a viver um processo de desindustrialização prematuro? O planejamento estatal aos moldes de uma empresa seria a solução? Ou deveríamos simplesmente abrir mão do estado e deixar o mercado livre (em especial os empreendedores) para desbravar novos caminhos e ampliar a capacidade da economia? Reflita sobre como a visão de F. Hayek sobre a economia (o conhecimento e o sistema de preços) poderia nos ensinar sobre estes problemas.

PROBLEMA:

Desindustrialização prematura

Desindustrialização no Brasil I

Eficiência no setor público

LEITURA OBRIGATÓRIA:

HAYEK, F. The Use of Knowledge in Society, *The American Economic Review*, Vol. 35, No. 4. (Sep., 1945), pp. 519-530.

MATERIAL COMPLEMENTAR:

Produtivismo Incluyente e Empreendedorismo Vanguardista

Produtivismo Incluyente e Empreendedorismo Vanguardista

RODRIK, Dani. *Premature Deindustrialization*.

COWEN, Tyler. *Economic Development in an “Average is Over” World*.

PODCAST — 072: FRIEDRICH A. HAYEK — *That Entrepreneurial Knowledge is Situational and Commonsensical, Not Scientific*.



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O início do texto é uma crítica — indireta — ao pensamento econômico neoclássico? Qual é a crítica?
- 2) Por que, para Hayek, o “problema” da economia não é um problema “alocativo”?
- 3) De que maneira a matematização da economia, para Hayek, contribuiu para obscurecer nossa compreensão do problema da economia brasileira?
- 4) Qual a relação entre economia e conhecimento para o autor?
- 5) Por que, para Hayek, hoje é “almost heresy to suggest that scientific knowledge is not the sum of all knowledge”?
- 6) Qual o papel do “preço” na economia para Hayek?
- 7) Qual é o problema mais central de toda a teoria social para Hayek? Como a sociedade avança?
- 8) Qual a relação entre o pensamento de Hayek e a capacidade de a economia e os economistas planejarem fenômenos econômicos?
- 9) Qual a opinião de Hayek sobre o “equilíbrio” na economia?

NOTÍCIA I

Brasil passa por desindustrialização precoce

Fonte: BBC Brasil/Marina Wentzel

<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485>

O conjunto de fatores que colaboraram para essa tendência foi observado em toda a América Latina, mas o Brasil, por seu tamanho e relevância, é o mais significativo caso de desmantelamento precoce da indústria, aponta relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Unctad, divulgado nesta quarta-feira.

O documento anual, que avalia o cenário econômico mundial, abordou amplas tendências econômicas e no caso do Brasil destacou o quadro de retrocesso. De acordo com a Unctad, no começo da década de 1970 a participação das manufaturas na geração de emprego e valor agregado no Brasil correspondia a 27,4%, em valores da época, enquanto que em 2014 essa participação caiu para 10,9%.

“Todo o sistema que tinha por objetivo industrializar o país entrou em colapso”, disse à BBC Brasil Alfredo Calcagno, chefe do departamento de Macroeconomia e Políticas de Desenvolvimento da Unctad.

Na avaliação da Unctad e dos entrevistados pela reportagem, o processo teve início com os choques econômicos vividos pelo mercado nacional nos anos 1980, se intensificou com a abertura comercial no começo dos anos 1990, seguido pelo abandono das políticas desenvolvimentistas e pelo emprego da taxa de câmbio como ferramenta no combate à inflação.

Depois, a desindustrialização foi favorecida por reformas liberalizantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e, mais recentemente, pela pauta exportadora focada em commodities e por um real considerado valorizado.

“O caminho para a industrialização do Brasil foi claramente interrompido”, afirmou à BBC Brasil Paulo Francini, diretor da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Precoce

A desindustrialização é considerada precoce pela Unctad quando uma economia não chega a atingir toda sua potencialidade produtiva manufatureira e, em vez de evoluir em direção à indústria de serviços com alto valor agregado — setor terciário —, regride para a agricultura ou cai na informalidade.

O Brasil, no caso, sempre teve expressiva produção agrícola (setor primário), cuja riqueza à partir dos anos 1930 foi canalizada para incentivar o desenvolvimento de uma indústria nacional (setor secundário) por meio de planos estatais.

Países ricos também passam pelo fenômeno de desindustrialização, mas de forma diferente. Com o acúmulo de riqueza, esses países investiram na capacidade produtiva intelectual da população por meio de educação e pesquisa, o que gerou empregos mais sofisticados no setor de serviços. É um movimento de transformação e de geração de mais riqueza, e não necessariamente de perda dela.

A produção de um iPhone é um bom exemplo. O celular em si é fabricado na China, mas seu design foi desenvolvido na Califórnia, nos Estados Unidos. O trabalho de um engenheiro de design californiano — do setor terciário — é muito mais bem pago e complexo do que o de um montador de componentes na linha de produção da China — setor secundário. O trabalho executado nos EUA é mais produtivo, pois agrega maior valor — riqueza — à economia.

Para muitos economistas, o amadurecimento econômico de um país, do setor primário até o terciário, passa necessariamente pela etapa do desenvolvimento industrial, que permitiria o acúmulo de capital e conhecimento produtivo necessários para sustentar a transição rumo a empregos com maior sofisticação intelectual e mais produtivos.

Desmantelamento

Inicialmente impulsionada pela substituição de importações e sequencialmente estimulada por políticas desenvolvimentistas, a indústria brasileira experimentou seu auge no começo dos anos 1980, quando chegou a responder por mais de 30% da geração de valor agregado e emprego no país, segundo números da ONU. A década, porém, além de testemunhar o auge, também registrou o começo da queda.

“Os anos 80 foram marcados por crises de choque na América Latina. No Brasil se desmontaram as instituições e mecanismos que eram capazes de manter um sistema industrial competitivo”, explica Pedro Rossi, professor de economia da Unicamp, escola tradicionalmente ligada ao desenvolvimentismo. A dívida externa, a desorganização fiscal e a hiperinflação consumiram a capacidade do governo de promover políticas ativas, levando à negligência da indústria.

Com a abertura do mercado às importações durante o governo Collor, no início dos anos 1990, produtos estrangeiros conquistaram a preferência do consumidor, em detrimento de similares nacionais. Posteriormente, a adoção de um câmbio forte como forma de combate à inflação contribuiu para a perda de competitividade nas exportações, outro abalo à indústria.

“Na década de 90 a política econômica se preocupou unicamente com o combate à inflação e os instrumentos para esse combate foram extremamente prejudiciais à indústria”, avalia Rossi.

Condições

De acordo com a Unctad, medidas liberais exigidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional como condição para empréstimos também tiveram impacto sobre a indústria brasileira e latino-americana, no fim da década de 1990.

“As exigências dessas instituições incluíam abertura de mercados, privatização, desregulamentação, (...) livre movimento de capitais. Tudo isso mudou a estrutura e a orientação da economia de uma forma que foi completamente oposta ao que se tinha até então no Brasil”, conta Calzagno. “Uma indústria que estava crescendo rapidamente promovida pelo BNDES e apoiada por um mercado doméstico em crescimento — todo esse sistema que objetivava industrializar o país entrou em colapso.”

A entrada de capital no Brasil, propiciada pelo superciclo de exportação de commodities na primeira década deste século, acabou valorizando a moeda e gerando pressões inflacionárias, que foram, mais uma vez, contidas com juros altos. Apesar de possuir os recursos em termos de capital excedente, a

tentativa de retomada de políticas de diversificação durante o governo Lula esbarrou, segundo analistas, na taxa de câmbio, na ineficiência, em problemas de gestão e denúncias de corrupção.

“Mesmo com as iniciativas pontuais de estímulo, nós não construímos um arcabouço coerente pra sustentar a indústria brasileira, que permaneceu em queda, em especial após a crise de 2008”, avalia Rossi, da Unicamp.

Retomada

Num cenário pós-crise de 2008, a retomada do crescimento econômico global passará pelo resgate do consumo da classe média nos países ricos, opina a Unctad. Aos países em desenvolvimento é feita a recomendação de que trabalhem em suas economias domesticamente, frente a um cenário internacional pouco otimista.

Ao Brasil, num momento em que ainda está profundamente imerso nos seus próprios problemas, a organização recomenda apoio estatal ao estímulo industrial e uso do capital estrangeiro — seja ele em investimento direto ou especulativo.

“A experiência de sucesso de países industrializados demonstra que a transformação estrutural exige atenção a diferentes fontes de crescimento, incluindo estimular investimento privado e público, apoiando o desenvolvimento tecnológico, fortalecendo a demanda doméstica e aumentando a capacidade dos produtores domésticos de cumprir exigências internacionais.”

A Fiesp, apesar de apoiar Temer, diz ainda não ter clareza sobre as políticas de estímulo ao setor do novo governo, nas palavras de Francini. “Vai depender de convencimento. Os formuladores de políticas precisam ter o entendimento de o que representa a indústria num país com as dimensões do Brasil”, opina



NOTÍCIA II

O Brasil está se desindustrializando. Isso é ruim?

Fonte: Exame/João Pedro Caleiro

<http://exame.abril.com.br/economia/o-brasil-esta-se-desindustrializando-isso-e-problema/>

São Paulo — Os números da indústria brasileira divulgados hoje mostram melhora em relação a dezembro, mas queda em relação ao ano passado. Olhando para o longo prazo, o diagnóstico é claro: o Brasil está se desindustrializando.

A indústria teve em 2013 o menor peso no PIB brasileiro desde 2000, de acordo com os números do IBGE. Usando outra metodologia, o diagnóstico é ainda mais dramático: em agosto, a Fiesp concluiu que a importância da indústria brasileira voltou para níveis dos anos 50.

O processo lembra o que acontece nos países desenvolvidos desde o final dos anos 70. Mas se a desindustrialização vai chegar eventualmente, por que o Brasil deveria se preocupar?

“Porque a indústria brasileira nunca chegou a atingir seu potencial. Não dá pra falar que essa é uma etapa natural e que podemos passar para o próximo nível”, diz Luciana Suarez, professora de história econômica da FEA-USP.

Um dos argumentos para essa posição é a questão da renda: de acordo com a Fiesp, a desindustrialização aconteceu nas economias avançadas depois que elas atingiram uma renda per capita na faixa dos US\$ 19 mil. No Brasil, o processo começou quando ele estava em US\$ 7,5 mil.

Outros argumentos de quem defende a indústria é que ela gera encadeamentos positivos para o resto da economia e empregos com melhores condições e remuneração.

Nesse sentido, o problema não é que o Brasil caminhou para o setor de serviços, e sim para quais:

“Os que mais crescem são os atrasados: o financeiro, de vigilância, comunicação, que não geram tanto emprego de qualidade”, diz Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos sobre economia brasileira da escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nobrega, a questão central não é a desindustrialização em si, mas como ela aconteceu:

“O processo de transformação estrutural é inevitável e tende a ser mais rápido nas economias que chegaram mais tarde, mas isso não significa que o que estamos vendo no Brasil de hoje é bom. Nossa desindustrialização acelera por deficiências internas e está associada não ao processo natural, mas a uma perda grave de competitividade da indústria brasileira, que tem origens mais remotas.”

Raízes

Algumas destas origens são históricas. A partir de 1985, quando a indústria atingiu seu pico, a economia brasileira passou a ser sacudida pela crise da dívida externa e um cenário internacional adverso.

Em 1994, veio o Plano Real, cuja missão era estabilizar a economia e combater a hiperinflação. Isso exigiu abertura comercial, juros altos e câmbio valorizado — um tripé que tornou a indústria mais vulnerável à competição internacional: “com a abertura dos anos 90, foi impossível se acomodar”, diz Nelson Marconi

Mas com exceção de alguns setores, essa “destruição criativa” foi insuficiente para colocar a indústria brasileira no caminho da produtividade em um momento no qual ela se tornava cada vez mais essencial.

De acordo com um estudo divulgado ontem pela McKinsey & Company, o PIB brasileiro poderia ter crescido 45% a mais entre 1990 e 2000 sem o efeito negativo da produtividade.

Obstáculos

E aí entram os inúmeros obstáculos tributários, regulatórios e trabalhistas, além do “custo Brasil” imposto pela infraestrutura deficiente — citado como principal problema por todos os economistas ouvidos por EXAME.com. Isso sem falar no aumento da competição internacional.

Nos últimos anos, o câmbio havia voltado a ser outra pedra na engrenagem: quando a moeda do país está muito valorizada, fica mais barato importar do que produzir internamente.

O aumento da renda brasileira tem “vazado” para fora do país, e o resultado é a piora na balança comercial e o aumento no déficit em conta corrente.

A desvalorização recente do real pode amenizar estes problemas e até dar um fôlego para a indústria, e os números de janeiro divulgados hoje já podem ser um indício desta reação.

O que é certo é que com desindustrialização ou não, o Brasil não vai se desenvolver olhando para trás. O debate não é sobre qual indústria ou setor merece mais proteção, e sim qual aponta para um futuro mais promissor.



“Em algumas indústrias como a farmacêutica, biomédica, química e de energia, temos um cavalo selvagem sendo segurado pelas rédeas. Mesmo com todo o custo Brasil do mundo, sempre temos oportunidades.”, diz José Augusto Fernandes, diretor de políticas e estratégia da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

NOTÍCIA II

O que falta ao país é planejamento

Fonte: Época/Pedro Carvalho

<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/04/o-que-falta-ao-pais-e-planejamento-diz-falconi.html>

Vicente Falconi, 75 anos, é um dos mais influentes consultores de empresas do país. Foi o idealizador da chamada cultura Ambev (que ele prefere chamar de cultura Falconi), marcada pela obsessão com as metas e a meritocracia. Replicou o modelo em várias corporações, como o Itaú e a Gerdau, e nos últimos 15 anos levou a experiência para o setor público. Falconi gosta de dizer que promoveu “choques de gestão” em prefeituras, governos e administrações federais, numa lista que vai de Aécio Neves (em Minas) até Lula e Dilma. Aqui, ele aponta caminhos para tornar mais eficientes os serviços públicos.

Por que o setor público tem tanta dificuldade para se tornar mais eficiente?

Algumas organizações, como a Polícia Federal, estão muito bem. Nós trabalhamos com eles no governo Lula, sabemos que a atitude ali é boa. O mesmo ocorre com instituições como o Ministério Público e o Banco Central. Outras, como o Ministério da Saúde, não vão bem. Porque não têm departamento de RH, por exemplo. Não têm seleção, avaliação, treinamento, carreira estruturada. O Ministério da Saúde tem um giro de pessoal muito grande, a turma faz concurso para entrar e depois fica de olho para passar em outro lugar, porque aquilo lá não é futuro para ninguém. Futuro é estar na PF, no BC. Eu escrevi três cartas para a presidente, logo após as eleições, para falar dessas coisas.

Ela respondeu?

Não, pô. Ela recebeu umas 500 mil cartas. O problema maior é que nosso país não tem um planejamento. O que falta é um planejamento de 50 anos:

a que taxa queremos crescer, o que isso vai demandar em energia e capital, como a população vai variar de idade.

O senhor fez um plano para melhorar a gestão do Ministério da Saúde. O que deu errado?

Foi o seguinte. O Gerdau [Jorge, empresário] me levou para um almoço com a presidente, em 2011. Foi um papo muito bom. E ela falou muito sobre saúde. Então eu disse ao Mateus [Bandeira, CEO da consultoria Falconi]: vamos investir nisso, desenhar um sistema de saúde. Gastamos R\$ 1 milhão para fazer o projeto. Fomos ao ministério e apresentamos a proposta.

A ideia era treinar 300 servidores para atacar um dos grandes problemas: a gestão de hospitais públicos. O foco seriam duas coisas. Primeiro, fazer uma filtragem na entrada. O paciente precisa ser internado ou não? Se não precisa, vai para um posto de atendimento, toma um remédio e volta para casa. Iríamos criar um indicador de ritmo de internação. Uma vez internado, a gente faria outro indicador, do tempo médio de permanência.

Hoje, ele gira em torno de 15 dias. Nos hospitais particulares, fica próximo a três dias. Se você pegar os hospitais públicos e reduzir o índice à metade, para 7,5 dias, seria como dobrar a capacidade de atendimento. É como construir os hospitais de novo, a custo zero. E nós decidimos trabalhar a preço de custo, para ajudar o país. Mas eles não toparam.

Onde emperrou?

Podem ter pensado: “esse Falconi é do PSDB, gosta de trabalhar com o Aécio”. É difícil entrar na cabeça das pessoas. Foi um “não, obrigado”.

A gestão de um país não é diferente da gestão de uma empresa, por envolver temas mais sensíveis?

Isso é conversa fiada. Do ponto de vista gerencial é exatamente a mesma coisa que uma empresa. É só colocar o objetivo certo: não é dar lucro, é servir. Quais são os indicadores? Qual é a meta? Se não atingi-la, quem é o responsável? A educação está melhor do que a saúde por um simples motivo: foram criados o Ideb e o Enem e ainda tem um indicador internacional, o Pisa. Quando existe indicador, você pode avaliar, colocar meta. Tudo isso o Ministério da Educação tem. Você pode até reclamar da educação, mas não pode falar que ela não está melhorando, porque está, sem dúvida.

Em conversas reservadas, Jorge Paulo Lemann afirma que, se colocassem o pessoal da Ambev no governo, a gestão melhoraria. Falta mais Ambev nos serviços públicos?



Todo mundo pode ter mentalidade Ambev, Klabin, Suzano, tem várias empresas boas no Brasil. O que elas têm? Um departamento de RH, que recruta pessoas adequadas, faz treinamento intenso, avalia, promove os melhores. São coisas básicas, que a área pública não tem. A Polícia Federal tem. O Banco Central tem. Eu acho que a Polícia Federal é Ambev, o BC é Ambev. Acredito que ele tenha usado essa expressão para dizer o seguinte: se você treinar as pessoas e usar a meritocracia, aquilo vira uma máquina de produzir resultado.

A meritocracia da Ambev...

Pois é, todo mundo fala de Ambev... A Ambev usa o sistema da Falconi. Várias empresas adotaram o modelo. Acho que o setor privado brasileiro vai muito bem, obrigado.

Algumas empresas não vão tão bem.

Vou te contar. A gente, que é velho, já passou por muita coisa. Eu comecei a pesquisar sobre gestão na década de 70. Encontrei normas canadenses de qualidade e comecei a me aprofundar. Foi dali que surgiu tudo o que somos hoje. Comecei a escrever livros. Entre 1989 e 1996, escrevi seis, que venderam mais de 1 milhão de exemplares. Muitas das terminologias fui eu que criei. Então se formou no Brasil uma cultura gerencial. O padrão do gerente brasileiro subiu muito. Muito.

A contribuição desse trabalho é inegável, mas existem críticas. Ouve-se que na Ambev, por exemplo, há uma excessiva pressão para atingir metas. O que o senhor pensa disso?

Olha, eu não sei de que pressão estão falando. Porque fala quem não entende. Não existe guerra, pressão, esse negócio de “ai, tô sofrendo”. Todas as metas são negociadas, em cada estágio. O processo de correr atrás de meta, na verdade, é um processo de correr atrás de conhecimento. Sabe por que o profissional da Ambev é valorizado no mercado? Porque é competente.

A crise ética no país, agravada pelos problemas na Petrobras e nas empreiteiras, pode deixar a percepção de que as empresas daqui são mais corruptas do que a média. O senhor presta consultoria em vários países. Essa percepção se justifica?

Eu não tenho essa medida. Nunca vi isso explícito entre nossos clientes. Desvios éticos, no longo prazo, não valem a pena para uma empresa.



Mas estão no noticiário todos os dias.

Talvez em alguns setores, mas não é um negócio generalizado.

O senhor pensa em assumir um cargo público depois de se aposentar?

Não. Eu vou sair da empresa com quase 80 anos. Mas não vou, necessariamente, deixar a atividade. Enquanto estiver andando e respirando, vou ajudar, desde que seja requisitado. E é provável que me chamem. Sou muito querido pelos consultores.

**ATAQUE "SOCIAL"****DIA 10/05 — AULA 19: A CRÍTICA SOCIALISTA: K. MARX/D. HARVEY***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso desta aula trata do “direito à cidade”. Como os espaços urbanos são organizados? Será que todos os grupos sociais participam dessa organização? Pense na permanência do Estado nas comunidades cariocas. Será que esta foi a estratégia adequada para organizar o espaço urbano? Em sua leitura, considere as relações entre os diferentes grupos sociais no processo de organização da cidade. Como a “opressão” se configura no espaço urbano? O que é o direito à cidade?

PROBLEMA:

Vídeo: UPP

Vídeo: UPP II

Vídeo: Milícia

LEITURA OBRIGATÓRIA:

Karl Marx e Friedrich Engels. **Manifesto Comunista**. Itens I e II.

David Harvey, Rebel Cities: **From the Right to the City to the Urban Revolution**, London: Verso, pp.3-25 (22 Pgs.)

LEITURA COMPLEMENTAR:

David Harvey, Debate com Fernando Haddad sobre crise urbana (7'40" — 28')

“Dançando com o Diabo”

“Notícias de uma Guerra Particular”

Propriedade nas áreas de comunidade

Wacquant; Loic. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. *International Political Sociology*. Volume 2. 2008, pp.56-64.



Wacquant; Loïc. Revisiting territories of relegation: Class, ethnicity and state in the making of advanced marginality. Critical Comentary on Urban Studies, Urban Studies 2016, Vol. 53(6) 1077—1088.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) (*Questão prévia*) A proposta das UPP's, inicialmente, era proporcionar com a ocupação da polícia nas favelas o maior acesso a uma gama de serviços estatais específicos. No entanto, cinco anos após a sua implementação a um grande número de críticas e poucos avanços com esse projeto. Você acredita que o processo de implementação foi inadequado? Tente pensar, a partir dos termos de David Harvey, se a entrada do Estado nesses espaços respeitou ou não os valores e a cultura local?
- 2) David Harvey argumenta que o direito de alterar espacialmente o centro urbano ficou concentrado nas mãos de uma determinada classe e/ou grupo específico. Qual é a principal consequência desse processo? Pense no cenário de gentrificação que está a ocorrer em algumas comunidades do Rio de Janeiro: a marginalização de determinada parcela da população faz com que esse grupo tenha menos oportunidade de realizar os seus valores, a sua cultura?
- 3) A tese de Harvey encontra amparo nos escritos de Marx. Como ocorre a relação entre a macroestrutura e a microestrutura no espaço urbano?
- 4) O que seria o Reformismo Revolucionário proposto por Harvey? Qual é o limite para a atuação do Estado nesse processo? Tente pensar em meios para que tal proposta pudesse ser aplicada nas comunidades cariocas.
- 5) Qual a opinião de Karl Marx sobre a propriedade? Qual a relação entre o trabalho e a propriedade para Marx?
- 6) Por que o capital é um poder “social” para Marx?
- 7) Por que na sociedade burguesa, segundo Marx, o passado impera sobre o presente?

**DIA 15/05 — AULA 20: A CRÍTICA ECOLÓGICA: PAPA FRANCISCO***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Rio 92, COP 15, COP 21. Entre as frustrações e sucessos dessas tentativas globais para a resolução dos problemas ambientais, um tema parece se destacar: a necessidade de pensar no meio ambiente como um bem público mundial. Os textos indicados abaixo tratam de dois temas correlatos a essa questão em duas perspectivas diferenciadas: (i) a internacional, com a COP 21 realizada em 2015, e (ii) a nacional, com o problema do desastre da Samarco.

Em sua leitura, procure relacionar tais problemáticas aos escritos do Papa Francisco: até que ponto é possível alterar a nossa relação com o meio ambiente em prol da “casa comum”?

PROBLEMA:

Vídeo: [Desastre Samarco](#)

Vídeo: [The paris climate negotiations, explained](#)

Vídeo: [What is Cop21?](#)

LEITURA OBRIGATÓRIA:

FRANCIS, Pope. *Laudato si'*. Encyclical Letter ‘**On Care for Our Common Home**, n. 25, 2015. Até o tópico 5 (16 pgs.)

MATERIAL COMPLEMENTAR:

[Climate Change HOAX exposed by Geologist straight to the UK Govt](#)

[Nobel laureate Ivar Giaever “points out the mistakes which Obama makes in his speeches about global warming, and shares other not-well known facts about the state of the climate”](#)

[Resenha: “Laudato si'”, a segunda encíclica do Papa Francisco](#)

[“Peter Singer on the COP 21 Agreement and the Ethics of Climate Change”](#)

[Neil de Grasse Tyson on Climate Change](#)



Filme: “An inconvenient truth” (2006) Davis Guggenheim

Documentário “ O mundo Segundo a Monsanto” (2008) Marie-Monique Robin

Going for green: No medals for the Rio Olympics’ environmental legacy

Relatório do Desmatamento

Desmatamento na Amazônia

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Na encíclica 25, Papa Francisco aponta diversos problemas ambientais que enfrentamos atualmente, tais como o desperdício e a escassez de água, a poluição, a produção excessiva de lixo. Segundo o Papa, a causa desses problemas é a desconexão dos indivíduos com a Terra. Explique de que maneira se daria essa desconexão.
- 2) Em todo o texto, Papa Francisco lança críticas sobre a forma em que o desenvolvimento econômico e tecnológico está a acontecer no mundo contemporâneo. Ele não deixa de reconhecer, contudo, que o problema ambiental encontra uma causa mais profunda, um problema de visão de governança. Nesse sentido, por que, para o autor, as compreensões anteriores sobre a natureza humana são visões equivocadas sobre o indivíduo e sobre a sociedade?
- 3) Explique, a partir do texto de Papa Francisco, por que a nossa visão de governança atual tende a retirar a dignidade e o valor do meio em que estamos inseridos, fazendo com que percamos a capacidade de tratar aos demais com ideal de fraternidade. Aponte instituições que seriam capazes de promover este novo ideal de comunidade.
- 4) Como examinaria a relação entre “fraternidade”, “política” e “ciência” no texto de Papa Francisco?

**ATAQUE "GLOBAL"****DIA 17/05 — AULA 21: A CRÍTICA DO CONTROLE: GILLES DELEUZE***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O problema da aula evidencia desafio cada vez mais central na era digital. Em sua leitura, procure relacionar a descrição da sociedade de controle realizada por Deleuze e os textos do problema. É possível dizer que as 'bolhas' informacionais são um tipo de controle sugerido por Deleuze?

PROBLEMA:

Labour calls for closer scrutiny of tech firms and their algorithms

LEITURA OBRIGATÓRIA:

DELEUZE, Gilles "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle" (6 pgs.)

KENNEDY, David Challenging Expert Rule: **The Politics of Global Governance**, in Sidney Law Review, Volume 27: 1-24, 2005 (24 pgs.)

MATERIAL COMPLEMENTAR:

KENNEDY, David **A World of Struggle: How Power, Law, and Expertise Shape Global Political Economy**. New York: Princeton U. Press, 2015, "Introduction, Could this be 1648?", pp. 1-20.

Filme: "**Terms and Conditions May Apply**" (2013), Cullen Hoback

Filme: "**Citizen Four**" (2014)

How algorithms can shape our world

The Real Bias Built In at Facebook

A silenciosa ditadura do algoritmo



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Quais são as diferenças entre a sociedade de controle e a sociedade de disciplina?
- 2) Explique o que seria a mutação do capitalismo, e qual seria o seu impacto sobre a tecnologia?
- 3) Deleuze afirma que: “*The disciplinary man was a discontinuous producer of energy, but the man of control is adulatory, in orbit, in a continuous network*”. A partir de tal afirmação, analise como se dão as relações entre as pessoas na sociedade de controle. As redes sociais e as novas formas de comunicação exercem qual papel nesse processo?
- 4) “*O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua*”. Pense no caso dos algoritmos que realizam a personificação de conteúdo: você acredita que possam existir formas de regulação que sejam eficazes a esse tipo de ferramenta? Em sua resposta, considere a opressão sutil descrita por Deleuze e a tensão entre liberdade e limitação no surgimento de novas tecnologias.

NOTÍCIA I

Democracia e internet: precisamos falar sobre algoritmos

Fonte: Nexo Jornal/João Carlos Magalhães

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/09/25/Democracia-e-internet-precisamos-falar-sobre-algoritmos>

Na ficção, “inteligência artificial” parece remeter a um futuro que nunca chega. Monstros criados por cientistas atormentados, carros temperamentais, máquinas raivosas que destroem cidades inteiras. Essas coisas fascinam, pois, envolvem-se em intrincados problemas éticos, como quando Hal 9.000, o sistema operacional de “2001: uma Odisseia no Espaço”, decide matar humanos para não ser desligado. Em nosso cotidiano, já convivemos com as mais radicais experiências de inteligência artificial nunca imaginadas sem percebermos. Falo de coisas cada vez mais imbricadas em quase todas as dimensões de quem acessa a internet: plataformas digitais como Facebook, Google Search e Twitter, as mesmas que possivelmente trouxeram você a esse texto. Os problemas éticos que criam podem ser menos sensacionais do que assassinatos, mas são ainda mais complexos.

Empresas como Facebook e Google — intermediários digitais — estão na vanguarda da produção e análise de quantidades massivas de dados por siste-



mas algorítmicos “inteligentes”, o que se convencionou chamar “Big Data” — algumas pessoas traduzem a expressão como “Megadados”.

Em geral, algoritmos transformam algumas coisas em outras coisas por meio de uma sequência fixa de passos. Um exemplo básico é o algoritmo para transformar uma lista aleatória de palavras numa lista de palavras em ordem alfabética. Algorítmicos “inteligentes” funcionam de maneira diferente. Os programadores primeiro “treinam” os algoritmos com o resultado que eles desejam alcançar e os algoritmos então produzem, eles mesmos, outros algoritmos capazes de gerar os resultados inicialmente observados.

Natural que quanto mais dados existam para que eles sejam treinados, mais poderosos sejam os algoritmos gerados. Em vez de entrar nos detalhes computacionais desses sistemas, muito mais complicados e variados do que essa explicação indica, talvez seja melhor explorar porque eles são tão importantes para intermediários digitais.

Nunca criamos tantos registros de nós mesmos e do mundo. E algumas poucas empresas são as donas de quase todos esses dados. Graças a uma infinidade de sensores, que vão desde nossos celulares aos softwares que monitoram nossa navegação na internet e ao botão “curtir”, intermediários sabem (ou querem saber) onde estamos, que site visitamos, o que escrevemos em nossos emails e chats, quem são nossos amigos, familiares e companheiros, do que gostamos ou temos ódio.

Esses dados são usados pelas plataformas para criar um perfil de cada usuário. Esse perfil é valioso. A partir dele, algoritmos são usados para decidir automaticamente o que é mais ou menos relevante e deve, portanto, ser mais ou menos visto. O que vai ou não estar no seu feed de notícias, o que vai estar na primeira ou na terceira página de sua busca no Google. Essa personalização profunda só é possível pois os dados produzidos pelos sensores (e por nós mesmos) ajudam a treinar os algoritmos sobre o que nos interessa, e permitem que os sistemas sejam constantemente afinados para refletir nossas supostas preferências.

“Relevância” também se aplica a anúncios. Se uma mulher de 30 anos comprou pela internet um teste de gravidez e depois uma roupa de bebê, há uma probabilidade maior de que essa mulher esteja grávida — logo um anúncio de um livro sobre a gestação será considerado como mais relevante para ser exibido para ela. Apesar de passarem como empresas dignas de um filme de ficção científica, intermediários digitais ainda vendem atenção para anunciantes, como jornais faziam há cem anos. Só que de maneira altamente personalizada, e sem precisar gastar com produção de conteúdo, alegremente criado por seus usuários. E isso permite a eles dominarem o mercado de publicidade online, destruindo concorrentes — dentre eles, empresas jornalísticas.

É esse modelo de negócio que permite que seus serviços sejam “gratuitos”. Alguns já perceberam que a mercadoria somos nós, nossos sentimentos e

relações sociais. Mas a invisibilidade dos procedimentos que eu acabei de descrever (algoritmos são legalmente considerados segredos industriais) complica nossa capacidade de compreender e responder a essas complexas operações, escondidas atrás de interfaces de uso minuciosamente desenhadas para serem simples e intuitivas.

Assim como com Hal 9.000, o que torna plataformas digitais inteligentes e fascinantes é o que há de humano nelas. Não há nada de natural ou neutro na maneira como esses dados são produzidos e analisados, ou na definição de o que é relevante. Todos seus elementos são resultado de decisões subjetivas e, mesmo que indiretamente, também ideológicas. Nos últimos anos, uma quantidade crescente de críticos tem se debruçado sobre o tema. Em geral, eles apontam para os riscos que esses sistemas representam para ao menos quatro valores democráticos fundamentais.

O primeiro, claro, é a privacidade. Há décadas, empresas que negociam nossos dados afirmam que as pessoas não se importam de serem constantemente monitoradas. Anos de pesquisa sugerem o contrário. A maior parte dos usuários simplesmente não sabe que esse monitoramento ocorre. Dentre as que sabem, a sensação tende a ser de resignação. Se elas não podem negociar as cláusulas do contrato, qual é a solução? Uma ruptura unilateral (sair de uma rede social, por exemplo) tem enormes custos sociais para as pessoas. É necessário levar em consideração a extrema desigualdade entre empresas e usuários antes de concluir que as pessoas não querem ser monitoradas — especialmente quando governos utilizam os dados e expertise das empresas para nos espionar, como Edward Snowden revelou.

O segundo é a diversidade. Cientistas políticos e filósofos parecem concordar que uma democracia depende de exposição à diferença. Se experimentamos apenas o que já conhecemos, acreditamos ou gostamos, teremos dificuldade em compreender o outro, com quem, num sistema democrático, temos que lidar e chegar a algum tipo de acordo. Sistemas de algoritmos que objetivam nos dar apenas o que já mostramos que queremos tornam essa experiência mais rara e tendem a radicalizar posições políticas. Que esses sistemas criam, em alguma medida, bolhas de filtragem é algo que mesmo cientistas pagos pelo Facebook atestaram. Mas a dimensão exata dessas bolhas, e a responsabilidade sobre elas é algo ainda incerto entre pesquisadores.

O terceiro é igualdade. Técnicas de “Big Data” prometem uma espécie de neutralidade sobre-humana. Os padrões emergiriam “naturalmente” dos dados usados para treinar os algoritmos. Na verdade, mesmo o mais cuidadoso dos algoritmos é incapaz de tornar os próprios dados menos enviesados. Dados de sociedades estruturalmente desiguais, como a nossa, inevitavelmente representarão essas desigualdades, mesmo que de maneira indireta e não intencional. A procura por nomes típicos de negros no Google nos EUA, por exemplo, aumenta a proporção de anúncios que implicam que a pessoa

foi presa. Acreditar e utilizar cegamente esses sistemas seria uma maneira de perpetuar a discriminação.

Por último, sistemas algorítmicos também parecem afetar nossa liberdade de expressão e informação. Se a visibilidade é escassa, ela precisa ser conquistada. Mas a luta pela visibilidade algorítmica em redes sociais pode implicar na mimetização de comportamentos, assuntos e linguagem que o usuário imagina serem “populares”, mas que não necessariamente correspondem ao que gostaria de dizer, numa espécie de homogeneização da expressão. Além disso, conforme a maior parte das pessoas passa a se informar por meio de plataformas digitais, e mesmo empresas jornalísticas tradicionais a depender dessas plataformas para distribuir seus produtos, esses intermediários passam a ter inegáveis poderes editoriais. Mas, diferentemente dos jornais, por exemplo, eles não são compreendidos ou cobrados como tais. Quem pode nos garantir que sua métrica de relevância respeita valores democráticos se não conseguimos entender que métrica é essa?

Esses riscos não anulam o que esses sistemas têm de positivo. Eles prometem dar voz e ferramentas de organização política, permitir avanços revolucionários na gestão pública, indústria e na ciência. É preciso, portanto, produzir uma crítica equilibrada, que não reproduza temores ficcionais e nem feche os olhos para os impactos concretos e cotidianos criados por algoritmos inteligentes. E essa tarefa está apenas no começo.

NOTÍCIA II

Labour calls for closer scrutiny of tech firms and their algorithms

Fonte: The Guardian/Juliette Garside

<https://www.theguardian.com/business/2016/dec/18/labour-calls-for-regulation-of-algorithms-used-by-tech-firms>

Labour’s industrial spokesperson has called for the algorithms used by technology firms to be made transparent and subject to regulation, as the party prepares the New Year launch of its industrial strategy consultation.

Shadow minister Chi Onwurah wants to see greater scrutiny of the mathematical formulas that now control everything from the tailored news served to Facebook members to the speed at which workers are required to move around an Amazon warehouse.

“Algorithms aren’t above the law,” Onwurah warned this weekend. In a telephone interview on Sunday, she said: “The outcomes of algorithms are regulated — the companies which use them have to meet employment law

and competition law. The question is, how do we make that regulation effective when we can't see the algorithm?"

Labour's industrial paper, due to be published after the Christmas break, will call for suggestions on how tech firms could be more closely supervised by government.

"We expect algorithms and data rights to be considered as part of that consultation," said Onwurah, who was shadow digital economy minister before taking on the industrial brief. "Algorithms are part of our world, so they are subject to regulation, but because they are not transparent, it's difficult to regulate them effectively."

The business models of technology firms are increasingly being challenged by lawmakers. Google's shopping and advertising services are under investigation by the European commission, while Uber drivers won a landmark case at a London tribunal this autumn to be considered as employees of the ride-hailing app, and therefore entitled to a minimum wage and holiday pay.

The equations behind the operations of digital businesses are a closely guarded trade secret. Any suggestion that they might have to hand them over to government agencies is likely to trigger a major pushback from silicon valley, where many of the biggest names are headquartered. Some commentators have compared forcing Google to share its search algorithm to ordering Coca-Cola disclose the secret recipe behind its best selling fizzy drink.

But pressure for reform is mounting. Social media platforms are being blamed for allowing the spread of misinformation and online abuse, conditions which some argue are fueling the resurgence of extreme politics in America and western Europe.

There are also signs that Google pages are being distorted by the spread of unchecked hate speech. Many search results are now reinforcing extreme views, with articles denying the holocaust or disparaging women increasingly appearing at the top of the rankings.

Facebook has swung between relying entirely on maths and employing humans as well as software to weed out fake news, pornography and extremist propaganda.

"If people were falling very ill after drinking Coca-Cola, the company would have some duty to share what could be causing that," said Onwurah, a chartered engineer who built telecoms networks before entering parliament.

"Google and others argue their results are a mirror to society, not their responsibility," she wrote in a letter published Sunday. "Google, Facebook and



Uber need to take responsibility for the unintended consequences of the algorithms and machine learning that drive their profits. They can bring huge benefits and great apps, but we need a tech-savvy government to minimise the downside by opening up algorithms to regulation as well as legislating for greater consumer ownership of data and control of the advertising revenue it generates.”

She has raised concerns about Google being given access to NHS patient data. Its British subsidiary DeepMind, which specialises in machine learning, has signed an agreement with the Royal Free Hospital in north London to develop an app that will warn doctors when patients are at risk of acute kidney injury. Junior health minister Nicola Blackwood revealed, in response to parliamentary questions, that the government had not been shown the details of the agreement or discussed it with the hospital.

“Labour is having to raise the debate because the government is years behind on this and refuses to face up to the challenges of the digital era,” Onwurah said.

The government says it is introducing greater protection for consumers and in particular for children online. The digital economy bill, which is awaiting approval from the House of Lords, is designed to ensure that websites that allow children to access pornographic content will be blocked.

**DIA 22/05 — AULA 22: A CRÍTICA DO CAPITAL FINANCEIRO:
BOLTANSKI E CHIAPELO***CASOS PARA DISCUSSÃO*

Os críticos da globalização se proliferam em diversas áreas do conhecimento. As críticas abordam problemas variados. Uma das perspectivas—e críticas—mais incisivas à globalização é apresentada por Luc Boltanski e Eve Chiapello. O vídeo abaixo discute a emergência de “barreiras invisíveis” no capitalismo financeiro. Durante a leitura, procure explorar qual seria a relação dessa nova globalização e o ideário apresentado por Boltanski e Chiapello.

PROBLEMA:

Vídeo: [The other side of globalization](#)

LEITURA OBRIGATÓRIA:

Boltanski, Luc e Chiapello Eve. **The new spirit of capitalism**. Hans Speier Lecture Series. 2006. Disponível aqui.

LEITURA COMPLEMENTAR:

Paraná, Edemilson. **Finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional**. 2016. Insular Livros.

“[Economic growth after financial capitalism](#)” artigo de Wolfgang Streeck

[Streeck, Wolfgang. **How will capitalism end?** New Left Review. 2014. pp.35-64.](#)

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) **(Questão prévia)** Para você, quais seriam as principais características do capitalismo pós-década de 80 que o diferencia da versão que imperou em décadas anteriores?



- 2) O que seria o “espírito do capitalismo”? Explique como a incorporação, ao capitalismo, de suas fontes de crítica ocorre.
- 3) De acordo com os autores, as críticas social e artística foram protagonistas em momentos distintos da história do capitalismo na França. No entanto, durante a década de 60, ocorreu uma mudança em seu discurso. Que grupo foi afetado pelas mudanças?
- 4) Os autores argumentam que, com o surgimento do terceiro espírito do capitalismo, também se iniciou um novo mundo, o mundo “*project—oriented*”. No entanto, o estudo realizado somente remete ao sistema econômico até 1994. Quais são as características desse mundo que podem ser observadas nos dias de hoje? Tente encontrar exemplos que demonstrem que ainda estamos a viver no terceiro espírito do capitalismo.
- 5) Os mundos definidos por Boltanski trazem, alegoricamente, a figura de um herói, o indivíduo que incorpora perfeitamente as características ideais daquele mundo. Quais seriam os incentivos para que o herói não haja de uma forma egoísta, orientando e buscando somente o seu sucesso pessoal, mas, ao contrário, contribua para o bem comum?

**DIA 24/05 — AULA 23: A CRÍTICA CÍNICA: PETER SLOTERDIJK***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso da aula evidencia o potencial criativo e generoso latente na sociedade. Como é possível estimular a criatividade e canalizá-la para o bem da sociedade? Em sua leitura, procure pensar: por que alguns aspectos do *thymos* são canalizados, para satisfazer a interesses coletivos (solidariedade), enquanto outros permanecem adormecidos (raiva)?

PROBLEMA:

Crowdfunding

A revolução no mercado de doação no Brasil

Crise faz espírito de solidariedade crescer no país

LEITURA OBRIGATÓRIA:

SLOTERDIJK, Peter; **Rage and Time**. New York: Columbia University Press, 2012, pp. 10-22, 28-43.

SLOTERDIJK, Peter. **The Grasping Hand**. (2 Pgs.)

LEITURA COMPLEMENTAR:

Who is Peter Sloterdijk, and the critic against cynicism

Adam Kirsch, Against Cynicism

Who needs charity from rich capitalists?

Nietzsche, apostle the emancipatory potential of self-praise

The future of intelligent life: Sloterdijk and Nietzsche on Posthuman and Superhuman Futures



QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) (*Questão prévia*). Explícite espaços dentro do atual sistema de governança em que os indivíduos podem expressar a sua criatividade social.
- 2) O que seria o *thymos*? Por que, para o autor, no nosso desenvolvimento cultural tendemos a suprimir a parte do *thymos* ligada a fúria?
- 3) Sloterdijk argumenta que as revoluções se nutrem de nossa incapacidade de controlar a fúria. Nesses momentos revolucionários, quais seriam os cursos de ação escolhidos pelos indivíduos? Por que não conseguimos mobilizar os bancos de energia para construção de novas instituições?
- 4) Em uma passagem do seu livro, Sloterdijk argumenta que o desafio não seria em decidir “se” iremos utilizar esses bancos de fúria, mas, sim, “como” podemos mobilizá-los de forma virtuosa. Os revolucionários de esquerda, por exemplo, tendem a mobilizar tais bancos para criticar o Estado, em vez de inventar novas instituições. Imagine e proponha estruturas/organizações capazes de canalizar, de forma criativa, a energia imobilizada da sociedade, decorrente do descontentamento da população brasileira com os seus representantes políticos.
- 5) Por que, para Sloterdijk, o sistema tributário é uma barreira para o desenvolvimento do espírito criativo? Explique.

NOTÍCIA I

Profissional do crowdfunding é especialista em realizar sonhos

Fonte: Jornal O Extra/Geraldo Ribeiro

<http://extra.globo.com/noticias/educacao/profissoes-de-sucesso/profissional-do-crowdfunding-especialista-em-realizar-sonhos-20604174.html>

Surgido há cerca de dez anos, o conceito de financiamento coletivo, que serve para ajudar a viabilizar projetos por meio de doações de múltiplas fontes, representa a única saída para quem tem uma boa ideia ou um sonho e nenhum dinheiro. Impulsionado pela internet, a atividade fez surgir um novo profissional, cada vez mais valorizado no mercado: o especialista em crowdfunding, o termo em inglês para esta iniciativa. É ele o responsável por criar as estratégias para tornar as campanhas de arrecadação bem-sucedidas, trabalho cujos ganhos se situam entre R\$ 4 mil a R\$ 8 mil.

— *Esse especialista é um consultor com formação, em geral, nas áreas de Propaganda e Marketing, e cria estratégias para fazer com que os projetos a serem financiados consigam atingir os objetivos financeiros — explica Victor Azevedo, coordenador da pós-graduação em Marketing Digital da Universidade Veiga de Almeida (UVA).*

O financiamento coletivo se popularizou nos últimos anos no Brasil e tem sido o meio ao qual muita gente recorre com as mais diferentes finalidades. Desde aqueles que querem fazer uma especialização no exterior, gravar um CD, montar um espetáculo ou abrir um pequeno negócio até quem quer fazer um tratamento de saúde.

— *O mercado já se consolidou. Deixou de ser novidade. Mas há espaço para quem queira investir em novos modelos de campanhas colaborativas ou mesmo na segmentação por temas, como música e cultura, por exemplo — avalia Murilo Farah, de 37 anos.*

Formado em administração de empresas e com pós-graduação e MBA em Marketing, Murilo atuou por oito anos numa multinacional. Há cinco criou a plataforma Benfeitoria, onde comanda uma equipe de 16 pessoas e uma média de mil projetos por ano.

Oportunidade na crise

O financiamento coletivo é uma atividade impulsionada pela crise. É a falta de recurso que leva as pessoas a buscarem no colaborativismo um jeito de realizar seus projetos. Mas não é só isso:

— *Vivemos uma época em que os consumidores procuram criar em parceria com as marcas e empresas. Eles não querem mais marcas que dizem o que se deve consumir, e o crowdfunding apresenta uma possibilidade de essa criação acontecer — afirma o professor Victor Azevedo.*

A estrutura das plataformas é enxuta. A Kickstar, gigante mundial no setor, mantém uma equipe de 200 funcionários. A média no Brasil é de 20. Uma saída para quem não consegue ser absorvido é trabalhar por conta própria, dando consultoria, inclusive aos que recorrem ao crowdfunding e querem turbinar suas campanhas. A outra é empreender.

— *Em épocas de crise, as pessoas buscam o financiamento coletivo como uma forma de garantir a realização dos seus sonhos e projetos. O público tem uma tendência a contribuir com aqueles com os quais mais se identifica. O profissional que pretende atuar nessa área precisa de energia, dinamismo e agilidade. Afinal, estamos construindo um conceito novo e ouvindo o público. É preciso também estar atento às novas tendências. O trabalho começa antes mesmo de a campanha ser lançada na internet, com um bom planeja-*



mento e reconhecimento do público que pretendemos atingir, além de traçar estratégias para se comunicar com ele. É preciso ainda criatividade para bolar recompensas engajadas, que atraiam colaboradores. Esse é um mercado que veio para ficar, e quem chegar na frente tem mais oportunidades — afirma Viviane Sedola cofundadora da plataforma Kickante.

NOTÍCIA II

A revolução no mercado de doação no Brasil: é a vez da colaboração!

Fonte: Eco Rede Social/ Izabella Ceccato

<http://consumocolaborativo.cc/a-revolucao-no-mercado-de-doacao-no-brasil-e-a-vez-da-colaboracao/>

Você é uma pessoa que dá dinheiro a pedintes na rua, ajuda alguma instituição ou ainda doa uma parte de seu tempo para um trabalho voluntário? O IDIS — Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e a Ipsos Public Affairs fizeram essa pergunta para pessoas de todo o País e a resposta mais ouvida foi “não”. A conclusão da pesquisa “Retrato da Doação no Brasil” lançada em fevereiro desse ano, foi de que mais de 70% dos brasileiros não se sentem estimulados para doação e voluntariado.

E por que a resposta da maioria foi não? Do total de entrevistados, 58% informaram que não têm dinheiro, enquanto 18% afirmaram que não doaram porque ninguém solicitou e 12% porque não confiam nas organizações. A pesquisa também descobriu que 85% dos entrevistados não recebeu nenhum pedido de doação nos últimos 12 meses.

O levantamento realizado em três etapas e que ouviu mil pessoas em cada fase, em 70 cidades do Brasil, concluiu que o hábito de doar, seja tempo ou recursos, ainda não faz parte da cultura do brasileiro. Para quem doa, as causas que mais inspiram são: 1º lugar crianças com 33%, 2º lugar idosos com 18%, 3º lugar saúde com 17% e 4º lugar educação com 7%.

Em outro indicador lançado no final do ano passado pela Fundação Britânica CAF — Charities Aid Foundation, o Brasil figurou como a 76ª nação no ranking mundial de filantropia, entre os 153 países estudados. Além das doações em dinheiro, o ranking inclui doação de tempo (voluntariado) e ajuda a estranhos. Apenas 25% dos brasileiros afirmaram ter feito algum tipo de doação, 15% fizeram trabalho voluntário e 49% ajudaram um estranho. Austrália, Nova Zelândia e Canadá lideram com 70%, 68% e 64% da população doadora de dinheiro.

O aumento da renda média da população parece não estar refletida no percentual da população que doa. Pelos dados relatados acima, parece que

está difícil para o brasileiro largar a comodidade e agir. Mas felizmente, isso tende a mudar, pois a revolução na forma como entendemos a doação está chegando.

“O mundo vive hoje a maior transformação social e tecnológica desde a Revolução Industrial”, afirma Michel Bauwens, um dos maiores especialistas em economia colaborativa do momento. Para ele iniciativas como crowdfunding, crowdsourcing, coworking e outras espalhados pelo mundo podem ser a resposta aos problemas da atualidade como destruição ambiental e desigualdade social. Para o especialista, a tecnologia está ajudando a quebrar barreiras financeiras e geográficas, criando negócios mais sustentáveis. Além disso, para o crowdfunding, por exemplo, a lógica é diferente da lógica capitalista, pois é um tipo de investimento que olha para o bem social que o investimento vai produzir.

Mas espera aí, você conhece essas novas formas colaborativas?

O crowdfunding, palavra em inglês que define Financiamento Coletivo, surgiu 5 anos atrás nos EUA e é a maneira onde várias pessoas ou empresas contribuem com pequenas quantias em dinheiro para realizar uma ideia. O capital é obtido por meio de sites que fazem a intermediação entre o criador do projeto e os interessados em financiá-lo. Não é um site puramente de doações, mas sim um site de doação que tem contrapartidas/recompensas para os doadores. É uma forma inovadora e colaborativa de arrecadar dinheiro na internet para diversos tipos de campanha como: cultura, pequenos negócios, jogos, artes, ecologia, novos produtos, entre outros.

Desde que foi lançado em abril de 2009, o pioneiro americano nesse modelo de negócios, o Kickstarter (maior site dessa categoria do mundo) já arrecadou US\$1 bilhão para diversos projetos em diversas categorias. Desses, US\$950 milhões deram vida a milhares de projetos, que se dependessem de apoio privado ou governamental não sairiam do papel. No novo modelo, a plataforma fica com aproximadamente 5% do total arrecadado.

Essa nova força do colaborativo, de pessoas ajudando pessoas, ganhou ainda mais força no último ano, onde mais da metade desse bilhão de dólares foi doada por pessoas de 224 países e territórios espalhados em todos os continentes. No dia 13 de março de 2013, Dia da Generosidade, o site americano registrou a maior quantia doada: mais 54 mil pessoas doaram mais de US\$ 4 milhões para 1985 projetos existentes na plataforma.

A boa notícia é que no Brasil, já existem diversos sites de financiamento coletivo. O método alternativo para financiar projetos está caindo no gosto dos empreendedores e financiadores brasileiros e temos a oportunidade de mudar esse cenário de doação desenhado acima. No mundo, incluindo o Brasil, milhões de pessoas ajudaram outros milhões de pessoas a tirarem suas ideias, sonhos e empreendimentos do papel. É gente dando vida a ideias geniais. Gente ajudando gente. Gente colaborando e cooperando.



Vivemos em comunidade há pelo menos 10.000 anos. Hoje pessoas, empresas e cidades usam a tecnologia para alcançar uma cooperação global nunca antes imaginada. A economia colaborativa se desdobra em novos caminhos, baseada na força da multidão.

O crowdfunding (financiamento coletivo — todo mundo junto dando vida a um projeto), coworking (espaços de trabalho compartilhado — todo mundo junto trabalhando), crowdsourcing (uso da inteligência coletiva para resolver problemas — todo mundo junto e criando), cocriação (envolvimento das pessoas no processo de produção), crowdlearning (aprendizado coletivo — apaixonados pelo mesmo assunto ensinando e aprendendo), crowdwriting (escrita coletiva — todos juntos lendo e escrevendo um texto em comum). Esses são conceitos com os quais, a partir de agora, todas as pessoas e empresas precisam estar preparadas para lidar. A revolução chegou. O futuro está acontecendo e colaborando aqui e agora!

E você, está preparado para se reinventar e participar dessa linda revolução colaborativa?

NOTÍCIA III

Crise faz espírito de solidariedade crescer no país

Fonte: CBN/Lucas Soares

<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2016/12/10/CRISE-FAZ-ESPIRITO-DE-SOLIDARIEDADE-CRESCER-NO-PAIS.htm>

Em tempos de crise econômica, a solidariedade tem sido uma aliada para aliviar as dificuldades de quem está sofrendo com a alta de preços ou até mesmo com o desemprego. Não é raro ouvir que o brasileiro é solidário e, em meio à recessão, exemplos têm confirmado essa premissa.

Em uma escola estadual de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, estudantes se reuniram para arrecadar doações em dinheiro e alimentos para professores que não recebem salários na íntegra há nove meses. Gustavo Shilton foi um dos alunos que liderou o movimento. Ele conta que todos ficaram sensibilizados com o dilema dos profissionais gaúchos que, sem dinheiro, estavam tendo que escolher entre fazer compras ou pagar o transporte para trabalhar.

'Eles tiveram muita garra pra dar aula. Muitos tiveram que escolher entre a alimentação e o dinheiro para dar aula. A gente não podia deixar assim', desabafa.

Gustavo e os amigos são exemplos de que o Brasil tem se tornado cada vez mais solidário. Segundo dados do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 52% dos brasileiros fizeram alguma doação em dinheiro em 2015. As doações mensais entre R\$ 20 e R\$ 40 somaram mais de R\$ 13 bilhões em arrecadação para ONGs e projetos sociais. Para a presidente do instituto, Paula Fabiani, os números demonstram que o brasileiro tem se engajado nas causas sociais.

'O brasileiro nos últimos anos tem buscado participar mais da resolução de seus problemas via manifestações políticas, mas também dando apoio a organizações sociais', explica.

A aposentada Maria Thereza Sombra, do Rio de Janeiro, organizou doações de produtos como papel ofício, papel higiênico, tintas de impressora e até mesmo de câmeras de segurança para a delegacia do bairro onde vive. Maria Thereza defende que a solidariedade é fundamental em momentos de crise. 'Se eu estou sofrendo na carne, imagina a delegacia, que tem que nos defender? Eu acho que é obrigação moral, solidariedade e amor àqueles que nos defendem, que nos dão proteção', diz.

O espírito de colaboração em meio à crise fez o Brasil subir 37 posições no ranking mundial de solidariedade, organizado anualmente pela Charities Aid Foundation. Em 2015, o Brasil ocupou a posição de número 68, num grupo de 140 países. É a melhor posição no ranking desde 2009.

O índice analisa critérios como ajuda a estranhos, doações em dinheiro e tempo dedicado a ações voluntárias. Segundo Paula Fabiani, do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, a forma como o brasileiro encarou a crise econômica pode explicar o crescimento da solidariedade no país.

'Essa melhora se assemelha a países onde teve tragédias e guerras. No caso do Brasil, é como se a crise valesse por uma guerra', compara.

Ainda que o Brasil tenha se tornado mais generoso durante a crise, gestos de solidariedade ainda precisam se tornar mais frequentes. O diretor do Programa de Retirada de Doações do Exército de Salvação, Adalberto Malva, destaca que grande parte dos brasileiros só doa quando é estimulada.

'O brasileiro tem a vontade de ajudar, tem o coração aberto, mas precisa do incentivo, precisa ser lembrado', opina.

Para estimular mais doações e voluntariado, há três anos, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e outras instituições filantrópicas promovem o Dia de Doar, sempre no mês de novembro. A ideia é alertar as pessoas sobre a importância da solidariedade e da ajuda ao próximo mostrando que pequenos gestos podem fazer a diferença para quem mais precisa.

**ATAQUE “CULTURALISTA”****DIA 29/05 — AULA 24: A CRÍTICA FEMINISTA: CATHARINE A. MACKINNON***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso da aula aborda relação entre tarefas sociais e gênero. Em específico, sobre a responsabilidade pelo trabalho doméstico. Esta responsabilidade deve ser dividida de forma “igual” entre mulheres e homens? O impacto desta divisão desigual tem impactos diferentes em mulheres ricas e pobres? Reflita, com o apoio do texto de Catharine Mackinnon, sobre casos de discriminação de gênero na sociedade brasileira. Como poderíamos combater estas discriminações?

PROBLEMA:

Quem nunca teve empregada, faz como? — Lena Lavinas
Na Alemanha, mulheres acabam renunciando à carreira

LEITURA OBRIGATÓRIA:

MACKINNON, Catherine. Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory.

LEITURA COMPLEMENTAR:

Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma

Dez anos da Lei Maria da Penha: ONU Mulheres destaca ‘legado feminista para o Brasil’

When algorithms discriminate

Os aplicativos sobre os ciclos menstruais e a exposição de dados pessoais das usuárias

Aborto e democracia: o déficit de cidadania para as mulheres

MILL, John Stuart. The Subjection of Women (capítulo 1)



LUXEMBURG, Rosa. Women's Suffrage and Class Struggle (selection)

Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra gênero na educação

Nasty Woman?: Why Men Insult Powerful Women

Partidos não investem e participação da mulher nas eleições continua baixa

Arat, Zehra F. Kabasakal. **Feminisms, Women's Rights, and the UN: Would Achieving Gender Equality Empower Women?**; American Political Science Review, Volume 109, N° 4.

Carole, Pateman. "Feminist critiques of the public/private dichotomy". The disorder of women. Polity Press.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Quais são as críticas comuns do feminismo ao marxismo? Explique a seguinte passagem da autora: "*The mutual perception, as its most extreme, is not only that the other's analysis is incorrect, but that its success would be a defeat.*"
- 2) Qual a crítica que Mackinnon faz a Rosa Luxemburgo, outra autora feminista? Explique por que, para Mackinnon, a comparação entre a "mulher burguesa" e a "mulher proletária" não deve ser feita com base em suas diferenças.
- 3) Em um dos trechos do artigo, Mackinnon afirma que alguns estudos feministas indicam que: "*In a feminist view, these countries (socialists countries) have solved many social problems, women's subordination not included (...) Capitalists countries value women in terms of their "merit" by male standards; in socialists countries women are invisible except in their capacity as "workers", a term that seldom includes women's distinctive work: housework, sexual service, childbearing*". Explique a tese da autora.
- 4) Qual é a crítica feita por Mackinnon ao marxismo? Explique.
- 5) Em um determinado momento do texto, Mackinnon passa a discutir o processo de formação de uma teoria política feminista focada na sexualidade. Por quê? Explique a importância de se entender a "mulher" como uma construção social.
- 6) Reflita sobre o programa "He for She", lançado pelas Nações Unidas. Você acredita que este programa é uma alternativa promissora? Explique considerando que existem diversas correntes de feminismo.



- 7) Identifique dois problemas enfrentados pelas mulheres devido aos estereótipos de gênero e apresente soluções coerentes para eles.

NOTÍCIA I

Quem nunca teve empregada, faz como?

Fonte: OAB/Lena Lavinias

<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100475835/quem-nunca-teve-empregada-faz-como-lena-lavinias>

Os padrões de consumo e bem-estar da elite foram colocados em xeque por força da garantia de direitos a uma categoria ocupacional majoritariamente feminina e recorrentemente ignorada. À empregada doméstica cabia ainda equacionar conflitos de gênero na esfera privada.

Ocorre que os domicílios com domésticas são um percentual relativamente pequeno — cerca de 10%. O que se passa com a maioria das famílias onde não há domésticas? Há dois domingos, no Globo, o sociólogo Sergio Costa reconheceu que, mesmo com igual potencial, quem costuma abrir mão da carreira são as mulheres, cuja trajetória é marido ou família-dependente. Salários masculinos mais elevados e a insolúvel divisão do trabalho doméstico condicionam oportunidades e escolhas para elas. Não por acaso o livro da alta executiva do Facebook Sheryl Sandberg *Lean In* (ou *Levante a cabeça!*), recém-lançado nos EUA, caiu mal ao sugerir que se as mulheres não estão indo tão bem na foto é porque não sabem se impor e adotar comportamentos agressivos masculinos.

Mais próximo da verdade mostrou-se o desabafo de Anne-Marie Slaughter, no artigo da *Atlantic*: *Por que as mulheres não podem ter tudo?*, a saber, carreira e família. Ela renunciou a um alto cargo junto a Hillary Clinton no Ministério das Relações Exteriores para estar de novo em casa e dar conta da família. Achar que eletrodomésticos vão resolver desigualdades de gênero equivale a considerar que a automação é a saída, quando o doméstico se expressa numa provisão permanente e sempre renovada de cuidados, atenção, afeto, presença física e disponibilidade.

Amor

Tirando a pílula e todos os demais métodos contraceptivos que permitiram às mulheres finalmente decidir sozinhas o que fazer com sua sexualidade, o progresso técnico não resolveu contradições entre os sexos, senão as aguçou. O que estudos estatísticos mostram é a existência de duas trajetórias femininas polarizadas: aquelas que podem fazer escolhas *first best*, onde a profissão não é família-dependente, seja porque têm recursos suficientes para buscar no mercado o



que lhes assegura autonomia, seja porque adotaram uma relação onde não há propriamente uma família, mas indivíduos e, sobretudo, onde não há crianças.

O outro modelo é o da escolha *second best*, onde a tensão (e não o tesão!) entre trabalho, família e prole restringe o universo de possibilidades das mulheres e tolhe seu crescimento e sua expressão plena. As taxas de fecundidade no Brasil já andam muito baixas e parece que o governo federal prepara uma lei de imigração de cérebros que vai resolver a carência de crianças que faltarão em algumas poucas décadas.

Que tal se, em vez de falar da elite que agora, sem domésticas, há de se dividir entre gastar mais ou assistir às suas mulheres fazerem escolhas *second best*, a gente tratasse de pensar em como oferecer alternativas decentes para que todas as mulheres possam, de fato, inclusive com rebentos, fazer uma escolha *first best*? Em vez de pensar em baixar IPI de microondas ou importar jovens gênios de países onde certamente as condições de sua formação foram paudadas por acesso a creches, pré-escolas, escolas de qualidade e tempo integral, que tal se a gente deixasse para trás a irrelevância e a desfaçatez de propostas destituídas de bom senso e respaldasse políticas públicas universais voltadas para assegurar às mulheres — todas elas — as melhores escolhas, permitindo-lhes optar ou não pela maternidade? Também as domésticas agradeceriam.

NOTÍCIA II

Na Alemanha, mulheres acabam renunciando à carreira

Fonte: O Globo/ GRAÇA MAGALHÃES-RUETHER

<http://oglobo.globo.com/economia/na-alemanha-mulheres-acabam-renunciando-carreira-8047550>

BERLIM — Para o carioca Sérgio Costa, desde 2007 professor do Instituto de América Latina da Universidade Livre de Berlim, com a nova lei das empregadas domésticas “o homem brasileiro vai precisar se emancipar”. Mas o cientista político admite que a experiência também na desenvolvida Alemanha tem mostrado que quando fica difícil a contratação de uma empregada doméstica para cuidar da casa e dos filhos, “a mulher termina renunciando um pouco ao seu desenvolvimento profissional”.

Enquanto Sérgio Costa, hoje com 51 anos, pôde fazer carreira como professor titular da universidade berlinense, sua mulher, a também brasileira Sabine, precisou dedicar-se aos dois filhos pequenos. Só depois que eles cresceram, ela voltou a se dedicar ao seu trabalho. Para recomeçar, Sabine descobriu algo novo e transformou o seu hobby, a culinária, em profissão. Hoje, ela escreve livros de receitas.

Para Sérgio Costa, a nova lei é um marco na história social do Brasil, onde o setor de trabalho doméstico era até agora “tratado com informalidade em prejuízo das empregadas”.

— *O Brasil é o campeão mundial em empregadas domésticas* — diz o cientista político.

O trabalho doméstico de baixo custo, que segundo o analista teria garantido a integração das mulheres da classe média ao mercado de trabalho, vai ser renegociado, mas assim mesmo continuará muito mais barato do que é na Europa. Enquanto no Leste alemão, até 1989 governado pelos comunistas, sempre houve um sistema amplo de creches e escolas de dia inteiro, que permitia às mulheres um emprego em tempo integral, na parte ocidental da Alemanha, onde até a virada do milênio predominava ainda o ideal da mulher da era nazista — da mulher doméstica e submissa —, ter filhos significava para as mães uma renúncia ao trabalho profissional.

Desde que a chanceler Angela Merkel, uma física que vem do Leste, assumiu, em 2005, e indicou uma médica que é mãe de sete filhos, Ursula von der Leyen, como ministra da Família, houve uma revolução da política familiar do governo alemão, rompendo as estruturas tradicionais que predominavam no ocidente do país.

Com o programa de “salário dos pais”, as mães podem requerer, desde 2008, uma licença-maternidade de um ano, recebendo 70% do seu salário (mas no máximo 1.800 euros mensais). Para incentivar o fim do tradicional machismo alemão, o governo passou a oferecer dois meses a mais de salário se o pai, e não a mãe, tirasse a licença.

Outra revolução, que entra em vigor no dia primeiro de agosto, foi a garantia de uma vaga em uma creche gratuita para todas as crianças entre 1 e 3 anos de idade — antes de terem acesso ao jardim da infância, a partir dos 3 anos, e à escola, a partir dos 6. A decisão de Ursula, que é hoje ministra do Trabalho, foi mal recebida pelos conservadores do governo. Para compensar, eles introduziram um outro tipo de pagamento aos pais, que é ironizado pela oposição como o “prêmio do fogão”. As mães que renunciam a uma vaga na creche vão receber a partir de agosto uma ajuda extra de cerca de 150 euros mensais até os filhos completarem três anos.

Todas as medidas do governo têm em vista aumentar o número de nascimentos. Com 1,39 crianças por mulher, a Alemanha corre o risco de encolher. Aldeias e cidades pequenas estão ficando vazias com a falta de crianças. Apesar de todas as ajudas do governo, ter filhos significa uma renúncia à qual muitas mulheres não estão dispostas.

Mas o outro objetivo é mudar a mentalidade masculina. Uma pesquisa indica que os homens alemães, que só trabalham quando ganham dinheiro,



não fazem nada em casa. Quando são casados, deixam as tarefas domésticas para a mulher.

Muitos pais resolvem o problema da falta de ajuda doméstica, que custa de dez a 15 euros por hora — custo que fica ainda mais alto se o trabalho é contratado legalmente, com taxa social de 30% —, ensinando os filhos a ter autonomia. Crianças de cinco anos de idade já vão sozinhas ao jardim de infância e aprendem também a ficar em casa sozinhas até a volta dos pais. Vovós dedicadas são também uma raridade.

Uma vantagem para as crianças é o sistema de transportes, que é bom e pontual. O de Berlim é um dos melhores do mundo. Além disso, jardins de infância e escolas primárias costumam ficar perto de casa.

Por outro lado, quem tem pais idosos que precisam de cuidadores enfrenta um problema ainda maior do que as pessoas com filhos pequenos. Com toda a regulamentação, quem contrata dois cuidadores para dividir a carga horária termina pagando a quantia astronômica de dez mil euros por mês. Os abrigos para idosos são a opção mais usada. Uma parte da mensalidade, de cerca de três mil euros, é coberta pelo seguro público de saúde. Muitos contratam ilegalmente cuidadores do Leste europeu.

**DIA 31/05 — AULA 25: A CRÍTICA CULTURALISTA: PIERRE BOURDIEU/JESSÉ SOUZA***CASOS PARA DISCUSSÃO*

O caso da aula evidencia o novo papel de religiões, como a evangélica, no processo de recuperação de indivíduos viciados em drogas. O que essas instituições se diferenciam das tradicionais para terem tão elevado nível de sucesso nesses casos? Relacione os problemas abaixo com a crítica trazida por Pierre Bourdieu ao pensamento econômico convencional e com os desdobramentos desta ideia à realidade brasileira por Jessé de Souza.

PROBLEMA:

Vídeo: Cristolândia contra o crack

Igreja Universal do Reino de Deus e a recuperação dos viciados em crack

Vídeo: Edir Macedo, “A cura pelo Milagre”, programa Palavra Amiga do Bispo Edir Macedo

Vídeo: Silas Malafaia: O Pastor Eleitoral

A Politização do Culto

LEITURA OBRIGATÓRIA:

BOURDIEU, P. (1986) The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (New York, Greenwood), (241-258 — selection).

SOUZA, Jessé; GRILLO, André. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Editora UFMG, 2009. Introdução, pp. 6-15. (9 Pgs.)

LEITURA COMPLEMENTAR:

ARENARI, Brande e Roberto Dutra. **A religião e sua vocação na recuperação de usuários do crack: “os longos futuros”**, disponível em SOUZA, Jessé (org.). Crack e Exclusão Social. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.



LAHIRE, Bernard. **Le singulier pluriel**. Prefácio do livro **Dans les plus singuliers du social: individus, institutions, socialisations**. Paris: La Découverte, 2013. Tradução de Thiago Panica Pontes.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que é capital cultural para Bourdieu? Quais as suas distintas formas?
- 2) O que é o *habitus*? Como o capital cultural é adquirido e transmitido na sociedade?
- 3) O que é capital social?
- 4) O que é a convertibilidade de capital?
- 5) Identifique e explique o principal aspecto da visão economicista que corrobora para a manutenção da pobreza e da desigualdade social, de acordo com o ideário de Jessé de Souza. Por que programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não seriam a melhor alternativa para enfrentar a desigualdade social brasileira?
- 6) Jessé de Souza argumenta que 1/3 da população brasileira compõe a ralé estrutural. Quem seriam esses indivíduos? Por que a métrica do economicismo é incapaz de enxergá-los?
- 7) Por que, para o autor, ao analisar a sociedade, devemos observar os seus aspectos materiais e imateriais? Identifique cada um desses aspectos e proponha possíveis soluções para o desenvolvimento do capital imaterial dos indivíduos que compõem a ralé estrutural.
- 8) Jessé de Souza e Papa Francisco fazem duras críticas ao atual sistema de governança. Qual seria o ponto em comum entre esses dois autores?

NOTÍCIA I

Igreja Universal do Reino de Deus e a recuperação dos viciados em crack

Fonte: Folha Universal/ Ana Carolina Cury

<http://www.universal.org/noticia/2014/03/09/novo-projeto-para-ajudar-viciados-29014.html>

Perante a sociedade, o vício é uma doença sem cura, mas para a Universal a saída existe e agora mais uma porta está aberta para acesso de todos. “Queremos mostrar ao viciado e a seus familiares que ele só entrou nas drogas porque apresentaram a ele um efeito que, a princípio, seria bom, sem falar nas consequências terríveis. A palavra de Deus trará um efeito muito mais forte

que a cocaína, o crack, a maconha e que dura e não passa”, conta o pastor Rogério Formigoni, responsável pela “Tarde da Cura dos Vícios”, trabalho inédito da Universal que, por meio da fé e de orientações, vai ajudar todos que querem vencer os vícios.

Ele próprio foi usuário de drogas dos 15 aos 19 anos, mas quando teve o encontro com Deus sua vida se transformou (confira a história dele na página B10). “Pelo fato de ter vivido todas as fases das drogas, conheço e sei o que se passa na cabeça de um viciado. Assim como sei também qual é o caminho para sair”, diz o pastor.

A mudança que a sociedade precisa conhecer

Durante a primeira reunião realizada em São Paulo, no dia 23 de fevereiro, Robson de Freitas contou sua triste experiência com as drogas.

Tudo começou dentro do banheiro da escola. Na época, Robson tinha apenas 12 anos, quando os “amigos” ofereceram cocaína para ele experimentar. Felizmente, ele recusou, mas não resistiu a todos os convites. No ano seguinte, os mesmos “amigos” insistiram e assim começou uma história com um final que surpreende qualquer um.

“Depois da cocaína, fumei crack, maconha e, no total, quase outros dez tipos de drogas”, lembra Robson, que hoje está com 44 anos e trabalha como agente de segurança patrimonial. Além de destruir a própria vida, a família dele, que até então era estruturada e feliz, perdeu o rumo. “Meu pai era dono de comércio, tinha casa própria, mas quando eu comecei a usar drogas tudo desabou. Meus pais se divorciaram e a empresa do meu pai foi à falência”, desabafa.

Robson era mais um entre os 200 milhões de consumidores de drogas no mundo. No ápice do vício, quando estava com 17 anos, o crime passou a fazer parte da rotina e, com o uso diário de tantas drogas, a morte chegou bem perto dele. “Era um domingo à noite e nesse dia cheirei cinco gramas de cocaína de uma vez. Depois disso, fui andar de moto e tirei racha com dois carros, sofri um grave acidente e perdi uma perna”, conta o agente. Além de Robson, Júlio César Carneiro também fez questão de relatar como conseguiu vencer o vício.

Quando tinha 13 anos, ele recebeu um convite dos “amigos” para experimentar cola de sapateiro. Na época, andava de skate e era moda o uso entre os colegas. Mas, depois daquele dia, sua vida não foi mais a mesma. “A curiosidade me fez chegar à cocaína e desde o primeiro dia que usei me viciiei. “, lembra Júlio.

Essas duas pessoas têm uma história em comum, mas hoje têm vidas diferentes. Depois do acidente, Robson estava decidido a largar o vício e teve uma oportunidade para mudar de vida. “Eu não tinha mais ninguém, foi quando me convidaram para ir à Universal e ali encontrei a paz e a força que precisava para superar. Foi guerra, foi luta, mas, afinal, se eu tinha disposição

para o crime e para as drogas, por que não teria essa disposição para Deus? “, conta o ex-viciado que hoje é obreiro e cuida do trabalho de prevenção às drogas na Fundação Casa para ajudar os jovens que estão presos lá.

Júlio César, hoje com 40 anos, trabalha como fotógrafo e ainda sofre com a dependência. A esposa, Luana Carneiro, de 29 anos, não desistiu do marido e está na guerra com ele. Ela insistiu para que ele fosse à reunião. “Eu achava que não era a solução, não queria vir, mas algo me tocou para que eu viesse”, conta o fotógrafo.

Quem vicia você

Durante a oração, um espírito se manifestou no corpo de Júlio e disse que era ele (o espírito) que colocava a vontade de usar drogas. Esse mal afirmou que destruiria a vida de Júlio. O pastor Formigoni fez então a oração da cura para ele e para todos os outros viciados ou familiares que ali estavam.

Nesse dia nasceu uma nova pessoa. “Sou um testemunho vivo de que existe um mundo espiritual, de que há uma força do mal. Mas agora sei que Deus é a única luz que pode curar de qualquer vício. A partir de hoje será uma vida diferente. Quero parar de usar drogas”, revela Júlio, ao lado da esposa.

O pastor Formigoni explicou o que aconteceu com Júlio. “Milhares de pessoas ficam internadas e deixam de usar um mês ou até um ano, mas depois voltam a usar muito mais, porque o uso é motivado por um espírito. E o que vai eliminar de vez é tirar esse espírito. Tirou o espírito, tira à vontade, tira o desejo. “ Por isso, segundo ele, não há legalização, descriminalização, clínicas ou remédios que curem de uma vez por todas o problema. “Se as pessoas não atentarem para buscar a cura, amanhã poderá ser tarde demais. Muitos deixaram para depois e o depois não chegou”, alerta o pastor

NOTÍCIA II

Politização do Culto

Fonte: Notícias Terra/Janaina Garcia e Débora Melo

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/inauguracao-de-templo-vira-culto-com-politicos-e-ofertas,1c28de4663f87410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>

Uma ‘cerimônia-culto’ com um discurso fortemente calcado no combate às drogas por meio da fé, em detrimento de tratamentos médicos, com críticas veladas aos serviços de saúde e segurança e com coleta de “pedidos” a Deus e “ofertas” à igreja marcou na noite desta quinta-feira a inauguração do Templo de Salomão, em São Paulo. A construção faraônica, erguida pela Igreja Universal do Reino de Deus no Brás, na zona leste da capital, custou R\$ 680 mi-

lhões e levou quatro anos para ser concluída. O templo tem capacidade para receber 10 mil pessoas sentadas e já é o maior espaço religioso do País.

O evento de inauguração bloqueou ruas do bairro e contou com representantes de todas as esferas de governo e poder, entre os quais a presidente Dilma Rousseff (PT) e seu vice, Michel Temer (PMDB), o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) — os três, candidatos à reeleição em outubro —, além do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal Militar (STM) e Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Pouco antes do início do culto, marcado para as 19h, um apagão deixou partes do edifício sem energia por cerca de dez minutos.

Dilma se sentou ao lado do bispo e fundador da Universal, Edir Macedo, que, com indumentária típica do judaísmo — o quipá na cabeça e um manto — fez uma oração aos convidados após a coleta das ofertas e dos pedidos. Os jornalistas foram proibidos de entrar no templo — segundo a assessoria de imprensa da igreja, “porque lá (dentro) é um local sagrado, não um local de trabalho”.

“Faça acontecer algo na vida dessas criaturas, porque o teu povo está cansado de sofrimentos, de derrotas, de fracassos familiares, fracassos na saúde, fracassos na segurança”, disse o bispo.

Antes, outro religioso da igreja, o bispo Rogério Formigoni, fez um discurso sobre a época em que afirma ter sido dependente de drogas — crack, cocaína, lance perfume e “chá de cogumelo” — e sugeriu: é pela fé que os dependentes se livrarão do vício, não pelo tratamento médico, já que o vício seria, segundo a igreja, “doença do espírito”.

“Se o País pegar o PIB e investir em clínicas em cada esquina, não vai conseguir recuperar um viciado”, afirmou Formigoni, que se afirmou viciado durante sete anos.

“Usava cola de sapateiro, haxixe, chá de cogumelo, loló, cheirava cocaína de metro e em uma noite fumava até 80, cheguei a fumar até 100 pedras de crack”, declarou. “A psiquiatria afirma que (vício em drogas) é uma doença incurável, progressiva e fatal. Eu posso provar que vício tem cura porque fui um adicto um viciado durante sete anos”, completou. E concluiu: “Vício é uma doença do espírito, uma entidade, um encosto, como quiser chamar.”

O bispo ainda sugeriu que homossexuais também podem se livrar dos vícios. “Pode ser lésbica, homossexual, de qualquer religião, não importa”. Em seguida, Formigoni levou ao altar um homem, fiel da igreja Universal, apresentado também como ex-dependente. “A única maneira de se curar de-



finitivamente qualquer que seja o vício, seja vício em pornografia, em jogos, é por meio da fé”, encerrou o bispo.

Edir Macedo encerrou a cerimônia-culto afirmando que precisaria levar a presidente Dilma “para uma conferência”. Funcionários da igreja chegaram a montar uma estrutura para a entrevista coletiva, mas Dilma deixou o templo sem falar com os jornalistas.

Obra irregular

O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito para apurar possíveis irregularidades no Templo de Salomão, como o fato de a obra ter sido feita apenas com alvarás de reforma, o que livrou a Universal de pagar 5% do valor da obra em melhorias no entorno. Segundo o MP, isso “pode ser indicativo de fraude, descontrole da administração ou defeito grave de legislação”.

A investigação foi aberta inicialmente em 2010, após pedido do vereador Adilson Amadeu, mas foi arquivada em 2011 depois que a prefeitura apresentou documentos que indicavam que a obra era regular. Em junho deste ano, a investigação foi reaberta após denúncia de um profissional que preferiu não se identificar. A Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital pede agora documentos que possibilitem indicar se a obra é regular.

Em nota divulgada à imprensa na quarta-feira, a Universal afirma que “não foi ouvida ou sequer informada das irregularidades supostamente praticadas” e que “é no mínimo prematuro afirmar que tenha havido fraude em qualquer etapa da construção”.



PARTE VI — A SOCIEDADE BRASILEIRA

DIA 05/06 — AULA 26: A SOCIEDADE CRIATIVA I

LEITURA OBRIGATÓRIA:

UNGER, Roberto. Self-Awakened. Pragmatism Unbound. Cambridge: Harvard University Press, 2007, Cap. II.

VARGAS, Daniel. **Civic Humanism, in Creative Society in the Making** — Civism, Governance and Social Innovation in the 21st Century.

LEITURA COMPLEMENTAR:

THOREAU, Henry David. **Walden or Life in the Woods**. Library of America edition: A Week on the Concord and Merrimack Rivers; Walden, or, Life in the Woods; The Maine Woods; Cape Cod, Edited by Robert F. Sayre.

KIERKEGAARD, Soren. **The Present Age**, Alexander Dru, trans., Harper & Row, 1962, chapter 1.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) O que é a “perennial philosophy” para Mangabeira?
- 2) Quais as reações fragmentárias a esta tradição filosófica?
- 3) Como Mangabeira define a experiência da consciência? Ela possui limites?
- 4) Qual a relação entre a “doctrine of order” e a “perennial philosophy”?
- 5) Qual a relação entre a “perennial philosophy” e a “especialização hierárquica”?
- 6) O que é o naturalismo? Qual sua principal falha?
- 7) O que é o perfeccionismo democrático? Qual seu defeito?
- 8) Qual seria o efeito sobre nós, segundo Mangabeira, de rejeitarmos a “perennial philosophy” e seus adversários fragmentários?
- 9) Identifique a principal característica dos *civics*. Por que o seu modo de atuação não pode ser “compreendido” pela governança de mercado e pela governança de governo?



- 10) Explique por que a criatividade cívica não costuma ser aproveitada pelas instituições políticas e econômicas existentes. Tente pensar em modelos institucionais alternativos que ajudariam a estimular e organizar esta relação.
- 11) Daniel Vargas parte do pressuposto de que, se estimularmos um ambiente para o desenvolvimento de ações cívicas, uma gama de problemas sociais (hoje sem solução) poderiam ser enfrentados e resolvidos de maneira efetiva pela sociedade. Se o experimentalismo cívico eventualmente não for bem-sucedido, como poderíamos mitigar os efeitos negativos?

**DIA 7/06 — AULA 27: A SOCIEDADE CRIATIVA II****LEITURA OBRIGATÓRIA:**

VARGAS, Daniel. **O jurista criativo**; Cadernos da FGV Direito Rio: Educação e Direito; Volume 9, 2014. (pp.84-102)

LEITURA COMPLEMENTAR:

JOAS, Hans. **The Creativity of Action**. Chicago: University of Chicago Press, 1 edition (1997), Creative Democracy, pp. 196-258.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Social Theory, Its Situation and Its Task**. Cambridge: Cambridge University Press, vol 1. Pp. 26-35.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DA LEITURA:

- 1) Quais são as principais características do jurista clássico? E do jurista crítico? Explique o defeito comum a esses dois tipos de juristas.
- 2) Quais seriam as características de um jurista criativo? Explique por que o seu método de análise e de ação, diante de um problema social, o diferencia dos demais tipos de jurista.
- 3) Daniel Vargas argumenta que o jurista criativo seria aquele indivíduo capaz de redesenhar as instituições. Como este processo de engenharia institucional se realiza?
- 4) Pense nos eventuais limites da tese do “jurista criativo”, nos exemplos que ilustrem eventuais “problemas” desta concepção de jurista. Em que sentido ela seria inadequada, limitada ou errada em nossos dias?

**DANIEL VARGAS**

Doutor e Mestre em Direito (LLM) pela Harvard Law School. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Foi subsecretário de ações estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, onde também já atuou como assessor, chefe de gabinete, subsecretário de desenvolvimento sustentável, secretário executivo e Ministro Chefe (interino). Pesquisador do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) da FGV DIREITO RIO.



FICHA TÉCNICA

Fundação Getúlio Vargas

Carlos Ivan Simonsen Leal
PRESIDENTE

FGV DIREITO RIO

Joaquim Falcão
DIRETOR

Sérgio Guerra
VICE-DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Rodrigo Vianna
VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO

Thiago Bottino do Amaral
COORDENADOR DA GRADUAÇÃO

André Pacheco Teixeira Mendes
COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Cristina Nacif Alves
COORDENADORA DE ENSINO

Marília Araújo
COORDENADORA EXECUTIVA DA GRADUAÇÃO